

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RACHEL BENTA MESSIAS BASTOS

RAÇA E HISTÓRIA

A metamorfose do negro no *contraponto* do mito da democracia racial

GOIÂNIA - GO

2013

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Rachel Benta Messias Bastos

Título do trabalho: Raça e história: a metamorfose do negro no *contraponto* do mito da democracia racial.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Rachel Benta M. Bastos
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 02 / 08 / 17

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

RACHEL BENTA MESSIAS BASTOS

RAÇA E HISTÓRIA

A metamorfose do negro no *contraponto* do mito da democracia racial

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende

Linha de pesquisa: Fundamentos dos Processos Educativos

GOIÂNIA - GO

2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Bastos, Rachel Benta Messias

Raça e História: [manuscrito] : a metamorfose do negro no contraponto do mito da democracia racial. / Rachel Benta Messias Bastos. - 2013.
xi, 156 f.

Orientador: Prof. Anita Cristina Azevedo Resende.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2013.
Bibliografia.

1. raça. 2. história. 3. metamorfose do negro. 4. mito da democracia racial. I. Resende, Anita Cristina Azevedo, orient. II. Título.

CDU 37

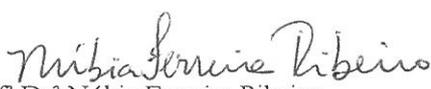
ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE TESE DE RACHEL BENTA MESSIAS BASTOS - Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de

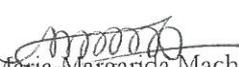
dois mil e treze (29/08/2013), às 14h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: **Anita Cristina Azevedo Resende**, doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP; **Jean Luiz Neves Abreu**, doutor em História pela UFG; **Romilson Martins Siqueira**, doutor em Educação pela UFG; **Núbia Ferreira Ribeiro**, doutora em Educação pela PUC/SP e **Maria Margarida Machado**, doutora em Educação pela PUC/SP para, sob a presidência da primeira, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa de tese intitulada: **“Raça e História: a metamorfose do negro no contraponto do mito da democracia racial”**, em nível de **Doutorado**, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Rachel Benta Messias Bastos**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof^a Dr^a **Anita Cristina Azevedo Resende**, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da tese que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1063/2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a tese foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **DOCTORA EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do programa da versão definitiva da tese, com as devidas correções. Cumpridas as formalidades de pauta, às 18h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de tese e, para constar eu, Rosângela Magalhães M. de Oliveira, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.


Prof^a Dr^a Anita Cristina Azevedo Resende
Presidente – FE/UFG

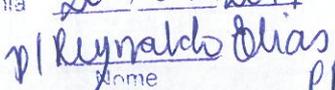

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu
Membro – UFU/MG


Prof. Dr. Romilson Martins Siqueira
Membro – PUC/GO


Prof^a Dr^a Núbia Ferreira Ribeiro
Membro – FE/UFG


Prof^a Dr^a Maria Margarida Machado
Membro – FE/UFG

Universidade Federal de Goiás
Certifico que esta copia de
documento confere com o original
Goiânia 20/07/2017


Prof.^a Dr.^a Sandra Valéria Limonia Rosa
Coordenadora do PPGE/FE/UFG
Matrícula 1224073
PPGE/FE

Ao sublime amor em negro e branco...

Aos meus pais, José Pereira Bastos e Maurina Messias Bastos.

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos constituem um ciclo – científico, profissional e familiar – de rupturas e continuidades engendradas pelos desdobramentos da conjuntura histórico-social de formação humana. Assim, agradeço:

À Universidade Federal de Goiás (UFG), especificamente à Faculdade de Educação (FE), por proporcionar uma educação pública de excelência em nível de graduação, mestrado e doutorado.

À professora Anita Cristina Azevedo Resende, pela formação determinada pelo rigor dos conhecimentos, pelo estudo sistemático das categorias e pela convivência intelectual mediada pelos profundos debates no campo das ciências sociais, das artes, da literatura... Muito obrigada pelo “percurso” de orientação, o que me possibilitou uma formação objetiva, intelectual, mas também subjetiva!

À professora Maria Margarida Machado, pela “acolhida” incondicional num momento em que a minha inserção no mundo do trabalho não se efetivou por escolha, mas por condições de sobrevivência na materialidade histórica. Agradeço pela oportunidade de participar das atividades e estudos da pesquisa relacionada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), possibilitando-me a reflexão a respeito da atividade profissional que se iniciava naquele momento (8/2010). A você, professora, sou eternamente grata!

À professora Marília Gouveia de Miranda, pelo processo formativo proporcionado pela experiência da Iniciação Científica (IC) e pela orientação no Mestrado. Agradeço pelo seu auxílio durante esses doze anos, o qual atingiu dimensões acadêmicas e pessoais. Obrigada pela valiosa contribuição referente ao trabalho de qualificação da tese.

Ao professor Jean Luiz Neves de Abreu, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pelo conhecimento e pelo estudo sobre as matrizes intelectuais que formularam o pensamento social brasileiro. Agradeço pelas manhãs de estudo, “quase individual”, da disciplina História Política nos escritos sobre o Brasil. Agradeço, desde já, pelo aceite para compor a banca de defesa desta tese.

À professora Núbia Ferreira Ribeiro, pelas contribuições referentes à leitura do trabalho de qualificação desta tese, a partir dos seus estudos sobre a Sociologia Brasileira. Agradeço pela convivência durante anos decorrente das atividades de pesquisa. Planilhas, planilhas!!

Às professoras Míriam Fábria, Luelí, Keila, Susie e Maria do Rosário, pelo afeto e o incentivo constante por meio de palavras de perseverança que contribuíram essencialmente para a continuidade e desenvolvimento deste trabalho intelectual. Agradeço a vocês por manterem a “chama” da esperança!

Às professoras Gina, Edna, Virgínia e Mona, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Educação (NEPPEC/FE/UFG), e também às professoras Marília e

Anita, pela oportunidade, no decorrer de doze anos, de aprender com o grupo o que é um processo formativo a partir da pesquisa científica. As atividades – estudo teórico, debate, participação em eventos científicos, estágio com os bolsistas – proporcionadas por este núcleo constituíram-se o “diferencial” para minha formação acadêmico-cultural. Além de tudo, possibilitaram-me “ver o mar à vista”!

Aos professores Ildeu Coêlho e Ged Guimarães, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FE/UFG), por instigarem a busca pela gênese do conhecimento por meio do rigor dos conceitos e do estudo teórico dos clássicos. E também agradeço às funcionárias Rosângela e a Ana Paula, pela presteza em auxiliar os discentes do PPGE.

Aos colegas doutorandos Lênin, Cynthia, Guillermo, pelo companheirismo e pelos diálogos na orientação coletiva.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida para a realização desta tese.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Câmpus Itumbiara), pela possibilidade de organização do trabalho pedagógico considerando a situação do docente em formação acadêmica. Agradeço a todos, gestores, funcionários e colegas professores.

Agradeço, especialmente, à amiga Ana Paula, que me “acolheu” em seu lar num momento em que a inserção no mundo do trabalho se tornou inevitável. A partir desse momento, emergiu uma valiosa amizade pautada pela cumplicidade, companheirismo, diálogos pessoais, profissionais e intelectuais. E à amiga Lígia Andrade, cuja amizade surgiu da afinidade de “almas” e por uma reciprocidade incrível de afeto.

À Mynara Melo Borges, orientanda de Iniciação Científica (IC/CNPq/EM), pelos estudos, discussões teóricas instigantes, acerca do desenvolvimento da pesquisa sobre as ações afirmativas no IFG. Agradeço pelo comprometimento e dedicação aos estudos.

À amiga Soraya, pelo carinho e pela cumplicidade no decorrer da nossa formação intelectual e principalmente porque extrapolou esse âmbito e se fortaleceu na vida pessoal. Você também mora no meu coração!

Às amigas Kaithy e Luciene, cujas trajetórias de vida assemelham-se à minha própria vida, em virtude da luta contínua e contraditória entre a formação intelectual e o mundo do trabalho. Agradeço a vocês pela nossa grandiosa amizade!

Às amigas Áquira, Nayra, Letícia e Simone pela amizade decorrente da graduação, perdurando no tempo de tal forma que se tornou laços familiares.

Às colegas Camila, Juliana, Leilyane e Renata a amizade mediada pela inserção no mundo da cultura.

À Anita Rocha e Luzimar a prontidão em auxiliar nas circunstâncias cotidianas.

À Ana Carolina, pela escuta e intervenção nos processos da dinâmica da vida.

Enfim, àqueles que constituem a plenitude da minha vida, a minha família. Aos meus pais, cuja oportunidade de estudo limitou-se, em função da condição social. Agradeço, assim, ao meu pai e poeta do sertão, que incentivou cotidianamente este percurso formativo! À minha mãe, pelo amor sublime, pelo apoio e pela determinação em relação aos encontros da vida.

À Millamay Alice, irmã e eterna amiga que carinhosamente duplicou o nosso amor com novas vidas, às princesas brancas Alice Rachel e Isabel Rachel. Minhas sobrinhas que nasceram (respectivamente, em 2010 e 2013) imersas à convivência com esse processo formativo. A vocês agradeço pelo “sentido” da sublimação do amor.

Ao meu irmão Sancho, pelo apoio, pela tranquilidade em relação aos processos da vida!
Ao meu cunhado Robson, pelo companheirismo e pelo diálogo.

Ao Moisés, o príncipe negro, cujo amor é eterno! Agradeço pela cumplicidade e sinceridade de uma vida que começamos e pretendemos construir juntos! Agradeço pela sua atuação como “poeta” nos momentos em que o trabalho intelectual nos distanciou de forma imperativa, em busca do desfecho desejado: o término desse ciclo formativo. Amo você, Gregório!

O homem vem ao mundo inacabado. Mas transforma-se em uma espécie de pequeno deus, ainda que tenha que trabalhar para viver. É precisamente no trabalho que se exterioriza, expressa. Todo produto da atividade humana configura-se também como realidade espiritual.

O homem se manifesta em coisas, fatos, acontecimentos que se apresentam como realizações com significado. Ao criar, cria-se a coisa e o sentido. Criatura. Assim se formam a semente e o fruto, o algodão e o tecido, a casa e o lugar, o livro e o poema, o teatro e o espetáculo, a escultura e o movimento. Da mesma maneira formam-se o gesto, o traço, a imagem, o som. Tudo expressa a dialética criador e criatura. Em tudo o homem se revela, amplia, multiplica. Parece um deus.

IANNI

SUMÁRIO

RESUMO	x
Abstract.....	xi
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
RAÇA E HISTORIA: AS FORMAÇÕES SOCIAIS DO CICLO DO CAPITAL	22
1.1 “Novo Mundo”: uma formação da era do ciclo do capital	26
1.2 Brasil Negro: uma particularidade histórica do “Novo Mundo”.....	42
1.3 Miscigenação: uma singularidade da formação do povo brasileiro.....	60
CAPÍTULO 2	
RAÇA E CLASSES: A METAMORFOSE DO NEGRO EM CIDADÃO	68
2.1 A configuração político-econômica do Brasil moderno.....	73
2.2 Brasil nação: a miscigenação como caleidoscópio da relação indivíduo- sociedade.....	85
2.3 O negro cidadão na era do capital: a complexa prática política.....	102
CAPÍTULO 3	
RAÇA E POLÍTICA: A RECONFIGURAÇÃO DO MITO FUNDADOR	108
3.1 Questão racial: dilema da modernidade-mundo.....	114
3.2 A democracia racial: a reconfiguração do “mito fundador” na era global.....	128
3.3 A afirmação da igualdade política e da diversidade étnico-racial como justiça social para a raça negra.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	150

RESUMO

BASTOS, Rachel Benta. *Raça e história: a metamorfose do negro no contraponto do mito da democracia racial*. 2013. 157f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

Esta tese postula que o jogo das forças sociais da modernidade engendrou as transformações constitutivas do negro imbricadas pelas tramas político-sociais de criação e recriação do mito da democracia racial. A investigação envolveu o descortino da questão racial, como universalidade inerente à condição humana de relação com o outro igual e diferente. Assim, optou-se, como metodologia de pesquisa, pelo estudo de natureza bibliográfica. E, a partir da compreensão da fecundidade intelectual das matrizes que formularam o pensamento social brasileiro, definiram-se como principais referenciais teóricos desta tese as obras de Octavio Ianni e Florestan Fernandes, haja vista os estudos pioneiros sobre as relações raciais no Brasil, especificamente sobre a raça negra. A realização da pesquisa teórica permitiu, assim, estabelecer as seguintes categorias: raça, história, classe e política. Tais categorias legitimam e conclamam as contradições determinadas pela mediação da raça como nexos constitutivos dos desdobramentos das relações sociais condicionadas pelas determinações históricas, de classe e das políticas. Compreende-se que a raça é uma categoria lógico-histórica, uma construção social. Nesse sentido, a par das singularidades constitutivas da questão racial, portanto, das três raças, optou-se por estudar especificamente a raça negra, o negro brasileiro em constituição, transformação, diluição e recriação histórica no jogo das forças sociais. Como estudo e investigação dessa problemática, três capítulos foram propostos a partir do desdobramento das relações inter-raciais e da perspectiva do Brasil negro: “descobrimto/consolidação”, “identidade nacional/modernização” e “reparo histórico/mito fundador”. O primeiro tem como propósito desvelar e elaborar o significado do passado da raça negra na formação do povo brasileiro. O segundo capítulo expõe a contradição raça-classe como transição e ruptura da época colonial e monárquica para o processo de constituição do Brasil moderno, proveniente da metamorfose da nação, do tipo social, da sociabilidade, da cultura e da condição do negro na trama social. O terceiro busca apreender os desafios da contradição raça-classe na contemporaneidade, por meio das especificidades conjunturais, desde o caleidoscópio da miscigenação com a ideologia da inexistência do conflito inter-racial até a contemporaneidade das políticas de Estado com a discriminação positiva. Conclui-se que o descortino da metamorfose do negro reconfigurada pelo mito da democracia racial é o desvelamento da relação raça-classe. Historicamente, a raça, a condição de raça, foi configurada e legitimada pela identidade, pela marca social que é a cor. A condição de classe – a pertença a uma classe social – ficou subsumida à proclamação da democracia, cidadania, diversidades. O que está em questão é um passado presentificado pelas contradições oriundas do capital. Assim, proclamam-se ideais de igualdade em nome de ideais de uma “identidade racial” que se afirma e se resolve na aparência. A condição socioeconômica tornou-se elemento positivo de inserção, ou seja, de inclusão social, na política, que se deslocou de lugar, tornando-se determinação mundial.

Palavras-chave: raça; história; metamorfose do negro; mito da democracia racial.

ABSTRACT

BASTOS, Rachel Benta. *Race and history: the metamorphosis of the black contrast the myth of racial democracy*. In 2013. 157F. Thesis Program (Graduate Education) - Faculty of Education, Federal University of Goiás, Goiânia, 2013.

This thesis posits that the interplay of social forces of modernity engendered transformations constitutive of black interwoven plots by socio-political creation and recreation of the myth of racial democracy. The research involved the insights of race as universality inherent human relationship with equals and different. Thus, it was decided, as a research methodology, the study of bibliographic nature. And, from the understanding of intellectual fecundity of mothers who formulated the Brazilian social thought, defined as the main theoretical framework of this thesis works of Octavio Ianni and Florestan Fernandes, given the pioneering studies on race relations in Brazil, specifically on the black race. The research allowed theoretically the establishment of the following categories: race, history, class and politics. Such categories legitimize certain contradictions and call the mediation of race as constitutive of unfolding nexus of social relations conditioned by historical factors, and class policies. It is understood that the race is a logical-historical category, a social construction. Accordingly, the pair of singularities constitutive of the racial issue, so the three races, we chose to specifically study the black race, the black Brazilian constitution, transformation, dilution and historical recreation of the social forces at play. How to study and research this problem, three chapters were proposed from the split of interracial relationships and the prospect of black Brazil: "discovery / consolidation", "national identity / modernization" and "note history / founding myth". The first aims to reveal and elaborate the meaning of the past of the black race in the formation of the Brazilian people. The second chapter exposes the contradiction as race-class transition and rupture of the colonial and monarchical to the process of constitution of modern Brazil, from the metamorphosis of the nation, the social type, sociability, culture and condition of the social fabric in black . The third attempts to grasp the challenges of race-class contradiction in contemporary, through the specific term from the kaleidoscope of miscegenation with the ideology of the lack of inter-racial conflict until the contemporary state policies with positive discrimination. We conclude that the insights of the metamorphosis of black reconfigured by the myth of racial democracy is to reveal the relationships race-class. Historically, race, race condition, was set by the identity and legitimized by social mark that is the color. The class condition - belonging to a social class - was subsumed to the proclamation of democracy, citizenship, diversity. What is in question is a past-present the contradictions arising from the capital. So proclaim themselves ideals of equality in the name of ideals of a "racial identity" that affirms and resolves in appearance. The socioeconomic status became positive element insertion, social inclusion policy, which moved from place to become global determination.

Keywords: race, history; metamorphosis of black; myth of racial democracy.

INTRODUÇÃO

Esta tese, intitulada *Raça e história: as metamorfoses¹ do negro no contraponto do mito da democracia racial*, postula que a condição do negro na sociedade brasileira é determinada histórica e socialmente e está implicada no processo de modernização e criação/recriação do mito da democracia racial. Essa postulação sustenta-se na pesquisa² realizada no doutorado, cuja investigação envolveu o descortino da questão racial,³ como universalidade inerente à condição humana de relação com o outro igual e diferente, e o exame da problemática racial considerada como a metamorfose das raças⁴ em povo, em cidadão. Tomada a partir de distintas conjunturas da história político-social do Brasil, a questão racial é constituída e constitutiva da formação do povo brasileiro, por suas mesclas derivadas das raças luso-negra-indígena, e revela a criação e a recriação do mito da democracia racial.

Essa investigação objetivou desvelar os nexos constitutivos da metamorfose do africano em negro escravo pertencente ao sistema escravocrata e da ruptura e

¹ O termo metamorfose é um conceito desenvolvido tanto por Octavio Ianni, como se pode verificar nas obras *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional* (1962) e *Escravidão e racismo* (1978), quanto por Florestan Fernandes em *O negro no mundo dos brancos* (2007) e *A integração do negro na sociedade de classes* (O legado da “raça branca”, v. 1; No limiar de uma nova era, v. 2) (2008a, b). Para os autores, a metamorfose refere-se ao processo de configuração do africano negro e mulato em escravo e do escravo em operário/cidadão a partir da ruptura da sociedade agrário-exportadora para a urbano-industrial. Ianni (1978) afirma que a metamorfose é a dupla alienação do negro escravo a negro operário, é a dupla alienação do negro em relação a sua raça e a sua condição de classe. Fernandes (2007) explica que a metamorfose do negro está relacionada ao processo de exclusão social, ao preconceito de cor em detrimento da raça. O termo metamorfose também faz parte dos estudos de Ianni (1999, 2002a, 2004a,b,c, d, 2011) sobre a era da globalização. O termo é apropriado para explicar sobre a metamorfose da história e sobre a metamorfose do cidadão do mundo provenientes do ciclo de expansão e concentração do capital.

² O objeto desta pesquisa originou-se a partir da participação principalmente da coleta de dados, do projeto de pesquisa “As contas da dialética inclusão-exclusão: a experiência das cotas na UFG”, coordenado pela profa. Anita Cristiana Azevedo Resende, em 2009. Esse projeto faz parte das atividades de pesquisa desenvolvidas no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Educação (Neppec) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). Os debates teóricos com o grupo da pesquisa sobre os dados coletados contribuíram significativamente para a definição, elaboração e direcionamento desta tese.

³ Para Ianni (1996, p. 122), trata-se da problemática racial, das controvérsias sobre o significado das raças e da metamorfose que constitui o negro do branco com traços de uma inferioridade e diferença. A questão racial “[...] compreende toda a gama das etnias, ou raças, e suas mesclas, que compõem a população”.

⁴ Nesta tese, compreende-se raça como uma categoria lógico-histórica, como “[...] uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação” (IANNI, 2004d, p. 23). Dessa forma, optou-se pela apropriação do termo raça, com a finalidade do descortino específico das metamorfoses da raça negra reiteradas por mitos democráticos.

continuidade da metamorfose do escravo em cidadão e trabalhador livre no contexto do desenvolvimento de consolidação do capitalismo. Em tais condições, o processo de metamorfose do negro cria e reproduz uma dupla alienação: a da raça e a de classe (IANNI, 1978).

A metamorfose do negro escravo em cidadão igualmente é tributária da consolidação de ideologias raciais estabelecidas, por um lado, pela proclamação e a existência de uma democracia racial e, por outro, pela perpetuação velada de desigualdades e distinções sociais. As ideologias raciais ainda existentes na contemporaneidade estão pautadas por teorias raciológicas estrangeiras que imperaram, no contexto brasileiro, a partir de meados e final do século XIX, no período da crise da escravidão (SCHWARCZ, 2011a, 2012a, b). E também pelas próprias ideologias do branqueamento, do branco, do negro e do mulato que emergiram da composição mestiçada das relações sociais e foram legitimadas, sobretudo, a partir dos processos de constituição da República brasileira. As ideologias raciais são, portanto, compostas pelos processos contraditórios da racialização⁵ e do racismo, presentes na história brasileira. Sob a ênfase da democracia racial, as ideologias legitimaram ideais de tolerância racial,⁶ marcada por antigos padrões de relações raciais. Ideologicamente o “‘negro’ teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao ‘branco’, o problema era dele – não do ‘branco’” (FERNANDES, 2007, p. 46).

Assim, as metamorfoses do negro no contraponto do mito da democracia racial exigem compreender, ao mesmo tempo, a particularidade da formação do povo brasileiro, pelo jogo das forças sociais internas e externas, e também exigem compreender a produção de uma singularidade oriunda das relações sociais e raciais. Tal singularidade efetivou-se pelo processo de miscigenação consagrado pela produção de relações raciais supostamente democráticas. Historicamente, afirmou-se a

⁵ A racialização, segundo Ianni (2004c, p. 18), assim como a raça, é produzida pelas relações sociais e suas implicações políticas, econômicas e culturais. A racialização existe desde o contexto das grandes navegações, de formação do “Novo mundo”, ou seja, constitui a história do mundo moderno, dos ciclos do capitalismo. “A racialização do mundo está em curso. Numa reflexão sobre a questão racial no Brasil somos obrigados a reconhecer que, simultaneamente, está havendo algo de diferentes gradações em muitas partes do mundo e que surtos de diferentes manifestações de racismo e intolerância estão imbricados com a dinâmica da sociedade”.

⁶ Tolerância racial é um conceito desenvolvido por Florestan Fernandes e significa uma forma particular de racismo, “um preconceito de não ter preconceito”, de aceitar as formas de desigualdade racial, de acomodação racial e convivência inter-racial. O autor enfatiza que há uma confusão entre tolerância racial e democracia racial (FERNANDES, 2007).

democracia racial em virtude da existência de uma plasticidade, ou seja, a convivência harmônica entre as raças e mesclas de raças (FREYRE, 2005). E negou-se pelo desvelamento de relações raciais produtoras, na verdade, do mito da democracia racial (FERNANDES; BASTIDE, 1955, 2008). Sob o mito paira um “véu encobridor” de tensões, conflitos, contradições, preconceito, discriminação e racismo.

Com esse escopo, reitera-se que o problema de pesquisa desta tese é a postulação de que a condição do negro na sociedade brasileira é determinada histórica e socialmente e está implicada no processo de modernização e criação/recriação do mito da democracia racial. Assim, o objetivo deste trabalho foi realizar uma análise da formação e transformação dessa raça imbricada por processos de legitimação e negação da democracia inter-racial⁷ a partir do pressuposto de que as metamorfoses do negro são reconfiguradas pelo mito da democracia racial, que prega a afirmação e efetivação da igualdade política e da diversidade étnico-racial na era global.

Acerca desse pressuposto é possível afirmar que esta tese tem como imperativo a elaboração do passado como desvelamento para o tempo presente, no qual a condição do negro reiterada pelo mito democrático encontra-se mais desenvolvida. Distintamente, esta tese busca desvelar a construção histórica da raça negra, pautada pelos desdobramentos da formação das classes sociais e dessas pelos desdobramentos provenientes da proclamação da cidadania, de princípios democráticos. Assim, distingue-se por tratar o tema da raça como uma questão de classe, conforme Ianni e Fernandes, e não como uma questão cultural, como foi tratada a questão a partir da década de 1930 no Brasil com os estudos culturalistas.

No desenvolvimento da pesquisa, fundamentou-se a investigação em autores que, em distintas conjunturas históricas da formação brasileira e movidos pela inquietação e indagação acerca da questão nacional, desenvolveram estudos sobre as

⁷ O termo inter-racial está presente tanto em algumas obras de Octavio Ianni, mas principalmente nas obras de Florestan Fernandes. Destaca-se a recorrência do termo na obra “Branços e negros em São Paulo” de 1955. Essa obra, de coautoria com Roger Bastide, foi uma pesquisa encomendada pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, Cultura e Educação (Unesco) na década de 1950 e foi considerada um estudo pioneiro que revelou, segundo Ianni (2004c, p. 10), “[...] a realidade do preconceito racial de par em par com o preconceito de classe e, portanto, o preconceito racial constitutivo da sociabilidade na sociedade brasileira”. A pesquisa patrocinada pela Unesco estendeu-se por outras partes do Brasil, como o Sul, por causa da participação de outros intelectuais pertencentes à Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira realizaram a pesquisa em regiões do país nas quais a escravidão efetivou-se de modo particular e com uma concentração menor de negros (FERNANDES; BASTIDE, 1955, 2008).

raízes da sociedade nacional acerca do povo, da cultura e da política, com destaque para Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Clóvis Moura, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Lília Moritz Schwarcz. Os três primeiros, segundo Ianni (1996, p. 44), inauguraram “[...] estilos de pensar o país, a história brasileira, os dilemas do presente, as perspectivas prováveis. Formam discípulos, continuadores, dissidentes. Inclusive resgatam contribuições precedentes, suscitam precursores”. A produção desses intelectuais contribuiu para a constituição da sociologia brasileira e, conseqüentemente, para a interpretação do Brasil, em meados do século XX. Segundo Bastos e Botelho (2010, p. 479), a década de 1950 simbolizou o período em que a sociologia brasileira apresentou “[...] os seus primeiros resultados mais significativos em termos de produção de conhecimento, que a tradição intelectual nacional ganhou o interesse público dos cientistas sociais profissionais”.

Após compreender a fecundidade intelectual das matrizes⁸ que formularam o pensamento social brasileiro, especialmente a partir da década de 1930, definiu-se como principais referenciais teóricos desta tese as obras de Octavio Ianni⁹ e Florestan Fernandes¹⁰. Trata-se de autores da tradição intelectual brasileira, pioneiros nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, especificamente sobre a raça negra. Eles integraram o grupo de intelectuais da chamada Escola de Sociologia Paulista, instituição que

⁸ A compreensão das matrizes intelectuais que formularam o pensamento social brasileiro significou a imersão teórica mediante os estudos da disciplina História Política nos Escritos Sobre o Brasil, ministrada pelo prof. Dr. Jean Luiz Neves de Abreu, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Esses estudos constituíram-se como determinações teóricas fundamentais para a elaboração da tese.

⁹ Octavio Ianni nasceu em 1926 e faleceu em 2004. Foi professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, de 1956 a 1969. Mas no período da ditadura militar foi afastado do país juntamente com Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. No contexto da ditadura, lecionou na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). Com a redemocratização do país, em 1986, Ianni passou a lecionar na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Lecionou também como professor visitante em várias universidades estrangeiras. Recebeu alguns títulos, como de intelectual do ano. Produziu cerca de quarenta livros (“Notas da Editora Civilização Brasileira”, IANNI, 2011).

¹⁰ Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920. Em 1941 começou o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Em 1945 já tinha se tornado professor assistente da cadeira de Sociologia II. Em 1953 obteve o título de livre-docente nessa mesma instituição. Na década de 1960 foi considerado um dos líderes mais atuantes em defesa da escola pública. Em 1964, foi efetivado como professor catedrático na USP, mas em 1969 foi aposentado compulsoriamente, por conta do regime militar, vindo a lecionar em universidades estrangeiras. Em 1977 trabalhou na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). Em 1985 recebeu o título de professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Em 1986 filiou-se no Partido dos Trabalhadores (PT), sendo nesse mesmo ano eleito deputado federal, cargo que ocupou por dois mandatos. Faleceu em 1995 e deixou uma vasta obra com mais de cinquenta volumes. Foi considerado um dos maiores sociólogos do seu tempo, o que lhe carrou o título Doutor *Honoris Causa* em duas universidades estrangeiras (CANDIDO, 2001).

inaugurou os estudos sobre a situação do negro e o preconceito racial no Brasil. A questão racial, então, foi determinada como o tema da fase clássica da ciência social brasileira.

Estabelecidos os principais referenciais teóricos, optou-se pela pesquisa de natureza bibliográfica como metodologia do trabalho, o que requer estudo, leitura, interpretação, análise e elaboração, após a compreensão dos conceitos concebidos pelos autores, das questões e temáticas estudadas. A pesquisa de natureza bibliográfica implica “[...] aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro. Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão” (CHAUI, 1994, p. 21). Esse tipo de trabalho, portanto, tornou-se o exercício primordial e rigoroso para a construção deste projeto intelectual.

A realização da pesquisa teórica possibilitou, assim, estabelecer categorias de análise que permitem sintetizar e apreender nexos constitutivos da realidade:¹¹ raça, história, classe e política. A raça é compreendida como uma categoria lógico-histórica, é uma construção social que, nos desenvolvimentos implicados na formação do povo brasileiro, derivou diferentes interpretações em distintas vertentes científicas, tais como o positivismo, o darwinismo e a sociologia, com as interpretações socioliterárias do Brasil. Tais interpretações legitimam e conclamam as contradições determinadas pela mediação da raça como nexo constitutivo dos desdobramentos das relações sociais condicionadas pelas determinações históricas, de classe e das políticas.

A raça é, segundo Schwarcz (2007, p. 11), um tema “quase tradicional” na história das ciências sociais brasileiras, pois se faz presente desde os relatos históricos dos viajantes, no século XVI. Mas não “há como resumir essa história feita de termos, nomes e cores. O que se pode, sim, afirmar é que raça sempre deu muito que falar sobre *o e no* Brasil”. Tanto a raça, como a cor, a mistura sempre foram, de acordo com a autora, temas fundamentais que ora foram exaltados ora foram referendados com descrédito. No decorrer da história brasileira, a raça se configurou e virou identificação, negociação, uso social da cor e discurso nacional (SCWARCZ, 2011a).

A par das singularidades constitutivas da questão racial, portanto, das três raças – a do branco, a do negro e a do indígena –, optou-se por estudar especificamente a raça

¹¹ Essas categorias compõem os estudos de Octavio Ianni em *Escravidão e racismo*, de 1978. Nessa obra o autor trabalha com as relações escravidão-capitalismo, raça-classe, escravidão-história, escravidão-racismo, raça-política. Em função do objeto de estudo e da problemática desta tese, optou-se pela pesquisa e exposição das seguintes relações categoriais: raça e história; raça e classe; raça e política.

negra, o negro brasileiro em constituição, transformação, diluição e recriação histórica no jogo das forças sociais. “Mais do que outras etnias (ou raças, entendidas em termos sociológicos), ele [o negro] desafia o pensamento e a prática de muitos dentre aqueles que pretendem compreender as condições de formação do povo, sociedade civil, Estado, nação” (IANNI, 1996, p. 122). Isto porque a raça negra é considerada uma questão mais latente e aguda quando vinculada à problemática da formação do povo brasileiro e à função social do negro. E, além disso, a condição do negro em momentos de conjuntura crítica acentua-se e torna-se mais explícita.

Assim, esta investigação é um desafio que busca entender as metamorfoses do negro na reconfiguração do mito da democracia. Para expor o resultado dessa investigação, a partir do desdobramento das relações inter-raciais e da perspectiva do Brasil negro, este trabalho se organiza em três capítulos: “descobrimento/consolidação”, “identidade nacional/modernização” e “reparo histórico/mito fundador”.

No primeiro capítulo, intitulado “Raça e história: as formações sociais do ciclo do capital”, o propósito é desvelar e elaborar o significado do passado da raça negra na formação do povo brasileiro. A elaboração desse passado é o descortino das contradições da formação social escravista e da formação social capitalista. Trata-se das relações entre raça e escravidão em uma sociedade colonial e das relações raça e classe social em uma sociedade capitalista-competitiva em formação (FERNANDES; BASTIDE, 1955, 2008). A compreensão da relação raça-história se desloca para três mediações: a formação do Novo Mundo pela era do ciclo do capital; a questão social do negro; a miscigenação como uma singularidade da formação do povo brasileiro, dado o cruzamento das raças como uma particularidade da nação.

As mediações referem-se aos contextos de formação e à conquista do Novo Mundo. “A descoberta e a conquista do Novo Mundo abalam mais ou menos radicalmente os quadros raciais e mentais de referência de uns e outros, tanto no Velho Mundo como no Novo mundo. Todos são desafiados pela surpresa, inquietação, deslumbramento, estranhamento, desencantamento” (IANNI, 2000, p. 37). O Novo Mundo, em sua origem, constituiu-se pela gênese do capitalismo e se desenvolveu pela reprodução mercantil, cuja acumulação originária ocorreu pelo estabelecimento do escravismo e das formas de acumulação primitiva.

A consolidação do ciclo do Novo Mundo se deu por meio das grandes navegações, das conquistas, dos descobrimentos e da instauração do colonialismo como

organização político-econômica do expansionismo da era mercantil. Os desdobramentos dessa era proporcionaram as bases para a formação do Brasil. O país foi considerado um paraíso habitado por uma população de bárbaros. Entretanto, pela sua riqueza aparente, clima tropical e abundância de território instalou-se o colonialismo como organização político-econômica da terra “descoberta”. E para a exploração da nova terra o negro africano foi “o escolhido” pela civilização europeia como força de trabalho escravo. As relações raciais, estabelecidas nessa época no Brasil, ficaram conhecidas e caracterizadas internacionalmente pela ideologia das relações cordiais¹², por causa do “forte” processo de miscigenação.

No segundo capítulo, “Raça e classe: a metamorfose do escravo em cidadão”, se analisa a contradição raça-classe como transição e ruptura da época colonial e monárquica para o processo de constituição do Brasil moderno. Estão em questão a identidade e o caráter nacional provenientes da metamorfose da nação, do tipo social, da sociabilidade, da cultura e da condição do negro na trama social. A modernização do Brasil se fez sobre a permanência de bases escravistas contraditórias ao desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse contexto, o negro não conseguiu integrar-se à nova lógica estabelecida, permanecendo, assim, em condições sociais de inferioridade e desigualdade. “O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Doutro lado, esse mundo também não foi imune ao negro” (FERNANDES, 2007, p. 33).

É, portanto, por dentro dos processos do Ciclo da Revolução burguesa no Brasil que a questão nacional tornou-se mais complexa e provocou vários desenvolvimentos notáveis. A revolução burguesa “[...] não desvenda o labirinto histórico-cultural da questão nacional, [...] não realiza as condições histórico-culturais que caracterizam a autodeterminação, soberania, democracia, cidadania” (IANNI, 1983, p. 42). No caso brasileiro, grande parte do povo continuou subjulgada pela classe dominante. O processo de exclusão tornou-se mais evidente na nova ordem social capitalista e competitiva.

¹² Florestan Fernandes e Roger Bastide (2008) afirmam que a ideologia das relações “ditas cordiais”, conclamadas por Gilberto Freyre em sua análise da mestiçagem cultural e racial do povo brasileiro, significa tanto a manutenção e acomodação da situação interétnica desigual que impedia as relações de conflitos explícitos, quanto à legitimação da inferioridade social, do preconceito de cor e da discriminação racial.

Segundo Ianni (1983), historicamente, quando ocorrem esses processos de intensificação do capital, as desigualdades e contradições raciais, culturais e regionais acentuam-se e ganham dimensões políticas. Assim, dessa trama da questão nacional analisa-se a condição do negro sob a perspectiva da miscigenação como caleidoscópio da relação indivíduo-sociedade. Refere-se à constituição do processo de afirmação da existência de uma democracia racial e ao processo de desvelamento do mito democrático que se propagou sobre as relações raciais brasileiras. Refere-se também à legitimação da ideologia do branqueamento.

A ideologia do branqueamento pautou-se pela ideia de uma tolerância racial, velada pela desigualdade de classe e imperada pelo preconceito de cor. O mito da inexistência de conflito racial perpetuou-se mediante o processo de miscigenação e da ideia de uma ausência de estratificação social. A existência da democracia racial culminou com a idealização do branqueamento, legitimada, principalmente, com ordem à econômico-política de base capitalista. O branqueamento, como elemento ideológico, é parte constitutiva da metamorfose do negro, e nessas condições a estrutura social torna-se um problema para o negro, haja vista o bloqueamento de sua cidadania plena (FERNANDES, 2007).

Trata-se da análise e compreensão da condição do negro cidadão na era do capital, que corroborou e consagrou com sua condição de permanecer “[...] condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como ‘igual’” (FERNANDES, 2007, p. 33). Intrínseco a essa condição, constituíram-se as formas de resistência e contestação às injustiças sociais fundantes da ação política do negro no processo de modernização vivenciado e consolidado no Brasil. Essa ação acentuou-se mediante os desdobramentos desiguais da era do capital e culminou para a constituição do Movimento Negro Unificado (MN), nos anos de 1970. “[...] o MN tornou mais forte o coro daqueles que já demonstravam o lado mítico da democracia racial: exaltada como modelo, mas dificilmente encontrada na realidade” (SCHWARCZ, 2012a, p. 72).

No terceiro capítulo, “Raça e política: a reconfiguração do mito fundador”, é analisada a contradição raça-política, buscando apreender os desafios dessa contradição na contemporaneidade. Essa apreensão pauta-se pela retórica instaurada pela lógica de justiça social, num processo civilizatório desigual e combinado. Na particularidade histórica do Brasil-Nação, advém e compõe-se de especificidades conjunturais, desde o caleidoscópio da miscigenação com a ideologia da inexistência do conflito inter-racial

até a contemporaneidade das políticas de Estado com a discriminação positiva. Esta é caracterizada por uma ideologia de reparação histórica pela via da inclusão social estabelecida e normatizada pelas ações afirmativas.

A relação raça-política é discutida a partir de três mediações. A primeira referente à questão racial como uma problemática da modernidade-mundo. Concerne ao novo “ciclo da revolução burguesa” em escala mundial, produzido pelas forças e as relações produtivas da era global. O objetivo é compreender como na era global as relações raciais transformam-se em função da instauração de um novo ciclo do capital. A segunda mediação é a democracia racial como reconfiguração do “mito fundador”, em função das transformações estabelecidas pela expansão e concentração do globalismo. Trata-se de um mito fundador quando se compreende que é “fenômeno”, um ideário que historicamente, pelo jogo das forças sociais, configurou-se e se reconfigurou como reprodução da lógica capitalista. E a terceira é a afirmação da igualdade política e da diversidade étnico-racial: a justiça social para a raça negra. Este último item apresenta como emblema os documentos oficiais proclamados pelo governo brasileiro, via orientação de políticas globais para o combate do racismo, discriminação, xenofobia, preconceito. Diz respeito a uma contradição instaurada pela lógica da sociedade global, visto que, ao mesmo tempo em que se agravam os processos de desigualdades e contradições raciais, culturais e regionais, proclamam-se políticas mundiais de combate a essas questões sociais. Essas políticas são propostas mediante o estabelecimento de programas e projetos de cooperação econômica mundial, cuja base envolve a retórica de uma justiça social igualitária, universal.

Dessa perspectiva, o estudo da metamorfose do negro pode apontar a implantação do sistema de cotas nas universidades brasileiras como um emblema da “democracia racial”, da inclusão dos excluídos historicamente pela nação. Uma política de “reparo” social de legitimação de uma desigualdade social caracterizada pelos aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e educacionais. O sistema de cotas como um programa nacional direcionado para o dilema social das minorias pode ser tomado como exemplo na contemporaneidade de desigualdades estruturais de ordem econômica, social e política que alcançam a condição do negro e como a sua metamorfose em cidadão ainda encontra percalços. Pode-se afirmar que tal sistema constitui-se como a materialidade histórica à seguinte questão formulada por Fernandes

(2007, p. 39): “O que o futuro parecer reservar ao Brasil em matéria de ‘integração racial’?”.

Nesse sistema, as situações de desigualdades, hierarquias, preconceitos e discriminação tornam-se aparentes, muitas vezes veladas pelas contradições sociais produzidas com base na relação educação-sociedade-modo de produção capitalista. Nessa lógica, o “mito da democracia racial surge como um legado da escravidão, um falseamento da realidade, que implicou o desenraizamento dessa população, que carregaria consigo marcas históricas” (FERNANDES, 2007, p. 20). Uma marca histórica que se reconfigura na atualidade pela legitimação da igualdade política. E está cunhada pela existência de uma sociedade mundial caracterizada pela integração e diversidade étnico-racial. Afirmam-se a pluralidade, o transculturalismo, a mundialização como configurações impostas também ao novo cidadão do mundo, como afirma Ianni (1999, 2002a, 2004b,c,d, 2011).

Ao final, considera-se que o descortino da metamorfose do negro reconfigurada pelo mito da democracia racial é o desvelamento da relação raça-classe. Historicamente, verifica-se que a raça – a condição de raça – foi configurada e legitimada pela identidade, pela marca social que é a cor. A condição de classe, a pertença a uma classe social, ficou subsumida à proclamação da democracia, cidadania, diversidades. Ianni (2011) afirma que a diversidade esconde a desigualdade velada pela ordem social mundial, na qual o preconceito e a discriminação não desapareceram, mas mudaram de função. O que está em questão é um passado que se cria e recria e se presentifica nas contradições do capital numa sociedade inter-racial que reconfigura a democracia racial como mito social, operante e cruel “[...] que não ajuda o ‘branco’ no sentido de obrigá-lo a diminuir as formas existentes de resistência à ascensão social do ‘negro’, nem ajuda o ‘negro’ a tomar consciência realista da situação e a lutar para modificá-la [...]” (FERNANDES, 2007, p. 60). Contraditoriamente, é a persistência de antigos padrões tradicionalistas de relações raciais perpetuados e legitimados como democracia racial.

CAPÍTULO 1

RAÇA E HISTÓRIA: AS FORMAÇÕES SOCIAIS DO CICLO DO CAPITAL

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.

Karl Marx (1986)

As relações sociais e políticas determinadas pela organização e produção econômica são constitutivas da história humana. As atividades dos homens realizadas individualmente e em grupo são sempre ações coletivas e históricas. Assim, história implica apreensão global dos sistemas, das estruturas, dos processos e das formas sociais de vida coletiva e individual – é a produção da história¹³ em processo como dialética do real (IANNI, 1986).

A história, segundo Marx e Engels (1978, 1984), está condicionada inicialmente à ação humana, que modifica as bases naturais. “A condição primeira de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos” (1978, p. 67). “Os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer a história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e alguma coisa mais” (MARX; ENGELS, 1984, p. 39). O que os homens são ao longo da história depende das

¹³ “A história da vida cotidiana e do presente em processo, encarada da perspectiva do materialismo histórico, propõe-se lidar, simultaneamente, com os fatos históricos que permitem descrever tanto o ‘superficial’, quanto o ‘profundo’ na cena histórica. No plano descritivo, ela busca a reconstrução da situação histórica total; no plano interpretativo, ela se obriga a descobrir a rede (ou as redes) da causação histórica, associando reciprocamente as transformações das relações de produção às transformações da sociedade e das superestruturas políticas, jurídicas, artísticas, científicas, religiosas, etc.” (FERNANDES, 2003, p. 51).

condições materiais de sua produção. Eles produzem os meios de existência, e dessa forma produzem sua própria vida material. Os homens são portadores de necessidades – este é o primeiro fato histórico. Marx e Engels (1978, 1984) afirmam que o segundo fato histórico refere-se à produção de novas necessidades, à ação de satisfazê-las e aos instrumentos dessa satisfação. O terceiro fato histórico define-se pela renovação do homem, de sua própria vida, por meio da criação de outros homens, ou seja, a reprodução. O quarto fato caracteriza-se pela dupla produção social da vida, pelo trabalho e a produção natural pela ação da procriação.

A história, portanto, não é homogênea e transforma-se com o “jogo das forças sociais produtivas” internas e externas da materialidade sobre a qual a ação humana se estabelece. Essa materialidade inscreve a relação entre o presente, no qual o homem atua, e o passado, do qual herda as condições dessa própria atuação. Dessa perspectiva, o passado atua sobre o presente e determina as condições e possibilidades de ser dos homens. Esse é o fundamento da historicidade humana. É assim que nos momentos de crise e transformações revolucionárias os homens podem recorrer às configurações históricas do passado para a produção da vida presente (MARX, 1986). O passado constitui-se, dessa forma, num modelo como processo de elaboração, para o presente e para o futuro (HOBSBAWM, 1998). O passado como constitutivo do presente é uma determinação. O problema é como esse passado é aludido no presente, em que muitas vezes ocorre sem elaboração.¹⁴

Ser humano, pertencer à comunidade humana é, segundo Hobsbawm (1998), posicionar-se sobre seu passado, mesmo que para recusá-lo. “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWM, 1998, p. 22). Há comunidades e sociedades em que o passado é “modelo” para o presente, porém a convicção de que o presente deve reproduzir o passado provoca um ritmo positivamente lento de transformação histórica. Dessa forma, o domínio do passado não significa imobilidade social, haja vista que essa ideia é antagônica com a de progresso e

¹⁴ “O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as causas” (ADORNO, 2000, p. 49).

inovação.¹⁵ O sentido do passado é a continuidade coletiva das experiências. E o presente “[...] não é, nem pode ser, uma cópia-carbono do passado; tampouco pode tomá-lo como modelo em nenhum sentido operacional” (HOBSBAWM, 1998, p. 38). De acordo com Hobsbawm (1998), desde o processo de industrialização a inovação que as gerações adquirem e reproduzem é mais marcante do que a relação com o passado. Entretanto o passado é, mesmo assim, fonte de autoridade e de experiência para o presente e para o futuro. Os homens tentam antever o futuro por meio de leituras que fazem do passado. O futuro está diretamente relacionado ao passado.

Essa determinação do passado sobre o presente constitui-se como fundamento da busca da elaboração do sentido do passado na formação racial do povo brasileiro, em específico da raça negra. A relação raça e história desvela um nexos constitutivo fundamental na compreensão da questão do negro no Brasil. A elaboração desse passado é o descortino das contradições da formação social escravista e da formação social capitalista, particularmente no Brasil. Afinal, em suas especificidades, na formação da nação brasileira, as raças constituem-se como determinações provenientes das relações e mesclas raciais que historicamente compõem a problemática racial. As raças subsistem como dilema histórico, pondo e repondo a problemática racial na explicação da formação da nação (IANNI, 1996).

Assim, compreende-se que os parâmetros da relação raça e história são determinados pela formação social brasileira, ao tempo em que essa formação social desvela a miscigenação como um caleidoscópio das raças que a constitui (IANNI, 1996). A história do negro no Brasil pode ser tomada como desvelamento do processo de formação social na esteira da consolidação do “Novo Mundo”,¹⁶ das bases do

¹⁵ A inovação, segundo Hobsbawm (1998), pode ocorrer de duas formas: primeiro nos interstícios, a partir das matérias que não participam diretamente da história consciente que os homens incorporam; segundo, na inovação consciente e radical do passado. Ambas, de alguma forma, elaboram o sentido do passado.

¹⁶ O Novo Mundo, de acordo com Ianni (2000, p. 39), é um mundo que desde o início já estava em transformação. É oriundo do contexto de conquistas, descobertas em curso com a Renascença, a Reforma e Contrarreforma e a Revolução Científica. A sua consolidação abalou e transformou as estruturas do Velho Mundo, estruturado pelas nações da Europa. “Está em curso o declínio de um antigo, conhecido e codificado mapa do mundo; simultaneamente à formação de outro, novo, surpreendente, inquietante e fascinante. Afinal, descobre-se e incorpora-se a ‘quarta parte do mundo’, que talvez estivesse inscrita na imaginária simetria que povoava e povoa fantasias e mitos, como uma ‘Atlântida’ pretérita, incógnita e prometida. Está em curso o processo de desencantamento do mundo, em sentido literal e metafórico. O globo terrestre revela-se histórico, no sentido de produto e condição, constitutivo e constituinte da práxis coletiva e individual, nas quatro partes do mundo”.

desenvolvimento do modo de produção capitalista e, portanto, da modernidade. A mão de obra escrava é elemento fundamental nesse processo, uma vez que o sistema capitalista é oriundo da mercantilização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre os povos produtores e reprodutores existentes no mundo dos séculos XV e XVI (IANNI, 2000).

Nesse contexto, desenvolveu-se, ao mesmo tempo e em situações de contradições sociais distintas, o sistema mercantil, a partir de rupturas históricas conjunturais. A consolidação da “era mercantil” ocorreu com o estabelecimento do processo de colonização de territórios para a exploração e produção de matéria-prima e produtos para o mercado mundial. Em alguns territórios a exploração tornou-se possível por causa da implantação do sistema escravista, em função não apenas da abundância de terras e produtos para a exploração, mas também da necessidade de mão de obra escrava para dinamizar a produção das novas formações sociais. “Toda a história dos séculos XVI, XVII e XVIII é uma história de escravismo no Novo Mundo. [...] formavam-se e desenvolviam-se as estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais, acopladas com as metropolitanas” (IANNI, 2000, p. 44-45).

Com os desdobramentos do mercantilismo surgiram novos interesses, econômicos e políticos, diferentes dos existentes no sistema colonial escravista, que transformaram as bases do capitalismo. Assim, o capitalismo a princípio criou e, posteriormente, com o avanço e a incompatibilidade à lógica do capital, destruiu o sistema escravista. O escravo negro no contexto das relações e das forças produtivas capitalistas tornou-se trabalhador livre e ao mesmo tempo operário negro. A condição de escravo, trabalhador e cidadão é produto e componente proveniente das relações produtivas do escravismo e do capitalismo (IANNI, 1978).

A formação do “Brasil negro” delimita e explica a formação do Brasil como uma particularidade do Novo Mundo. Segundo Ianni (1996), em específico e de forma reiterada a condição do negro é historicamente um desafio e um dilema social. Esse desafio nasce da materialidade histórica e social porque, na conjuntura de formação social brasileira, a atuação efetiva do negro como força de trabalho significou a produção material durante quatro séculos do regime de escravidão fundante da economia brasileira. Produção e geração de riquezas se evidenciaram por um lado; expropriação e exclusão social, econômica e política por outro.

De outra parte, é também fundamental entender a miscigenação como uma singularidade da formação do povo brasileiro. A nação mestiça significa a composição racial da formação histórica do Brasil por meio do intercruzamento do branco, do negro e do índio, cujo resultado¹⁷ denominou-se miscigenação. A raça e a miscigenação dessas raças na formação social brasileira significam inicialmente um processo de transformação do negro africano em escravo e do escravo em cidadão, em trabalhador livre. As raças, ao longo do tempo, são recriadas, reelaboradas como socialmente diferentes, desiguais e ideológicas (IANNI, 1978).

A formação do povo brasileiro constitui, assim, a tessitura para a compreensão da formação dessa territorialidade socioeconômica e cultural. Foi engendrada pelas relações raciais provenientes de configurações históricas e políticas, oriundas de raças heterogêneas: a do branco “europeu”, a do índio “nativo” e a do negro “estrangeiro”. Compuseram-se assim relações sociais determinadas pela diversidade racial e seus desdobramentos em processos miscigenatórios, os quais culminaram na formação do povo brasileiro, e deste em uma coletividade de cidadãos estabelecida por demandas das transformações históricas e sociais do Novo Mundo.

1.1 “Novo Mundo”: uma formação da era do ciclo do capital

O movimento expansionista mercantil proporcionou a ruptura com a formação feudal e a continuidade do avanço do sistema mercantil até a constituição e a efetivação do sistema capitalista. O declínio e a transição da sociedade feudal para a era mercantil constituiu uma fase de desenvolvimento do capital comercial e da acumulação primitiva oriunda de um processo paradoxal. Pois, enquanto no Velho Mundo, particularmente na Inglaterra, criavam-se as condições histórico-estruturais para o desenvolvimento do capitalismo, no Novo Mundo estruturava-se a escravatura. A acumulação primitiva “foi um processo de âmbito estrutural e internacional, gerado por dentro do mercantilismo” (IANNI, 1978, p. 4). Essa acumulação foi também considerada um processo social,

¹⁷ Resultado da miscigenação: mulato é o mestiço branco com negro, o mameluco (caboclo) é o mestiço branco com índio e o cafuso é o mestiço negro com índio.

político e econômico de dimensão estrutural determinada pela relação capital e força de trabalho. O desenvolvimento desse processo envolveu desde a intensa acumulação e centralização do capital e dos meios de produção até a força de trabalho estabelecida pela cisão entre trabalhador e propriedade dos meios de produção. A cisão significou padrões distintos de relações sociais provenientes da propriedade feudal, uma vez que o trabalhador se constituía como oferta livre da força de trabalho no mercado, e desse modo houve a construção de novos padrões de relações sociais (IANNI, 1978).

A propriedade feudal, segundo Marx e Engels (1978, 1984), se constituiu como o terceiro estágio da divisão do trabalho de uma nação. “Podemos reconhecer, de modo bastante claro, o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas de uma nação pelo nível de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho” (MARX; ENGELS, 1978, p. 68). Na Idade Média, a propriedade feudal efetivou-se mediante o trabalho dos pequenos camponeses, denominados servos avassalados em comunidades. A população, nessa época, encontrava-se dispersa pelos campos, em reinos feudais e em oposição inicialmente às cidades. Segundo Marx e Engels (1978, p. 71-72), a “propriedade principal consistia, portanto, durante a época feudal, por um lado, na propriedade imobiliária, à qual está ligado o trabalho dos servos, e por outro, no trabalho pessoal com pequeno capital regendo o trabalho dos artesãos”. No auge do desenvolvimento do sistema feudal, a divisão do trabalho era bastante restrita.

A organização comercial até então estabelecida pelas relações feudais, proveniente da estrutura social e política e da produção, segundo Marx e Engels (1987), por um lado era limitada pelas próprias condições de produção, por outro era insuficiente, em virtude do surgimento de novos mercados. Isso porque as relações produzidas nas propriedades feudais não atendiam mais às forças de produção em desenvolvimento e intercâmbio entre as formações político-econômicas do princípio da era do capital. Segundo Marx (1978a), o contexto da Idade Média forneceu duas formas de capital – o capital usuário e o capital mercantil –, que se desenvolveram e surgiram como formações econômicas e sociais do Novo Mundo. Estava em questão, segundo Ianni (2000), uma ruptura histórica caracterizada pela consolidação do Novo Mundo.

O Novo Mundo é bem um produto e uma condição de uma ruptura histórica excepcional, acompanhada de implicações científicas, filosóficas e artísticas também notáveis. Surpreende, inquieta, fascina, deslumbra e desencanta. Sim, participa decisivamente do processo de

desencantamento do mundo, como um momento primordial e seminal da modernidade, como emblema do modo pelo qual se inicia um novo ciclo da história. (IANNI, 2000, p. 39).

Refere-se a um novo ciclo, a um novo mundo caracterizado principalmente pela formação do capitalismo e da origem do Estado-Nação. A expansão mercantil criou as bases para o desenvolvimento posterior de um sistema econômico mundial e para a organização dos Estados Nacionais,¹⁸ decorrentes, segundo Hobsbawm (2011), da ideologia do liberalismo burguês. Para os princípios liberais, o desenvolvimento da nação significava uma das fases do progresso, o nacionalismo estava ajustado ao progresso, e a política internacional da época correlacionada à ideia de modernidade. “A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais” (HOBSBAWM, 2011, p. 32). O princípio de nacionalidade alterou o “mapa da Europa” – propósito do projeto liberal burguês. Todavia esse princípio não era universal e não compreendia a totalidade da construção das nações, apenas de algumas delas.

Assim, a era mercantil engendrou processos civilizatórios de constituição de novas formações socioeconômicas. Esse processo revolucionário, segundo Ribeiro (2011, p. 67), configurou as nações ibéricas como impérios mercantis salvacionistas¹⁹. Os espanhóis estavam “certos de que eram novos cruzados cumprindo uma missão salvacionista de colocar o mundo inteiro sob a regência católico-romana”. Esse tipo de missão expandiu-se pela África, Ásia e posteriormente pela América. As finalidades eram a conquista de novos territórios, a busca de riquezas e a produção por meio do trabalho escravo. Em tal contexto, os portugueses e espanhóis foram os primeiros a se apropriarem do desenvolvimento tecnológico das navegações oceânicas e do acesso ultramar produzido pelos árabes.

¹⁸ Para compreender o que é Estado-Nação, Hobsbawm (2011) explica sobre a modernidade do vocabulário nação. Para isso, descreve algumas conceituações a partir de dicionários e enciclopédias, para posteriormente afirmar que se trata de um conceito relacionado aos princípios do liberalismo burguês do século XIX. No sentido moderno e político, nação é um termo historicamente recente. A nação na perspectiva política era o sentido mais utilizado na literatura da época.

¹⁹ Ribeiro (2011), no estudo sobre o processo civilizatório, denominou o mundo ibérico como império mercantil salvacionista, dada a revolução tecnológica mercantil, que proporcionou a expansão marítima.

[...] a causa primeira da expansão ultramarina, e portanto dos descobrimentos, fora a precoce unificação nacional de Portugal e da Espanha, movidos por toda uma revolução tecnológica que lhes deu acesso ao mundo inteiro com suas naus armadas, gestando uma nova civilização. Libertos da ocupação sarracena, descansados da exploração judaica, dirimidos dos poderios locais da nobreza feudal, emergia em cada área um Estado nacional. Foram os primeiros do mundo moderno (RIBEIRO, 2011, p. 67).

A revolução tecnológica concedeu aos portugueses e aos espanhóis a possibilidade de progresso e hegemonia em relação às novas formações sociais conquistadas. E alguns aspectos contribuíram para que Portugal se tornasse pioneira nesse processo, tais como as condições existentes de reino independente e o apoio oferecido à classe social em ascensão – a burguesia mercantil –, por conta dos estudos na área de navegação e dos avanços na utilização de instrumentos marítimos, como a bússola. A esse respeito, Holanda (2011a) afirma que esse pioneirismo foi a maior missão história de Portugal, haja vista seu preparo para a exploração marítima. As transformações provenientes da expansão marítima proporcionaram a descoberta, a exploração e a colonização de novas terras.

O mercantilismo constitui-se, assim, como um antagonismo estruturado pela criação na Europa, especialmente na Inglaterra, das possibilidades do desenvolvimento do capitalismo industrial e da criação e formação social nos novos mundos colonizados. Tratava-se de antagonismos produzidos pela abertura do mercado mundial e pela intensificação do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção através da ação mercantil das nações europeias. Portugal,²⁰ sobretudo, e também Espanha, Inglaterra e Holanda, pautadas em interesses mercantis, estavam à procura da comercialização e do consumo de produtos externos oriundos dos mercados do Oriente e dos processos de colonização das novas terras. Essas nações estavam interessadas em produzir a baixo custo nas colônias e vender a preços elevados para as metrópoles, mediante a compra de grande quantidade de mercadoria como forma de manutenção dos

²⁰ Portugal tornou-se polo para o comércio de especiarias provenientes das Índias, a partir da criação de uma nova rota comercial. Essa expansão foi denominada “Ciclo Oriental das Navegações”. A rota do ciclo compreendia o contorno do litoral africano até atingir as Índias. Essa atividade expansionista, além de gerar problemas substanciais entre as nações ibéricas, promoveu, à medida que conseguia atingir novos pontos, a constituição dos impérios coloniais consolidados com a criação de feitorias e extração de produtos.

negócios. “Logo segue a guerra comercial entre as nações européias, tendo o mundo por palco” (MARX, 1978a, p. 300).

Ianni (1988a) afirma que a abertura do mercado mundial proporcionou um desenvolvimento extraordinário do comércio, da navegação e da comunicação, juntamente com o desenvolvimento da nova classe em ascensão – a burguesia. A atuação da classe burguesa no mercado mundial causou uma visão “cosmopolita”, universal à produção e ao consumo. A formação do mercado mundial surgiu da necessidade por produtos de origem distantes e de clima diferente. A busca por esses produtos produziu um intercâmbio e uma interdependência entre nações.

O descobrimento da América, a circum-navegação de África criaram um novo campo de ação para a burguesia em ascensão. O mercado das Índias orientais e da China, a colonização da América, a troca com as colônias, a multiplicação dos meios de permuta e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso nunca até então conhecido, e, com ele, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desintegração. (MARX; ENGELS, 1987, p. 35).

A burguesia em ascensão alastrou-se, segundo Marx e Engels (1987), mediante o avanço do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a Inglaterra exerceu uma dupla missão nas Índias: destruição das velhas bases de produção e regeneração das bases da sociedade ocidental na Ásia.

O sistema mercantil, desse modo, caracterizado por ideais de protecionismo, monopólio e balança comercial favorável, expandiu as relações de produção da mais-valia e acentuou as relações antagônicas. O domínio expansionista promovido pelo desenvolvimento do comércio de especiarias e pela agregação de novas terras tornou-se conflituoso por causa da divisão das terras conquistadas, cuja base consistia na montagem de uma estruturação de “império colonizador”, determinada pelo pacto colonial entre metrópole e colônia – pacto de controle, subordinação e monopólio exercido por uma política intervencionista.

Sob todos os aspectos, estava em curso o processo de internacionalização das relações capitalistas de produção. Ao submeter os povos da Ásia, África e América Latina, o capitalismo estava criando um mundo à sua imagem. Universalizavam-se as relações de alienação e antagonismos, ao mesmo tempo em que se

universalizavam as relações de produção de mais-valia. Estava em curso o aburguesamento do mundo. (IANNI, 1988a, p. 27).

A conjuntura do avanço dos europeus em territórios do Oriente Médio, da África e do descobrimento das Américas, para Hobsbawm (2001), significou o vasto desenvolvimento do comércio vinculado à exploração colonial, ao tráfico negreiro²¹ e ao comércio instaurado no Oriente. A expansão e a efetivação do trabalho escravo nas colônias dependiam diretamente do tráfico negreiro, o qual significava um importante comércio mercantil. O processo de colonização, exploração e expansão promovidas pelo “velho mundo” constituiu assim o motor do processo civilizatório. Esse desenvolvimento culminou com a reprodução elevada do capital comercial e conseqüentemente com a intensa acumulação do capital por parte da metrópole europeia, principalmente na Inglaterra. As atividades comerciais e manufatureiras nesse contexto prosperavam de modo extraordinário,

[a partir de um] sistema de vias comerciais marítimas, que crescia rapidamente em volume e capacidade, circundava a terra, trazendo seus lucros às comunidades mercantis europeias do Atlântico Norte. Usavam o poderio colonial para roubar dos habitantes das Índias Orientais as mercadorias exportadas dali para Europa e a África, onde, juntamente com as mercadorias europeias, eram usadas na compra de escravos para os sistemas de plantação que cresciam rapidamente nas Américas. (HOBSBAWM, 2001, p. 35).

As deliberações e os avanços do capital comercial produziram a concretização e generalização do trabalho compulsório. Desse modo, a formação social escravista²² estava diretamente vinculada e determinada pelo comércio do mercado mundial (IANNI, 1978). O que se produzia e exportava das colônias excedia às importações e produzia um excedente econômico pertencente às nações metropolitanas. O processo de produção estava subordinado ao processo de circulação das mercadorias. A exploração

²¹ “As nações se jactavam cinicamente com cada ignomínia que lhes servisse para acumular capital. [...] A Inglaterra conseguiu a concessão de fornecer anualmente à América Espanhola, até o ano de 1743, 4.800 negros. [...] O tráfico constituía seu método de acumulação primitiva” (MARX, 1978a, p. 308-309).

²² Portugal – país colonizador da nação brasileira – mantinha, antes da colonização na América, relações de exploração e colonização com o território africano, desde o século XV. A população africana dessa nação foi considerada fundamental para o desenvolvimento da empresa colonial no Brasil, em função da semelhança de clima, da facilidade de adaptação na nova nação e em virtude da qualificação necessária para a realização do trabalho escravo nos engenhos de cana-de-açúcar.

desse tipo de trabalho compulsório – o escravo – dependia dos avanços e dos movimentos do capital comercial, cuja preocupação era com a acumulação e não propriamente com a produção. A forma de produção era considerada secundária, em detrimento do interesse exclusivo dos comerciantes na circulação da mercadoria.

Uma formação social escravista era uma sociedade organizada com base no trabalho escravo (do negro, índio, mestiço etc.), na qual o escravo e o senhor pertenciam a duas castas distintas; sociedade essa cujas estruturas de dominação política e a apropriação econômica estavam determinadas pelas exigências da produção de mais-valia absoluta. Nessas formações sociais, as unidades produtivas – como os engenhos de açúcar no Nordeste do Brasil e as *plantations* do Sul dos Estados Unidos, por exemplo – estavam organizadas de maneira a produzir e reproduzir ou criar e recriar, o escravo e o senhor, a mais-valia absoluta, a cultura do senhor (da casa-grande), a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho “darwinista” sobre as desigualdades raciais e outros elementos. (IANNI, 1978, p.13).

O desenvolvimento das distintas formações sociais escravistas estava estruturalmente vinculado à efetivação do capitalismo nas metrópoles europeias, não era um complemento dessa estrutura econômica. Ianni (1978) afirma que, no decorrer dos séculos XVI e XVII, a relação contraditória foi estabelecida entre o sistema mercantil e as diferentes formas de trabalho compulsório. Esse antagonismo tornou-se cada vez mais agudo com a concretização do capitalismo e a consolidação das formações sociais como estruturas de produção e reprodução do monopólio colonial, da comercialização de mercadorias e de acumulação primitiva.

O processo de acumulação primitiva foi decorrente dos acontecimentos históricos da descoberta do ouro e da prata na América, do aniquilamento e da escravidão dos povos indígenas, bem como da exploração de mão de obra africana. Esses acontecimentos constituíram a gênese da era da produção capitalista. No contexto mercantil, a dívida pública converteu-se em um fundamento importante de acumulação primitiva. Segundo Marx (1978a), o sistema de crédito público no período da manufatura espalhou-se por toda Europa como um sistema internacional de crédito. A dívida caracterizou-se como marca da era capitalista e como um bem coletivo, por constituir-se parte da riqueza nacional.

Tais aspectos foram determinantes e propulsores da gênese do capitalismo, uma vez que o monopólio dos produtos da colônia e a comercialização de mercadorias em

grande quantidade geraram aumento da acumulação, do lucro e da mais-valia. Contudo Ianni (1978) afirma que a sustentação de tal antagonismo só foi possível porque as formações sociais escravistas constituíram-se em organizações político-econômicas internas e externas totalmente interligadas à metrópole. Nesse contexto de coexistência e interdependência antagônica entre os sistemas de produção mercantil e as formações sociais escravistas, as transformações históricas oriundas do século XVIII proporcionaram a reconfiguração dessas relações.

As relações sociais em que os indivíduos produzem, as relações sociais de produção mudam, transformam-se, quando se modificam e se desenvolvem os meios materiais de produção, as forças produtivas. No seu conjunto, as relações de produção formam aquilo a que se chama as relações sociais, a sociedade, e em especial uma sociedade com determinado grau de desenvolvimento histórico, uma sociedade de caráter distintivo e peculiar. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa, são exemplos de conjuntos de relações de produção, em que cada um deles caracteriza ao mesmo tempo uma etapa específica de desenvolvimento na história da humanidade. (MARX, 1983, p. 28).

As relações sociais de produção, compostas pelas formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção, do produto e divisão social do trabalho, expressam como os homens se organizam socialmente para produzir. A divisão do trabalho produz os modos de segmentação da sociedade – as classes sociais –, determinados pela apropriação do excedente dos meios de produção e pela propriedade privada. Quanto maior a produtividade em grande escala, maior é a divisão do trabalho com a utilização de maquinaria. Nesse sentido, o antagonismo do sistema de produção mercantil e as formações sociais escravistas tornaram-se mais complexos em função dos desdobramentos do jogo das forças produtivas. Essa relação estruturou-se em meio à luta e crises pela independência de nações colonizadas.

Na lógica de produção do capital mercantil, surgiu, desenvolveu-se e manteve-se o antagonismo da interdependência do trabalho escravo e do trabalho livre com novas nuances e reconfigurações. Esse antagonismo retrata a expressão da estruturação das relações sociais estabelecidas, ao mesmo tempo, entre senhor e escravo, burguês e operário, numa relação de subordinação, alienação e dependência em todos os aspectos da produção material e imaterial na qual o escravo contribuiu para a formação do operário (IANNI, 1978). O antagonismo oriundo do desenvolvimento do capital

comercial expressa ao mesmo tempo a existência do escravo (negro ou mulato, índio ou mestiço) e o surgimento do operariado (homem livre) (IANNI, 1978). Portanto, estava em processo a consolidação do processo civilizatório do capital pela Europa, por meio da subordinação do capital mercantil e da reconfiguração do trabalho escravo produzido nas colônias ao desenvolvimento desigual e combinado do capital industrial. Ianni (2000, p. 44) afirma:

O Novo Mundo nasce e se desenvolve como produto e condição da acumulação originária, processo por meio do qual se inicia e se desenvolve a metamorfose do dinheiro em capital; metamorfose que influencia decisivamente as condições sob as quais se dá a Revolução Industrial Inglesa. Além das grandes navegações, descobrimentos e conquistas, assim como do cristianismo, renascimento e experimentalismo, cabe reconhecer o papel decisivo da acumulação originária, ou do que tem sido conhecido também como mercantilismo. Está em curso a gênese do capitalismo, que envolve a busca de metais preciosos, especiarias, produtos tropicais, matérias-primas, formas compulsórias de organização do trabalho e produção, pirataria, intensa e generalizada reprodução mercantil e metamorfose do dinheiro em capital.

Ianni (2000) ainda afirma que o “baluarte” fundamental da acumulação primitiva foi justamente o escravismo. Entretanto, com as transformações em curso, o desenvolvimento do capital produtivo industrial gerou um processo de crise da formação social escravista e do trabalho compulsório pela não adequação à racionalidade, ao sentido e ao ritmo do capital. A fase do capitalismo industrial também foi marcada pela independência das colônias, por meio de um processo de “descolonização” marcado em algumas formações sociais pela abolição.²³ Isto gerou a explicitação do antagonismo do trabalho livre e trabalho escravo, também gerou outras contradições advindas dos ideais liberais, como a própria questão da cidadania.²⁴

²³ Das formações sociais originárias do sistema colonial na América, o Brasil foi a última nação a abolir a escravidão (SCHWARCZ, 2011a, p. 39). A escravidão permanece ainda por décadas. “O ato tardou, o Brasil foi o último país no Ocidente a contar com cativos em suas fazendas e a demora custou muito à monarquia, que perdeu a coroa, mas não seu manto, sua simbologia e popularidade futura”. A abolição ocorreu em 1888, um ano após a abolição cubana.

²⁴ A cidadania pode ser compreendida como um conceito clássico da Antiguidade, cuja origem está relacionada aos estudos do filósofo Aristóteles, especificamente, na obra *Política* (Livro III, Capítulos I a III). O estudo do conceito compreende a definição da cidade e da natureza e qualidade do cidadão (ARISTÓTELES, 1997, p.77-88).

Estavam em processo, segundo Hobsbawm (2001), a dupla Revolução Francesa²⁵ e a Revolução industrial inglesa.

A grande revolução de 1789-1848 foi um triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo. (HOBSBAWM, 2001, p. 17).

A dupla revolução significou uma ruptura histórica que ocorreu no contexto de transição do século XVIII para o XIX. E foi marcada pelas transformações econômicas, em função da industrialização e das transformações políticas legitimadas por ideais liberais. A esse respeito, Hobsbawm (1996, p. 7) afirma que, se “a economia do mundo do século XIX foi constituída principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram construídas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. Esse século é marcado pela formação de uma economia global única caracterizada pela enorme migração dos povos na História. Os movimentos populacionais e a industrialização caminham juntos, como determinações essenciais ao desenvolvimento e acumulação do capital (HOBSBAMW, 2002).

Essa transição do século XVIII para o XIX, segundo Ianni (2000), significou também a formação de vários Estados nacionais. As novas nações foram levadas a estabelecer as próprias constituições nacionais. Estavam em curso a articulação entre a sociedade civil e o Estado; a formação do projeto nacional; a construção da soberania nacional, ou seja, a constituição de um nacionalismo. Imbricada pelos ideais nacionalistas, segundo Hobsbawm (2002), estava em curso também a democracia como a crescente participação do povo nas demandas do Estado.

²⁵ Sobre a Revolução Francesa, Hobsbawm (1996, p. 11) explica que se tratou de uma revolução ecumênica que aconteceu no mais populoso estado da Europa (com exceção da Rússia) e foi considerada uma revolução social de massa que atingiu vários países, dada a influência direta e universal. “A Revolução Francesa é assim a revolução do seu tempo, e não apenas uma revolução, embora a mais proeminente de sua espécie”. Essa revolução influenciou e repercutiu no contexto da América Latina, principalmente a partir de 1808, com os processos de libertação e independência das colônias.

No mesmo curso do desenvolvimento das contradições, o capitalismo constitui-se e expande-se, o que o torna histórico e universal, já que se generaliza pelas relações sociais de produção. As relações sociais estão vinculadas diretamente às forças produtivas (IANNI, 1988a). O sistema capitalista estrutura-se e configura-se na esfera da produção. Trata-se de um processo civilizatório econômico determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção, cujo caráter é desigual e contraditório. O capital, segundo Marx (1983, p. 27),

[...] compõe-se de matérias-primas, instrumentos de trabalhos e meios de subsistência de toda a espécie, que são empregados para produzir novas matérias-primas, novos instrumentos de trabalho e novos meios de subsistência. Todos esses elementos que constituem o capital são criações do trabalho, produtos do trabalho, trabalho acumulado. O trabalho acumulado que serve de meio para uma nova produção é o capital. Assim falam os economistas. O que é um escravo negro? Um homem de raça negra. Eis uma explicação que vale tanto como a primeira. Um negro é um negro. Só em certas condições é que ele se torna escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições é que ela se converte em capital. Fora dessas condições, deixa de representar capital, assim como o ouro por si só representa dinheiro ou açúcar, o preço do açúcar.

Entretanto o capital não se compõe apenas desses produtos materiais, ele também é valor de troca de relações sociais de produção e constitui-se de mercadorias, de troca de produtos. Esse capital tem como condição primeira o fato de haver uma classe que não possui os meios de produção, apenas sua força de trabalho e outra que mantém em seu poder as mercadorias produzidas. A função do capital é a produção de mais-valia – produção de trabalho excedente (MARX, 1983, 1978b). Desse modo, os valores de troca se tornam capital mediante a troca da força dos trabalhadores, que “dá ao trabalho acumulado um valor maior do que antes ele tinha” (MARX, 1983, p. 29).

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal; e de produção de mais-valia. Mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas. Ao mesmo tempo, mercantiliza a força de trabalho, a energia humana que produz valor. Por isso mesmo transforma as próprias pessoas, tornando-se adjetivas de sua força de trabalho. [...] A mais-valia e a mercadoria são a condição e o produto das relações de dependência, alienação e antagonismo do operário e do capitalista, um em face do outro. [...] não podem ser compreendidas em si, mas como produtos das relações de produção que produzem o capitalismo (IANNI, 1988a, p. 18-19).

Nesse processo de mercantilização universal, o capital industrial adquire supremacia em relação ao capital comercial. “Foi uma transição histórico-estrutural complexa, na qual o capital produtivo passou a colorir e dar sentido ao conjunto das relações de produção e do processo de realização da mercadoria” (IANNI, 1978, p. 20). Nesse âmbito, a acumulação passa a realizar-se e a circulação torna-se subordinada ao processo capitalista de produção industrial.

A acumulação de capital passa a ser determinada pelo processo produtivo. O processo de produção torna-se núcleo central econômico da produção de mais-valia, e o trabalhador transforma-se em vendedor da sua força de trabalho ao mercado urbano e industrial. “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2001, p. 197).

A força de trabalho – mercadoria do trabalhador – é comprada com dinheiro – mercadoria do capitalista. Há, desse modo, um consumo da força de trabalho por parte do comprador e isso faz o vendedor trabalhar tornando-se mercadoria, que é trocada por outras. O trabalhador vende a sua mercadoria ao capital porque precisa sobreviver. Assim, o trabalho é uma atividade vital que se vende para adquirir os meios necessários de subsistência (MARX, 1983, 1978b).

A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, duma vez para sempre, ao comprador. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de um outro. É ele mesmo que constitui a mercadoria e não a sua força de trabalho. O servo só vende uma parte da sua força de trabalho. Não é ele que recebe um salário do proprietário da terra, mas sim este que recebe dele o seu tributo. (MARX, 1983, p. 18-19).

O servo constitui-se na própria mercadoria lucrativa ao proprietário da terra ao qual ele pertence; já o trabalhador livre não possui nenhum proprietário, mas pertence à classe de capitalista, pois necessita dela para sua existência. Tal distinção tornou-se marcante no desenvolvimento do capital industrial, cuja condição primeira para seu

desenvolvimento era a existência de uma classe que possuía apenas força de trabalho (MARX, 1983). “Mas o capital não vive só do trabalho. Senhor distinto e bárbaro ao mesmo tempo, o capital arrasta consigo para o túmulo os cadáveres dos seus escravos, hecatombes inteiras de operários que sucumbem nas crises” (MARX, 1983, p. 45). Além de o capital desenvolver-se ligeiramente, ele constitui-se na condição mais favorável ao trabalho assalariado.

Nessa perspectiva, o capital industrial não podia ser acompanhado pelas formações sociais escravistas, dado o desajuste com as forças produtivas e as relações de produção estabelecidas pela expansão e acumulação de capital. A esse respeito, Ianni (1978) analisa a crise da escravidão, os processos abolicionistas e a independência política das colônias como fenômenos contemporâneos, coexistentes de uma configuração histórico-estrutural de ruptura interna e externa com o mercantilismo e as distintas formas singulares de trabalho compulsório existentes nas colônias. A existência de monopólio colonial não mais se sustentava com o desenvolvimento do capitalismo, em função da subordinação da comercialização à esfera da produção. Isso porque, com as exigências da reprodução do capital na esfera da produção, tornou-se necessário comandar a comercialização de matérias-primas e manufaturas.

No contexto de desenvolvimento do capital, a abolição, em sua significação histórico-estrutural, estabeleceu-se como negócio do homem branco, burguês. Segundo Ianni (1978), foi com o desenvolvimento econômico, sociocultural e político da cidade, das relações urbano-industriais, que as críticas, opiniões e compreensões acerca do escravismo concretizaram-se como possibilidade para a extinção desse sistema. Os ingleses, em prol do desenvolvimento do capitalismo em sua nação, empenharam-se na luta pela abolição da escravatura, dada a incongruência com a lógica da produção industrial. Numa combinação de fatores internos de cada nação e externos com a expansão do comércio internacional e o domínio econômico mundial da Inglaterra, a escravatura foi abolida praticamente em todas as nações. Com a abolição, outras formas de produção e circulação do capital foram criadas.

Desse modo, o declínio da escravatura nas distintas colônias precisa ser analisado pela coexistência do antagonismo entre as distinções da formação social capitalista e da formação social escravista, numa perspectiva de compreensão dos acontecimentos como relações, processos e estruturas de apropriação econômica e hegemonia política (IANNI, 1978). Isso constituiu a singularidade dos processos de

abolição nas colônias, por causa das especificidades das condições políticas e econômicas.

Ou, em outras palavras, a análise da crise e extinção da escravatura pode tornar-se muito mais objetiva quando ela procura conhecer as seguintes dimensões básicas de cada formação social: as formas de organização social e técnica das relações de produção, o que implica conhecer também a composição das forças produtivas (capital, terra, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho, modalidades de trabalho cooperativo etc.) e os graus do seu desenvolvimento e desigualdade; as relações e estruturas gerais e especiais de apropriação econômica e dominação política; as estruturas jurídico-políticas e ideológicas (incluindo-se religião, educação etc.) que compõem, integram e expressam os movimentos das relações de produção; as articulações, os desencontros e os antagonismos entre as formações sociais escravistas e capitalistas. (IANNI, 1978, p. 34).

Assim, a abolição significou uma mudança revolucionária das relações de produção e das forças produtivas, engendrada pelas especificidades do modo de produção capitalista. Trata-se do antagonismo entre a formação social capitalista e a formação social escravista que não permite, de acordo com Ianni (1978, 2004a), o entendimento de que a abolição tenha sido luta dos escravos em confronto com os senhores, haja vista o impedimento e a alienação,²⁶ por parte do escravo, da elaboração da sua própria condição, da compreensão e da crítica do sistema ao qual estava submetido.

Ianni (1988a) afirma que nas formações escravistas o escravo produz por obrigação, repressão e violência, além do que recebe para sobreviver e reproduzir-se. Dessa forma, ele não tem condições nem força política para negociar em função de sua situação como sujeito alienado. Tal ação repressiva justifica-se como política das relações de produção, cujo objetivo é produzir mais-valia absoluta.²⁷ Essa violência

²⁶ Existe, portanto, uma alienação específica à situação das relações de produção escravista. Nas relações escravistas, o escravo é alienado não apenas como pessoa por pertencer ao senhor, sendo propriedade dele, mas também em relação a sua força de trabalho. A alienação do escravo produz um tipo de alienação do senhor. “A transparência da alienação do trabalho e do trabalhador, na escravatura, torna o senhor direta e imediatamente alienado e prisioneiro da situação escrava” (IANNI, 1978, p. 40). O senhor mantém constantemente o escravo sob o seu domínio. Os dois tipos de trabalho constituem formas de organização distintas de produção e de trabalho alienado. Enquanto o escravo vive a alienação aberta, o operário vive o processo de alienação, e o senhor vive o impasse de que o lucro é oriundo do processo de produção. Desse modo, o senhor, em face das configurações capitalistas, é obrigado a transformar-se num burguês.

²⁷ Segundo Ianni (1978, 1988a), a mais-valia absoluta refere-se à produção pela extensão da jornada de trabalho.

como forma de organização da produção se reproduz nas relações sociais e culturais. Em situações externas ocorre a produção de mais-valia absoluta, em que a mercadoria é algo imediato proveniente do trabalho alienado. Nessas condições, o trabalho livre torna-se o mais apropriado para o desenvolvimento do capitalismo e da alienação²⁸ das forças produtivas e gera formas avançadas de divisão social do trabalho.

As reproduções da força de trabalho operárias são determinadas pelas relações capitalistas de produção. Em função da reprodução e da acumulação do capital, torna-se necessária a aplicação de técnicas e de métodos de organização social e de investimento em meios de produção. Fato que gera uma potencialização do trabalho na esfera das forças produtivas – produção de mais-valia relativa. No contexto do capital, as relações aparentemente não são entre os homens, mas entre mercadorias, entre coisas. O que importa são a troca, o produto a ser vendido e consumido no mercado. A esse respeito, Ianni (1978) afirma que nas relações capitalistas,²⁹ cujo predomínio é do trabalho livre, a mercadoria põe-se como algo estranho à consciência tanto do burguês quanto do operário. As exigências da acumulação e reprodução do capital agem diretamente sobre as forças produtivas.

A produção da mercadoria é uma característica do modo de produção capitalista, o qual provoca o obscurecimento do trabalho e das relações de produção. Portanto, da determinação da totalidade da lógica capitalista de alienação resultou a extinção do escravismo, em função do antagonismo gerado pelas formações sociais escravistas e capitalistas. Ianni (1978) afirma que no trabalho livre o operário e suas condições de trabalhador, de vendedor da força de trabalho, de cidadão, de membro de sindicato são distintos das condições do escravo. Existem, para os operários, condições de

²⁸ Na sociedade capitalista, o trabalho ocorre em condições de alienação; o trabalhador é quem produz, mas o produto de seu trabalho pertence ao capitalista – uma apropriação determinada pela alienação, inserida também na produção, segundo Marx (1989). Isso quer dizer que, na atividade produtiva, o trabalho é realidade externa para o trabalhador, negação de si mesmo, cansaço mental, infelicidade, meio para obter outras necessidades. A atividade produtiva torna-se sofrimento, esforço, coerção, obrigação para o trabalhador.

²⁹ As relações produtivas da sociedade capitalista, portanto, estão determinadas pela alienação do trabalho e pelo fetichismo da mercadoria. A forma como é produzida a realidade é opaca, escondendo as formas de quem a produz, expropriando a vida dos sujeitos. É o ocultamento do real dado na esfera da produção em que o trabalho objetivado na mercadoria é obscurecido, fetichizado. A mercadoria, então, aparece para seus criadores como se tivesse vida própria, como se não fosse coisificada, com propriedades próprias independentemente do produtor (IANNI, 1988a).

reivindicação político-social, as quais não são permitidas ao escravo. É nesse contexto que o processo de politização do escravo ocorre, justamente com o desmoronamento da sua condição de escravo, quando ele, portador de uma condição histórico-estrutural distinta do trabalhador “livre”, torna-se operário, se urbaniza e começa a se introduzir na lógica capitalista da alienação do trabalho.

Outra distinção é em relação à reprodução da mão de obra. Ianni (1978, 2004a) explica que reprodução do escravo é do campo fisiológico, sendo ele propriedade do senhor, representando capital constante. O escravo precisa ser alimentado, ter abrigo sob o domínio do senhor. O operário depende das condições de negociação com o dono dos meios de produção e representa capital variável. Na reprodução contratual, é possível o operário negociar como classe social com os donos de produção. Sua cidadania³⁰ é estabelecida por relações contratuais.

O produto do trabalho escravo aparece como expropriação, uma vez que a mercadoria constitui-se como produto alienado de um trabalhador também alienado. Nessas circunstâncias, a mais-valia e a mercadoria constituem-se em condição e produto das relações de subordinação, alienação e antagonismo entre o trabalhador livre e o capitalista (IANNI, 1988a). A forma mercadoria domina tanto o produto do trabalho essencial à reprodução do produtor como o excedente, o qual é apropriado pelo capitalista. Essa relação antagônica significa também que no momento da acumulação primitiva o escravo ajuda a criar as condições para o operário e, principalmente a partir do século XIX, o operário ajuda a criar as condições de mudança do escravo em operário. O Brasil é tributário dessa história e desse modo de produzir a vida.

O Brasil é uma particularidade formada pelo jogo das forças sociais constitutivas do Novo Mundo. Faz parte desse “laboratório de modos de ser”. Diz Ianni (2000, p. 43):

³⁰ Schwarcz e Botelho (2012b) esclarecem que o conceito de cidadania remonta à Antiguidade. A palavra cidadão vem do latim e significa *civitas*. Na civilização grega significava “liberdade, igualdade e virtudes republicanas”. Mas, segundo os autores, a construção e a elaboração jurídica da categoria cidadania são especificamente romanas. Já na Idade Média o conceito foi identificado com o surgimento do burguês, no período de transição para a modernidade. Na era moderna, a noção de cidadania está relacionada aos “direitos dos homens”. “Assim, com o avançar da modernidade, tão marcada pelo capitalismo e pelo Estado-nação (cujo surgimento e desdobramento ainda estavam em curso), o conceito e prática social da cidadania ganharam desenvolvimentos decisivos, e foram incorporados definitivamente ao vocabulário e à experiência política cotidiana” (p. 10). Nos desdobramentos da modernidade, a cidadania se torna uma luta por um Estado de direitos por meio da participação política.

Sob vários aspectos, o Novo Mundo, em suas configurações e movimentos, parece um vasto laboratório de modos de ser e devir, ou realizações e frustrações de europeísmo, americanismos, ocidentalismos, nazifascismos, liberaisismos e socialismos, sempre atravessados por catolicismos e protestantismos, de par com afro-americanismos, indigenismos, islamismos e outras expressões de uma ampla, intrincada e contínua transculturação.

Esses modos de ser, de alguma forma pelo jogo das forças sociais, tornaram-se determinantes na formação do Brasil, que ao mesmo tempo se consolida como uma particularidade histórica oriunda do Novo Mundo e se constitui como uma singularidade originária³¹ das relações e mesclas das raças. Por conseguinte, o Brasil estrutura-se antagonicamente pela base da materialidade econômica como uma formação social proveniente do ciclo que se instaura via mercantilismo, colonialismo e escravismo e pela base política, cultural e ideológica que se estabelece, sobretudo, pelas “ideias e visões do paraíso” no que diz respeito às formações sociais originárias do colonialismo espanhol e português.

1.2 Brasil negro: uma particularidade histórica do “Novo Mundo”

Das formações sociais da América Latina, constituídas a partir do colonialismo espanhol e português, o Brasil, segundo Ianni (2000), é, “literalmente e metaforicamente”, originário dos processos da Contrarreforma, do predomínio do escravismo como formação do trabalho compulsório, cuja principal mão de obra utilizada foi a dos negros africanos. O Brasil é oriundo, também, de relações sociais compostas por distintas raças e mesclas de raças. Distinções que se tornam universais como formação e consolidação de uma “nação” brasileira. No caso brasileiro, o projeto nacional tornou-se possível com a modernização que decorreu da consolidação do

³¹ A afirmação da miscigenação como uma singularidade do Brasil significa compreender que no contexto brasileiro ela adquiriu mesclas variadas. A esse respeito Schwarcz (2011b, p. 16) explica que a colonização portuguesa, o iberismo, conhecido “por seu modelo mais inclusivo e mestiçado, [...] fez escola ao criar sociedades marcadas pelo hibridismo populacional. Assim, se a realidade das mestiçagens faz parte de muitos países latino-americanos – e pode ser facilmente recontada por Cuba, México, Venezuela e Colômbia, [...] foi no Brasil que ela ganhou uma proporção multiplicada. Mais do que por índole, antes por necessidade, o pequenino Portugal precisava contar com novos braços para a colonização”.

capital como modo de produção da vida. “O fato é que, seja nas versões mais positivas, seja nas evidentemente negativas, esse então Novo Mundo sempre foi ‘um outro’, marcado por suas gentes com costumes tão estranhos” (SCHWARCZ, 2012a, p. 18).

Nessa perspectiva, o Brasil negro é constituído no processo histórico-político do negro como raça brasileira.³² “A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social” (MOURA, 1989, p. 7). O negro, como grande povoador, chega em “ondas sucessivas” para trabalhar e povoar os espaços existentes à época, a fim de se obter aumento demográfico³³ da população brasileira e para aumento da situação de inferioridade e exclusão econômica e social do próprio negro. O negro, por meio do seu trabalho, povoou e ocupou espaços sociais e econômicos com a produção e o desenvolvimento da economia colonial, cujo destino era o mercado externo.

[...] o negro (quer escravo, quer livre) foi o grande povoador do nosso território, empregando o seu trabalho desde as charqueadas do Rio Grande do Sul aos ervaais do Paraná, engenhos e plantações do Nordeste, pecuária na Paraíba, atividades extrativas na Região Amazônica e na mineração de Goiás. O negro não apenas povoou, mas ocupou os espaços sociais e econômicos que, através do seu trabalho, dinamizavam o Brasil. (MOURA, 1989, p. 12).

Oriundo da África, o negro, na condição de imigrante predestinado a escravo, chega ao território brasileiro por meio de uma viagem definitiva, sem possibilidade de retorno as suas origens. Assim, se caracteriza como trabalhador destinado a suprir e atender às demandas de mão de obra da empresa colonial, principalmente da instauração de uma agroindústria para o cultivo da cana-de-açúcar, cuja concentração ocorreu na região Nordeste do país. Tanto o negro quanto seus descendentes, mediante ação opressora e de modo coagido, chegaram ao Brasil a partir de 1550 via tráfico negreiro

³² Ianni (1996, p. 124) afirma que no campo das ciências sociais o estudo crítico dos autores Arthur Ramos, Guerreiro Ramos, Édison Carneiro, Clovis Moura, Nelson Werneck Sodré, Roque Larais, Thomas Skidmore e Florestan Fernandes possibilitaram a compreensão da “história às vezes bem nuançada do pensamento brasileiro, no que se refere ao negro”. Os autores empenharam-se em entender a importância do negro na estruturação social, na produção cultural e religiosa, nos movimentos sociais e na constituição do povo.

³³ Moura (1989) explica que, em relação ao aumento demográfico da população brasileira proveniente do tráfico negreiro, pode-se afirmar, por meio de estudos realizados pelos historiadores, que o século XVIII caracterizou-se pela maior ocorrência de importação de africanos. Esse dado tornou-se relevante no momento em que ocorreu a necessidade de quantificar a população negra e quando se tornou necessário identificar o homem brasileiro.

autorizado pela Coroa portuguesa. O estabelecimento do tráfico negreiro gerou um processo de efetivação da economia colonial e atuação do branco colono, que necessitava possuir escravos em função da concessão de terras, das cartas de sesmaria, por parte da Coroa. As sesmarias, segundo Prado Jr. (1999), não significavam doação, e sim que se subordinavam a certos aspectos jurídicos.

A autorização gerou protestos dos colonos, pois que consideraram a quantidade concedida pela Coroa irrisória. A vinda do negro representou diversos interesses: a do colono, na satisfação e realização das atividades, e a dos grupos mercantis, porque o tráfico negreiro significava atividade lucrativa da Coroa, por representar fonte de arrecadação aos cofres reais. Afinal, o gasto de Portugal era apenas com a viagem, dado seu custo elevado, em função das mortes dos negros no decorrer do trajeto. “Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa” (FREYRE, 2005, p. 70). Após a viagem, muitos negros chegavam inutilizados como força de trabalho.

Data-se o século XVIII como o período de maior importação de negros para o Brasil (MOURA, 1989), porque, no fim do período colonial, em aproximadamente três séculos, para cada três brasileiros um era escravo africano ou descendente de africano. A presença do “elemento negro” na formação brasileira foi muito significativa. Da população total, um terço era escravo. Ianni (1978, p. 6-7) afirma que, desde

“o século XVI, quando se iniciou o tráfico de africanos para o Novo Mundo, ao século XIX, quando cessou esse tráfico e terminou a escravatura, teriam sido transportados da África cerca de 9.500.000 negros. Desses, a maior parte foi levada para o Brasil, que importou 38 por cento do total”. Considerava-se o negro escravo como força de trabalho produtora da economia colonial, cujo fim era a destinação ao mercado externo, internacional (MOURA, 1989). Nesse sentido, foi formado um comércio triangular:

compreendendo a Europa, de onde saíam os barcos carregados de manufaturados e industriais, a África, onde se descarregavam esse produtos e carregavam-se africanos e as colônias do Novo Mundo, nas quais se trocavam os escravos africanos por metais preciosos, especiarias, açúcar, tabaco e outros produtos. Assim, formavam-se e desenvolviam-se as estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais coloniais, acopladas com as metropolitanas (IANNI, 2000, p. 45).

Entretanto, antes da presença do negro povoador, o período inicial da colonização da nação brasileira – colônia então de Portugal – significou a “descoberta” de produtos cambiáveis no mercado internacional, por meio da penetração do homem branco com as expedições de reconhecimento sem interesse na constituição de núcleos de povoamento. Nesse processo de reconhecimento do “novo mundo”, segundo Ribeiro (2011, p. 37), o branco invasor “[...] era a presença local avançada de uma vasta e vetusta civilização urbana e classista”. Era considerado homem caracterizado como prático, experiente e audacioso pela expansão, exploração e colonização, cujo objetivo era especificamente comercial. Essa penetração gerou os primeiros contatos com os nativos (índios).

O branco invasor, também denominado colono, segundo Prado Jr. (2008), começa a fazer parte da composição da população brasileira até o início do século XIX. A seleção do colono tinha como critério o caráter religioso, ou seja, bastava para isso ser considerado católico. Nos dois séculos iniciais de colonização, o reino admitia, de forma liberal, a existência de estrangeiros no território brasileiro. Apesar dessa possibilidade, predominava quase que exclusivamente o branco invasor português, o que resultou na presença do “elemento branco” nos principais centros urbanos. “O colono europeu ficará então aí na única posição que lhe competia: a de dirigente e grande proprietário rural” (PRADO JR., 1970, p. 21).

A fase pré-colonial foi caracterizada pelo abandono por parte de Portugal³⁴ das terras brasileiras durante três décadas. Inicialmente o Brasil foi relegado por Portugal, que apenas enviou as primeiras expedições de reconhecimento e demarcação de território. Esse contexto compõe a fase pré-colonial marcada pela extração e exploração da madeira pau-brasil. Predominante na mata atlântica, o pau-brasil, em relação às mercadorias orientais, era considerado inferior. O monopólio do produto era da Coroa e o trabalho de extração era realizado pelo indígena, que em troca recebia do branco colonizador quinquilharias. Essa exploração era realizada de forma brusca e rudimentar, o que provocou grande desmatamento. Desse modo, com a extração sem precedentes de preservação, o pau-brasil tornou-se escasso, por não haver replantio. O comércio deixou

³⁴ Prado Jr. (1970) explica que o desinteresse pela ocupação do território brasileiro, via colonização, envolvia muitas dificuldades, tais como: a não ser os traficantes de madeira, principalmente os franceses, ninguém se interessava pelo Brasil; o Reino não contava com uma população suficiente para realizar mais expedições além daquelas destinadas para o Oriente; e o tamanho do território conquistado.

de ser viável a partir de 1530, quando as matas já apresentavam sinais de esgotamento (PRADO JR., 1970).

Durante essa fase, a nação brasileira permaneceu relegada até o momento em que começou a ocorrer à decadência do império português nas Índias. Justifica-se esse abandono inclusive porque o interesse econômico de Portugal estava direcionado ao comércio certo e garantido das Índias, bem como por existir pouco interesse dos portugueses em começar a habitar as terras brasileiras juntamente com os nativos. Tal situação alterou somente quando Portugal foi desfalcado das principais colônias do Oriente e destituído de possessões ultramarinas, o que gerou novas condições de país independente. A respeito da falência do comércio no Oriente, Prado Jr. (2008, p. 86) afirma:

A crise portuguesa repercute no Brasil pelo incremento das correntes imigratórias que recebe da metrópole depauperada. Desaparecera o comércio oriental, que absorvera até então o melhor das forças portuguesas; elas se voltam então para o Brasil, que vai receber os excessos demográficos do Reino empobrecido e inapto para sustentar sua população. Será tamanha a emigração para a colônia, que logo intervêm medidas restritivas.

Além da situação de decadência do mercado do Oriente, a metrópole verificou, assim, a necessidade de demarcar o território por causa da presença de outros povos. Inicialmente, por conta da forma de exploração, não foram criados ou estabelecidos povoamentos das terras. No máximo eram criadas feitorias de armazenamento de produtos. Dessa forma, somente posteriormente, a partir de 1530, o rei de Portugal compreendeu que, para a permanência da terra, era necessário estabelecer uma colonização com estruturas de povoamento. O interesse era exclusivamente manter garantia da terra, uma vez que a nação brasileira ainda não produzia e gerava lucros elevados ao comércio europeu (PRADO JR., 2008).

Como medida, Portugal enviou as primeiras expedições de colonização para povoar, desbravar e prover o Brasil. A metrópole, por conseguinte, recorreu as suas experiências no Atlântico e dividiu o Brasil em capitânias hereditárias, como busca por ampliar e melhor organizar o planejamento administrativo da colônia. “Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina” (HOLANDA, 2011a, p. 52). Essa organização política

significou delegar ao outro o trabalho de colonização. Tal delegação constituiu-se em uma tentativa de administração, que fracassou em virtude dos constantes ataques de índios e da falta de recursos e de comunicação com a metrópole. Como alternativa para a solução do problema, a metrópole instituiu o governo-geral, com a função de administrar de forma centralizadora a colônia. Com essas transformações na administração da colônia, a sociedade desenvolveu-se e alterou-se em função das distintas atividades de produção e de exploração.

Entretanto faltavam recursos para o desenvolvimento de uma efetiva política de colonização. A dificuldade estava também em encontrar uma forma adequada de exploração da terra e descobrir um produto, ao mesmo tempo, rentável nos mercados europeus e adaptável ao clima e às condições de produção. Assim, para instaurar a empresa colonial, Portugal considerou alguns aspectos determinantes: grande propriedade de terra, monocultura e trabalho escravo (PRADO JR., 1970, 2008). A esse respeito Holanda (2011a, p. 48) afirma:

Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube, sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultura adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias europeias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho.

Estabeleceu-se, então, a sociedade escravista e rural (agrária) com o desenvolvimento da agricultura em área tropical, cujo objetivo era o cultivo de um produto caro e atrativo de lucro no comércio internacional. Isso porque, segundo Holanda (2011a, p. 49), o interesse e procura de Portugal era pela riqueza, “[...] mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”, a que custa lucro conforme encontrou nas Índias com as especiarias e metais preciosos.

A agricultura na formação brasileira significou o “nervo” econômico da civilização. Naquela época, decidiu-se pela produção da cana-de-açúcar. Oriunda da Ásia, os portugueses investiram na produção do açúcar, por ser considerado um produto valioso no mercado externo e pela experiência como produtor nas Ilhas do Atlântico.

Todavia, para a montagem dessa estrutura econômica cíclica na zona da mata, Portugal, por causa da sua carência de capitais, precisou recorrer e solicitar investimentos aos holandeses. Estes forneceram auxílio financeiro para a instalação dos engenhos e em contrapartida exigiram a maior parte dos lucros, fazendo ainda a intermediação entre Portugal e os mercados europeus (PRADO JR., 2008).

A expansão desse sistema agrário foi possível, segundo Holanda (2011a), porque a Europa, ainda no período dos descobrimentos, não se encontrava industrializada e dessa forma necessitava de produtos naturais das regiões tropicais de climas quentes, como o Brasil. Para a produção, a tentativa foi a utilização do trabalho indígena.

Aqui no Brasil tratou-se desde o início de aproveitar o índio, não apenas para obtenção dele, pelo tráfico mercantil, de produtos nativos, ou simplesmente como aliado, mas sim como elemento participante da colonização. Os colonos viam nele um trabalhador aproveitável; a metrópole um *povoador* para a área imensa que tinha de ocupar, muito além de sua capacidade demográfica. (PRADO JR., 2008, p. 89).

No entanto, os indígenas resistiram ao processo de escravidão mesmo com a legalização do trabalho escravo por parte da Coroa e isso fortificou ainda mais a ação dos colonizadores. Holanda (2011a) afirma que a adaptação dos indígenas ao trabalho mais técnico e apurado não foi possível em função das ações que já praticavam, ou seja, atividades livres, sem regularidades, coerção e controle. Para Ribeiro (1996, 2011), a resistência do índio pode ser compreendida pela simplicidade de sua organização social igualitária, sem estamento. O nativo, portanto, foi considerado pelo branco em estágio inferior de cultura, por causa da vida marcada pela simplicidade dos hábitos. Ele também era compreendido como tosco, porque vivia em agrupamentos nomeados tribos, habitava malocas de palha, realizava cultos direcionados aos fenômenos da natureza, dividia o trabalho por gênero e idade e vivia da pesca e da caça. Mesmo considerados resistentes, os indígenas contribuíram para a formação de vocabulários, de práticas alimentares, artesanais e de pesca e caça.

Diante dessas dificuldades para a execução da produção, Portugal, já experiente com o trabalho³⁵ escravo africano, decide suprir o problema de mão de obra no Brasil

³⁵ Segundo Prado Jr. (1970, p. 21), nas colônias tropicais, como no Brasil, não foi cogitada a possibilidade do trabalhador branco porque não tinha “braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço”. Além disso, como em Portugal, a população era insuficiente.

utilizando novamente os escravos africanos para cultivo da cana-de-açúcar. Além disso, tal supressão daria à metrópole a possibilidade de obter lucros com a imigração dos negros. “O escravo era o trabalhador fundamental de uma economia que exigia técnica muito complexa, pois não era apenas uma economia extrativa, mas uma agroindústria cuja diversificação interna do trabalho era bem acentuada” (MOURA, 1989, p. 19). Desse modo, as lavouras nos engenhos foram plantadas, cultivadas sem progressos técnicos, por causa do próprio contato com o meio tropical sem sujeição dos colonizadores, portanto, às técnicas existentes, já que o interesse era explorar da melhor forma possível.

Os engenhos para a plantação de cana-de-açúcar constituíram a dinâmica central e social da vida colonial, determinada pelo sistema patriarcal da monocultura latifundiária e escravocrata, constituído tanto pelas qualidades quanto pelos defeitos, conforme explica Freyre (2005). Esses engenhos compreendiam uma grande propriedade aristocrática, dividida pela relação casa-grande³⁶ e senzala, senhor e escravo e voltada para a produção do mercado externo. Nessa terra latifundiária, também eram desenvolvidas atividades subsidiárias, como lavoura e pecuária para subsistência.

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo em que exprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à atrasada, uma imposição de formas européias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente. (FREYRE, 2005, p. 35).

A inserção do negro africano no território brasileiro como escravo nos engenhos significou também a proliferação de sua cultura através do culto religioso, do tipo de alimentação, do vocabulário, da vestimenta, das festividades e dos cultos folclóricos. Holanda (2011a) afirma que a presença do negro efetivou-se como fator obrigatório no

³⁶ “A casa-grande, embora associada particularmente ao engenho de cana, ao patriarcalismo nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravocrata e latifundiária em geral: criou-a no Sul o café tão brasileiro como no Norte o açúcar. [...] A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala” (FREYRE, 2005, p. 43-44).

processo de expansão dos latifúndios coloniais. Tratava-se de um trabalho e de uma produção econômica que não geravam para o negro uma renda específica para proveito próprio, uma vez que na divisão da riqueza o lucro referente à exportação e comercialização destinava-se à Coroa e aos senhores de escravo. Essa condição do negro perdurou principalmente no decorrer do período colonial e imperial, por meio dos desdobramentos da produção açucareira e da mineração, findando-se e agravando-se com a produção do café.

Dos três produtos de exploração e exportação – cana, minério e café –, a mineração, como continuidade da exploração colonial originária da região de Minas Gerais, foi considerada a mais significativa para Portugal, que destinava a riqueza extraída para pagar a dívida com a Inglaterra. “A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia” (PRADO JR, 1970, p. 56). A época da extração de metais marcou a política do Reino caracterizada por interesses fiscais numa fase de restrições em todos os setores da administração. Ocorreu ainda a restrição cada vez maior ao estrangeiro, culminando na exclusão dos não portugueses do Brasil. “Fecham-se as portas do Brasil, tudo são temores de desvio de proveitos para fora da metrópole. Até a última gota, a seiva da colônia lhe deveria pertencer” (PRADO JR, 2008, p. 85).

Na época da mineração, o negro foi transferido para Minas Gerais com a finalidade de povoar o espaço desabitado e preencher os vazios demográficos dessa nova extensão de trabalho, tornando-se assim uma raça propulsora do povoamento de cidades, ora via determinação da metrópole ora via resistência. Reitera-se que o negro não levou apenas seu trabalho, “contudo, mas a sua cultura, ensinando técnicas de metalurgia e mineração, aperfeiçoando métodos de trabalho, extraindo o outro, procurando diamantes para proporcionar a riqueza dos contratadores e da Coroa portuguesa” (MOURA, 1989, p. 13). Essa nova etapa da exploração colonial foi caracterizada pelo controle, violência e vigilância do trabalho diário.

O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época o substituísse pelo combustível. Com frequência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim. Sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer idéia de separação de

castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação (HOLANDA, 2011a, p. 55).

É nesse processo econômico e político que vai se constituindo o povo brasileiro. A formação do povo brasileiro estaria condicionada, segundo Freyre (2005), ao sistema de produção econômica e à falta de mulheres brancas no cotidiano, o que criou as “zonas de confraternização”. Prado Jr. (2008) afirma que a ausência de mulheres brancas sempre constituiu um problema nas colonizações europeias. A família da lavoura rural era, portanto, a configuração das relações raciais estabelecidas pelo sistema escravocrata. Segundo Holanda (2011a, p. 82), reproduziu nos domínios rurais o tipo de família do Império Romano, em que a autoridade principal é o *pater familias*. A família constituía o espaço exclusivo onde a “autoridade é indisputada” e a relação dos membros é de subordinação ao patriarca. “A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública”.

O negro, nessa perspectiva, era considerado e tratado como animal, era a própria mercadoria que representava a organização do trabalho, caracterizada pelo sistema escravista monárquico. Como mercadoria, o negro era exposto à verificação detalhada do comprador. Não se consideravam as relações familiares do negro, qualquer membro podia ser vendido separadamente. Isto porque, “Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em caos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais” (CARVALHO, 2013, p.21). Neste mundo do Brasil-Colônia, quem trabalhava era o negro escravo. Sua jornada de trabalho era de catorze a dezesseis horas de ininterrupta produção de bens caracterizada pela fiscalização e coerção social. À época não se cogitou a possibilidade do trabalhador branco, devido escassez de portugueses e espanhóis disponíveis para trabalhar e emigrar para as colônias tropicais, como no Brasil (PRADO JR, 1970). Com essas condições sociais, o negro

Não tinha nenhum direito, e pelas Ordenações do Reino podia ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como porco ou o cavalo. (MOURA, 1989, p. 15-16).

Como forma de contestação de sua própria condição de explorados, de constante violência, controle social e discriminação no decorrer do Brasil Colônia e do Brasil Império, os negros rebelaram, fugiram e formaram movimentos de resistência, como as revoltas escravas e a formação da quilombagem. Organizado e coordenado pelos próprios escravos, a quilombagem tratava-se de um conjunto de movimento de rebeldia e de protesto em relação ao escravismo. A existência do movimento de transformação social provocou a desagregação e a crise do sistema escravista e significou a expressão plena da contradição existente entre as relações raciais mediadas pela produção material. À medida que o movimento se consolidava como força de resistência, tornou-se a base para ruptura com o trabalho escravo e a instituição do trabalho livre. Refere Moura (1989, p. 22):

A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes; de outro os senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia.

Esse movimento ideológico, político e social concretizou-se pela extensão e expansão de comunidades rurais e de centros populacionais existentes em toda extensão territorial do Brasil, denominadas quilombos. O núcleo central da quilombagem, seu limite social, cultural e militar foi antagônico ao sistema escravista de opressão e massacre, especialmente em relação à raça negra. De caráter agregador e reconstituído da população marginalizada, a quilombagem concretizava-se como um fenômeno nacional de ameaça permanente no decorrer do regime escravocrata. Os quilombos funcionavam por meio de uma produção de subsistência e de uma vida social determinada pela justiça rigorosa.

Diante dessa situação, a estrutura de poder da época não desprezou a influência e a extensão da quilombagem, pelo contrário munuiu-se de recursos repressivos e exterminadores contra a propagação desse movimento. Por conseguinte, os protestos dos negros, escravos e/ou homens livres culminou com a proclamação de sanções, punições e maus-tratos físicos estabelecidos pela Coroa e executados a mando dos senhores de engenho pelos capitães do mato. O processo da escravidão, portanto, “[...]”

em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornava-se natural, e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre a cidadania” (SCHWARCZ, 2012a, p. 37).

Nessas condições sociais estabelecidas pelo regime escravocrata, a presença atuante do negro acentuou-se não somente pela escravidão da sua força de trabalho, mas também pela disseminação e incorporação da sua matriz cultural nas distintas regiões brasileiras, atuando assim como “povoador”. “Na cultura que aqui se formava, eles [os negros] replasmaram os seus padrões culturais de acordo com as necessidades que surgiram. Com isto se autopreservaram, em grande parte, da opressão do sistema escravista” (MOURA, 1989, p. 7). Essa matriz cultural africana caracterizada pela religião, pela música, pelo vestuário, pelas técnicas agrícolas e outros aspectos, por meio das relações raciais existentes, compôs conflituosamente as relações raciais da cultura dos portugueses e dos indígenas, o que contribuiu para a formação do *ethos* da cultura brasileira, porém como manifestações culturais marginais.

Essas manifestações estavam sob o domínio dos brancos colonizadores, cuja matriz constituía a cultura dominante promovida por meio da aculturação imposta pelas relações raciais. Uma imposição branqueadora de aculturação, legitimada pelo aparelho ideológico dominante. Tratava-se de uma dominação que não ocorreu somente em termos econômicos e políticos, mas também em termos de repressão de valores culturais. Com essa situação de total sujeição e impossibilidade de ataque direto ao opressor, o negro transformou sua cultura em resistência, como resguardo contra a cultura dominante por meio da criação de mecanismos de defesa que perpassassem formas simbólicas de ação. Acerca do sentido de aculturação,³⁷ Moura (1988, p. 46-47) esclarece:

Daí não podermos aceitar o conceito de aculturação como aquele que iria explicar as mudanças sociais, mas, pelo contrário, achamos que a aculturação em uma sociedade composta de uma cultura dominadora e de outras dominadas estimula a desigualdade social dos membros das dominadas através de mecanismos mediadores que neutralizam as revoltas dos membros das culturas dominadas. Através desses mecanismos mediadores os membros das culturas dominadas submetem-se ao controle da cultura dominante.

³⁷ Moura (1994, p. 181) afirma que o “conceito mais abrangente de aculturação, por seu turno, procurou explicar o comportamento atual do negro como sendo o fruto do contato contínuo entre o dominador e o dominado, desejando, o primeiro, impor os seus padrões culturais e o segundo, imitá-los e absorvê-los”.

Nesse processo de colonização, a aculturação constituiu-se, de um lado, um mecanismo utilizado pelo branco dominante como forma de neutralização da população negra, indígena, à adaptação e ideologia do colonialismo. Tratava-se da transmissão da cultura “civilizada” em detrimento das culturas primitivas, exóticas, como forma de determinação e identificação do que era inferior e do que era superior (MOURA, 1988). A aculturação é uma forma de diluição dos conflitos sociais, portanto, um imobilismo das transformações sociais. Mas, de outro lado, a aculturação engendrou processos de resistência e criação de mecanismos de defesa contra a cultura dominadora, por parte do indígena e do negro. Por isso, no decorrer do movimento de quilombagem, a cultura africana, e com o desenvolvimento histórico, a cultura afro-brasileira formaram elementos de defesa social. “O escravo resistia com as armas que dispunha, e as suas culturas desempenharam um papel muitas vezes apenas simbólico, outras vezes como veículo ideológico de luta na sociedade escravista” (MOURA, 1988, p. 38).

O mecanismo de defesa do negro permaneceu até mesmo após a abolição da escravatura e a alteração do regime político. Além da ação de resistência cultural, o negro também atuou no campo da participação em movimentos políticos ao longo da história brasileira. Várias lutas, revoltas, movimentos, revoluções³⁸ marcaram a atuação política do negro, ora utilizado como massa de manobra, ora como força auxiliar ou agente político dinâmico, ora como participante aliado à Coroa, ora como homem livre atuando contra a monarquia em defesa das ideias liberais republicanas. Isto porque a estrutura de poder da época analisava essa participação como nociva socialmente, assim, agia-se manipulando as ações dos negros.

À medida que conseguia participar das lutas sociais, segundo Moura (1989), o negro atuou na dimensão também de ampliá-las e transformá-las em uma luta sociorracial. Tratava-se de uma participação, por um lado, na luta dos explorados; por

³⁸ “Nas lutas pela expulsão dos holandeses, nas lutas pela Independência e a sua consolidação, na Revolução Farroupilha, nos movimentos radicais da plebe rebelde, com a Cabanagem, no Pará, no Movimento Cabano, em Alagoas, ele esteve presente. Também na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, para lembrarmos mais alguns, a sua presença é incontestável como elemento majoritário ou como participante menor. Após o fim da escravidão e do Império, o negro se incorporará aos movimentos da plebe, como em Canudos, na comunidade do beato Lourenço, e, mais destacadamente, na revolta de João Cândido” (MOURA, 1989, p. 39-40). Nessas lutas, distintamente na Revolução Farroupilha e na proclamação da República de Piratini, a condição do negro constituiu-se em exceção, por conta da alforria dos escravos nessa república.

outro, na manifestação de reivindicações da raça negra, que por sua vez, além de ser explorada, sofria discriminação racial. A participação do negro também envolvia a vontade da construção de uma nova nação através das lutas pela independência, cuja contrapartida principal e manobra política estavam revestidas pela promessa da abolição da escravatura, compreendida pelo negro como efetivação de cidadania³⁹ (MOURA, 1989).

Com tal promessa, grande contingente de negro mais uma vez sujeitou-se como objeto de manipulação na consolidação agora da independência da nação. O negro reagiu de diversas formas: fugiu para as matas, para os quilombos, abandonando seus senhores; juntou-se ao movimento como tentativa e possibilidade de obter sua independência; lutou em virtude da opressão estabelecida pelos senhores e, por fim, lutou junto com os portugueses (MOURA, 1989). O Brasil tornou-se independente com a maioria de sua população excluída dos direitos civis e políticos e sem sentido de nacionalidade (SCHWARCZ; BOTELHO, 2012b).

Assim, a independência conquistada era a escravidão conservada. Carvalho (2013, p. 25) explica: “Chegou-se ao fim do período colonial com a grande maioria da população excluída dos direitos civis e políticos e sem a existência de um sentido de nacionalidade”. Fato que significou a continuidade do processo de imigração e a permanência do negro determinado pela produção das relações raciais político-econômicas engendradas ainda aos moldes de um sistema escravocrata. O declínio dessa conjuntura ocorreu com a extinção⁴⁰ do tráfico negreiro em meados do século XIX. Para o sistema escravista, isso significou um abalo, uma crise. Ocorreu uma diminuição da

³⁹ Carvalho (2013, p. 21), nos estudos sobre o longo caminho da cidadania brasileira, explica que, entre o período do Império e a primeira fase da República, a abolição foi a única alteração significativa em relação ao processo da cidadania no país. Os ex-escravos foram incorporados aos direitos civis, porém apenas formalmente. Essa situação permaneceu mesmo com a mudança de regime em 1889. Nesse contexto, segundo o autor, o fato negativo para a cidadania foi justamente a escravidão, a grande propriedade rural. Os escravos não eram cidadãos, não tinham direitos civis elementares e perante a lei eram considerados propriedade dos senhores. Em relação aos senhores, eram, “sem dúvida, livres, votavam nas eleições municipais. Eram ‘os homens bons’ do período colonial. Faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido da cidadania, a noção da igualdade de todos perante a lei. Eram simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias”.

⁴⁰ Com a extinção do tráfico negreiro, segundo Carvalho (2011, p. 25), tornou-se preocupação do governo a busca por um substituto para o trabalho servil. “As sucessivas medidas abolicionistas, de 1871, que declarou os maiores de 60 anos, e, finalmente, de 1888, que aboliu a escravidão, foram acompanhadas de tentativas de importação de mão de obra asiática e de trabalhadores europeus”. Num primeiro momento fracassou, mas posteriormente as outras tentativas de imigração foram realizadas com sucesso. O número de imigrantes aumentou após a proclamação da República.

população negra marcada pela interrupção da imigração e também pela mortalidade gerada pelo trabalho escravo, pelo controle efetivo mediante violência extrema estabelecida pelas estruturas de poder do período.

Com a extinção do tráfico negreiro, o negro tornou-se peça cara e onerosa que afetava diretamente a produção. Junto à extinção do tráfico negreiro ocorreu a decadência da produção açucareira e da extração de minérios em Minas Gerais e Goiás, dado o esgotamento da exploração. Mas a empresa colonial continuava com a nova cultura – a produção do café na região Sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro, na metade do século XIX. Por se tratar de um cultivo que necessitava de grande quantidade de mão de obra para sua execução, os fazendeiros do café, no ápice da restrição do tráfico, utilizaram como recurso a migração interna de negros das regiões em decadência.

A migração interna desintegrou a população negra, pois o negro nessa situação, além de força de trabalho, era também mercadoria cambiável sujeita à venda a qualquer momento, porém mercadoria que, agora com a extinção do tráfico negreiro, precisava ser protegida e valorizada por causa de sua escassez. Em consequência, como forma de proteção dessa mão de obra, foram criadas leis específicas de proteção ao negro, como a Lei dos Sexagenários de 1885, que estabelecia liberdade para os escravos com idade superior a 60 anos, e a do Ventre-Livre de 1871, que declarava livres os filhos de escravos nascidos a partir da proclamação da lei. Moura (1989, p. 56-57) afirma que:

A Lei dos Sexagenários, a do Ventre-Livre, a extinção da pena de açoite, a proibição de se venderem para senhores diferentes membros da mesma família escrava e outras são mecanismos que protegem mais a propriedade do senhor do que a pessoa do negro escravo. A Lei dos Sexagenários, por exemplo, serviu para descartar a população escrava não produtiva, que apenas existia como sucata e dava despesas aos seus senhores. A Lei do Ventre-Livre condicionava praticamente o ingênuo a viver até os vinte anos numa escravidão disfarçada trabalhando para o senhor.

Essas leis contribuíram para o processo de ruptura do escravismo, entretanto, segundo Schwarcz (2008, 2012a), os escravizados, mesmo com as leis, continuaram impedidos de usufruir das “benesses” do Estado. Em específico sobre a Lei do Ventre Livre, Prado Jr. (1970, p. 179) afirma que a lei resultou numa “[...] numa diversão, uma manobra em grande estilo que bloqueou muito mais que favoreceu a evolução do

problema escravista no Brasil”. Para o autor, a lei nada serviu de concreto e na época apenas minimizou a intensidade da pressão pela libertação.

Estas leis “tuteladas ou protegidas”, conforme expõe Holanda (2011), surgem em uma fase, a qual se configura como um novo cenário da produção colonial brasileira em função da fase final de decadência do regime escravista e da presença do imigrante. Antes, com o processo de ascensão do café no mercado internacional e o alto custo do escravo internamente, o imigrante era considerado sem habilidade para o trabalho na produção cafeeira nas fazendas. Tal fato não se sustentou com a instauração da Guerra do Paraguai,⁴¹ a qual contou com um grande quantitativo de negros. Conseqüentemente alguns desses negros morreram no conflito bélico, o que concorreu para a abertura e a aceitação da mão de obra imigrante.

Assim, a entrada do imigrante europeu fundamentou as bases para a transformação do regime de trabalho no país. Historicamente, segundo Prado Jr. (1970), a imigração pautou-se por objetivos políticos e econômicos destinados ao povoamento e exploração de mão de obra. A esse respeito Schwarcz (2011a, p. 43) explica:

A partir da segunda metade do século 19, tingido e maquiado pela entrada maciça de imigrantes brancos, tomou corpo no Brasil um pensamento bastante particular que, em vez de apostar na falência do cruzamento entre as raças, descobriu nele possibilidades de branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração europeia, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o país mais claro”.

Tal cenário pode ser compreendido, de acordo com Moura (1989), como branqueamento da população brasileira, criando-se assim o que foi denominado “mito da superioridade do trabalhador branco”. Muitas implicações decorreram dessa substituição do escravo pelo imigrante. Uma delas foi o processo do descarte da mão de obra escrava antes mesmo da abolição. Outra foi a ideia de que o imigrante poderia trazer consigo os elementos para a civilização da nação brasileira. Todavia permaneceria como força de trabalho a mão de obra escrava na fase de decomposição

⁴¹ As discussões sobre a abolição foram interrompidas com a Guerra do Paraguai. Nesse contexto, o Brasil foi alvo de constrangimentos, críticas, porque a escravidão era compreendida como um impedimento para a formação de um exército cidadão (PRADO JR., 1970; SCHWARCZ, 2012b; CARVALHO, 2013).

do sistema escravista e ascensão no mercado internacional da produção cafeeira, o que representava um atraso e a necessidade de organização de outra forma de trabalho.

De um lado, tratava-se de um momento histórico de contradições de interesses mercantis, bem como de mecanismos ideológicos elitistas determinantes da nova forma de organização do trabalho, gerando, assim, um novo trabalhador. De outro lado, tratava-se de interesses políticos dos movimentos em prol da abolição do escravo que se tornou mais evidente a partir de 1880,⁴² entretanto já existentes desde o movimento da quilombagem. Como fortalecimento do movimento abolicionista, em 1883 foi fundada, em caráter nacional, a Confederação Abolicionista (MOURA, 1989).

Esses fatores influenciaram para que, em 1888, a abolição decorrente da proclamação da Lei Áurea ocorresse sem reformas, de modo determinado pela elite, diante do receio de que tal fato se concretizasse pelos próprios escravos, em função das constantes campanhas abolicionistas, da resistência negra e da escassez desse tipo de mão de obra. A presença do imigrante, o desenvolvimento das cidades, o avanço industrial e a expansão do café influenciaram os movimentos em prol da república, da participação política. Para o negro, isso é o início da modernização sem mudanças engendradas pelo capitalismo dependente⁴³ (FERNANDES, 2009).

Após a abolição, o negro tornou-se desempregado e passou a constituir-se trabalhador de reserva diante da competição com o branco imigrante. Segundo Carvalho (2013, p. 52), a abolição não significou igualdade efetiva. Era afirmada nas leis e negada na prática. “No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário”. Assim, após a abolição, muitos escravos ainda permaneceram por anos nas fazendas. Aqueles que migraram para os centros urbanos foram relegados aos trabalhos mais brutos.

⁴² A conjuntura de 1880 é marcada pela participação ativa do povo em prol da abolição da escravatura. “Em 1880, organizam-se na capital do país duas sociedades abolicionistas: a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Associação Central Emancipacionista. Através de reuniões, conferências, banquetes, estas sociedades agitam o ambiente e mantêm a opinião pública permanentemente alertada. Vários jornais e revistas trazem logo sua cooperação ao movimento. [...] em 1883 organiza-se a Conferência Abolicionista, destinada a centralizar a campanha e que reúne em seu seio todas as sociedades e agrupamentos anti-escravistas do país” (PRADO JR., 1970, p. 180).

⁴³ Fernandes (2009, p. 65-66) explica que o capitalismo dependente “requer e conduz à sociedade de classes como formação histórico-social típica [...] gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político”.

Estavam em questão o esgotamento do sistema escravista e a constituição de requisitos do novo sistema de produção. Desse modo, em função das limitações do trabalho escravo e das novas exigências de ampliação e diferenciação da economia, o trabalhador livre começava a inserir-se na nova lógica de produção de mercadorias. O movimento abolicionista ganhava, assim, força revolucionária e começava a operar no sentido de redefinir a forma de trabalho à condição importante referente ao desenvolvimento do capitalismo industrial em processo de constituição (IANNI, 1978).

Nessa perspectiva, o escravo foi deslocado da estrutura dos meios de produção para uma população de trabalhadores disponíveis com o objetivo de serem incorporados no processo produtivo como força de trabalho livre (IANNI, 1978, 2004a). Conseqüentemente, o “negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje” (MOURA, 1989, p. 62). A esse respeito, Carvalho (2013) explica que as conseqüências da escravidão atingiram tanto o escravo quanto o senhor. Mas as conseqüências foram duradouras principalmente para a população negra.

Iniciava-se a luta do negro pela conquista da cidadania, proclamada e legitimada como símbolo de emancipação do escravo, a qual era irreal. A liberdade concedida ao escravo negro era de oferecer mão de obra ao mercado de trabalho. A continuidade da luta do negro na condição de “homem livre” foi marcada por acontecimentos conjunturais, como a Revolta dos Marinheiros, a criação da empresa paulista negra antagônica à empresa branca e a fundação Frente Negra Brasileira, caracterizada como o maior movimento político negro do país (MOURA, 1989).

Esses acontecimentos constituem os nexos de uma realidade social determinada pela ruptura da formação social agroexportadora para a nação urbano-industrial, e pela formação social mestiça. Com os desdobramentos das três raças, o Brasil tornou-se uma formação social predominantemente mestiça resultante da poligamia exercida pela multiplicidade de uniões contratadas. Segundo Schwarcz (1994), o Brasil no final do século XIX tornou-se um caso particular e derradeiro, em função do “fenômeno” da mestiçagem. O processo acerca dos males das misturas de raças despertou o interesse

investigativo, por um lado pela visão externa dos naturalistas (cientistas viajantes⁴⁴) e por outro pela visão divergente interna dos intelectuais locais. As teorias raciais, portanto, chegaram ao contexto brasileiro quando a abolição da escravidão tornou-se irreversível (SCHWARCZ, 2012a). Esse é o momento em que a elite intelectual brasileira recorreu às teorias raciais provenientes da Europa para a compreensão do processo de miscigenação.⁴⁵

1.3 Miscigenação: uma singularidade da formação do povo brasileiro

A formação do Brasil a partir da constituição de uma população mestiça criou dilemas científicos, políticos, culturais e sociais, tornando-se tema polêmico no final do século XIX. Todavia esse dilema era passível de apreensão a partir de particularidades, na medida em que remetiam à universalização da sociedade de raças cruzadas. Segundo Ribeiro (1996, 2011), tratava-se do entendimento da gestação do povo via “confluência”, “entrechoque” e “caldeamento” das relações raciais produzidas por matrizes díspares. “Era a humanidade mesma que entrava noutra instância de sua existência, na qual se extinguiriam milhares de povos, com suas línguas e culturas próprias e singulares, para dar nascimento às macroetnias maiores e mais abrangentes que jamais se viu” (RIBEIRO, 2011, p. 39).

A confluência das raças por meio do processo de miscigenação produziu a formação de uma nova estruturação societária e de um povo novo. Novo no sentido da formação de um novo “tipo humano”. Novo ainda em virtude da formação de uma sociedade fundamentada num renovado tipo de escravismo e subserviência ao mercado

⁴⁴ Schwarcz (2012a) explica que desde o século XVI o Brasil é alvo de investigação por parte dos viajantes estrangeiros, cuja finalidade era a investigação da fauna, flora e também da civilização mesclada pelas raças. O Brasil era considerado um grande laboratório. Apesar desse interesse, Portugal restringia a realização de missões científicas e exploratórias. Essa situação foi alterada com a abertura dos portos.

⁴⁵ Carvalho (2013, p. 20-21) explica que a miscigenação ocorreu em função da natureza da colonização portuguesa, comercial e masculina. A época da colonização Portugal “[...] tinha cerca de 1 milhão de habitantes, insuficientes para colonizar o vasto império que conquistara, sobretudo as partes menos habitadas, como o Brasil. Não havia mulheres para acompanhar os homens. Miscigenar era uma necessidade individual e política. A miscigenação se deu em parte por aceitação das mulheres indígenas, em parte pelo simples estupro. No caso das escravas africanas, o estupro era a regra”.

internacional. Esse processo de formação resultou na constituição de uma unidade nacional configurada e derivada da versão portuguesa referente à tradição civilizatória europeia ocidental, porém, distintamente caracterizada pelo colorido do indígena e do negro (RIBEIRO, 1996, 2011). Dessa forma, a diversidade e a distinção racial não podem ser ignoradas, dada a singularidade de cada raça constituidora da nação brasileira.

Das três raças que entraram na constituição do Brasil, duas pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos. Se para os brancos ainda há uma certa homogeneidade, que no terreno puramente histórico pode ser dada como completa, o mesmo não ocorre com os demais. Os povos que os colonizadores aqui encontraram, e mais ainda os que foram buscar na África, apresentam entre si tamanha diversidade que exigem discriminação. (PRADO JR., 2008, p. 83).

A par do trato específico que é necessário estabelecer na distinção e manifestação das raças, Prado Jr. (2008) afirma que o processo de miscigenação pode ser considerado signo da formação da nação brasileira. A variedade de regiões existentes na nação brasileira contribuiu para a diversidade no tipo e no predomínio dos cruzamentos de mestiçagem. Esse processo foi compreendido como uma solução estabelecida pela colonização portuguesa diante do problema de relações sociais com o indígena. Inicialmente no processo de colonização o contingente indígena era bastante numeroso. Todavia, com o desenvolvimento do sistema colonial e com a utilização de mão de obra indígena, esse grupo social foi acometido por moléstias, vícios, maus-tratos e aculturação. O contato com o homem branco causou a eliminação progressiva do índio. Dessa forma, o autor explica que, se “[...] não fosse o cruzamento, praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este estaria fatalmente condenado à extinção total” (PRADO JR., 2008, p. 104).

A miscigenação significou também a “plasticidade” do português em relação à presença de raças exóticas e o “cruzamento” com outras raças. Apesar do contingente pequeno de homens brancos que vieram para o Brasil com o propósito de colonização, a representatividade do homem branco foi suficiente para dominar e subjugar os negros e os índios, via processo de aculturação. O homem branco era considerado a raça ideal e fundamental para a evolução étnico-brasileira e essa ideia contribuiu para enfatizar a necessidade de uma seleção sexual com a finalidade de obter o branqueamento da

população. Com a efetivação do processo de miscigenação, o entrecruzamento do branco com o negro tornou-se preponderância. (PRADO JR., 2008; HOLANDA, 2011b).

Os negros e os mulatos foram inseridos e absorvidos pelo sistema colonial, mas sem a concessão de participação político-social. Foi imposta à população oriunda da África a mais simplista condição de sobrevivência no decorrer do processo de formação social brasileiro. Desse modo, a ela não foi concedido o direito de usufruir de um universo de “equidade racial”, haja vista a integração pela via da exclusão. Os negros foram obrigados a se identificarem com um branqueamento psicossocial e moral produzidos pela raça dominante. Situação que os impediu de direcionar seus próprios destinos. Somente pela ação de resistência, por meio da constituição de espaços de mobilização, que o negro alcançou uma autoafirmação (FERNANDES, 2007).

Assim, as relações raciais estabelecidas pelo processo de colonização produziram a formação de uma etnia nacional distinta das matrizes formadoras. Nessa época, a nação brasileira constituiu-se como objeto de estudos externos em função do espetáculo das raças, da composição multiétnica. Os distintos dilemas sobre a miscigenação, segundo Schwarcz (1994, 1996, 2008), não estavam restritos às análises externas dos cientistas estrangeiros denominados naturalistas, mas eram também alvos internos que se manifestavam na imprensa, nas artes e na política. Dessa forma, “[...] em finais do século XIX os negros e mestiços, até então ausentes da representação oficial, acabaram sendo apontados como índices definidores da degeneração, ou como os responsáveis pela falta de futuro deste país” (SCHWARCZ, 2011a, p. 23).

A miscigenação era considerada um fenômeno pouco conhecido, recente, e que se tornou um tema de destaque entre as elites locais. Os cientistas consideravam a nação composta por raças miscigenadas, porém em transição, porque estavam passando por um processo de cruzamento que culminaria com uma seleção do predomínio do branco. A miscigenação era descrita e atribuída de adjetivos, os quais explicavam as causas do atraso e da impossibilidade de formação da nação aos moldes europeus.

A questão da constituição de uma “identidade racial brasileira” foi reforçada primeiramente pelas interpretações raciais de teóricos vindos de fora do país. O fator “raça” era então entendido como um tipo de influência vital “no potencial civilizatório” de uma nação, sendo que as teorias raciais publicadas na Europa, e em especial em Paris, causavam aqui um grande impacto. O Brasil aparecia nesses

relatos retratados como primeiro grande exemplo de “degeneração num país tropical” de raças mistas. (SCHWARCZ, 1993, p. 23).

Em relação aos cientistas brasileiros, novos dilemas configuravam-se com a constatação da nação mestiça. “Com efeito, o que resumia a singularidade local não eram mais a flora, a fauna ou a pujança da terra, e sim uma composição racial singular, um certo espetáculo da miscigenação” (SCHWARCZ, 1994, p. 138). Esses dilemas abrangiam ainda a inexistência de uma formação social de raças mistas e da naturalização das singularidades. Estava em causa a composição de ideologias explicativas da matriz social da mestiçagem no espaço brasileiro, pautada pelos contrastes da degeneração, das relações genéticas e das influências sociais provenientes da cultura e do meio. Considerava-se a composição racial algo degenerativo para o indivíduo e para a coletividade. A mescla de raças heterogêneas era analisada como um erro por apagar as qualidades primárias da raça originária e por gerar um tipo sem definição, híbrido, considerado deficiente e incapaz em termos de energias físicas e mentais.

Compreendia-se a miscigenação como um possível sinal de decadência e fraqueza. No contexto do final do século XIX, “falar” em raça significava a naturalização das distinções sociais, a falta de perspectiva futura para uma nação de raças mistas e também a adesão a modelos teóricos evolucionistas. Essas teorias raciais⁴⁶ provocaram uma oscilação de ideias nos intelectuais, cuja solução foi institucionalizar um “ideário científico” próprio brasileiro pautado pelo pressuposto da existência da diferença ontológica entre as raças, porém considerando que existia também uma hibridação e esta poderia ser compreendida sem condenação (SCHWARCZ, 1994, 1996). O estudo das teorias raciais pautava-se nas indagações sobre as causas e consequências das diferenças, das inferioridades entre os homens, das raças.

É nesse sentido que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o

⁴⁶ Schwarcz (2008, p. 18) explica que as teorias raciológicas eram oriundas de modelos teóricos diversos. “Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e ‘aperfeiçoamento’, obliterando-se a idéia de que a humanidade era uma”.

estabelecimento das diferenças sociais. Mas a adoção dessas teorias não podia ser tão imediata nesse contexto. De um lado, esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez – com final da escravidão – começavam a ser publicamente colocadas em questão. De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar. (SCHWARCZ, 2008, p. 18).

As teorias raciais, padrões europeus de ciência, segundo Schwarz (1994, 1996), chegaram ao Brasil tardiamente e foram apropriadas pela elite intelectual da nação.⁴⁷ Desse modo, as influências das teorias raciais proporcionaram o desenvolvimento de centros de ensino e pesquisas nacionais que se fundamentaram em argumentos evolucionistas para explicar as diferenças, para classificar as espécies e para identificar os aspectos do atraso da nação. Esses argumentos envolviam a ideia de retrocesso, a imperfeição da hereditariedade mista e o enfraquecimento das raças. As teorias provenientes de uma ciência positivista e determinista também contribuíram, como afirma a autora, para transformar as diferenças sociais em problemas biológicos.

Fazendo as vezes de ideologia da cultura nacional, as teorias raciais cumprirão no Brasil papéis distintos. Enquanto discurso leigo vão se contrapor à Igreja e à influência religiosa. Legitimarão, ainda, as falas dos grupos urbanos ascendentes, responsáveis pelos novos projetos políticos e que viam nessas idéias sinais de modernidade, índices de progresso. (SCHWARZ, 1994, p. 147).

As teorias raciais, portanto, constituíram-se a partir de distintas funções e contradições provenientes das explicações religiosas e ideais políticos de modernização da nação, cuja finalidade era explicar a degeneração proveniente do cruzamento de raças. A esse respeito Schwarcz (1994, 1996) afirma que se configuraram no contexto brasileiro teorias totalmente excludentes, tais como o racismo e o liberalismo. Além dessas ideologias, segundo Ianni (1996), a miscigenação tornou-se elemento de análise e foi explicada a partir do “[...] determinismo geográfico, racismo, darwinismo social,

⁴⁷ Schwarcz (2012a) afirma que as interpretações de Nina Rodrigues, um famoso médico da escola baiana e estudioso do darwinismo racial, se destacaram porque defendia que as raças humanas estavam relacionadas a realidades diversas, fixas e essenciais, entretanto sem possibilidades de cruzamento. Defendia a ideia de que a miscigenação extremada correspondia à degenerescência.

positivismo e outras correntes de pensamento. Mas também há a perspectiva social, histórica” (IANNI, 1996, p. 116-117).

A consolidação das teorias raciais em solo brasileiro ocorreu pela interpretação determinista do processo de miscigenação. Isso minimizou as discussões sobre cidadania e atuação social e política dos indivíduos em contraponto aos princípios revolucionários que acometiam principalmente as nações europeias em transformações pelo mundo. Estava em curso o processo de naturalização da desigualdade numa nação formalmente igualitária. A esse respeito, Schwarcz (2012a) explica que neste contexto, do auge dos teóricos do darwinismo racial, a raça parecia legitimar a própria falência da nação. Assim, prevaleceram no contexto brasileiro, entre final do século XIX e início do século XX, as teorias pessimistas relacionadas à miscigenação.

Nessa perspectiva, nas diferentes instituições sociais e políticas, a questão racial legitimava-se como um discurso da culpa, respaldada cientificamente. No cotidiano, nas relações sociais estabelecidas entre os homens, era caracterizada como essencial para a compreensão dos rumos do país. O problema da nacionalidade referente ao plano da cultura se transformava no plano do biológico, no plano da ciência, por causa da problemática racial. Schwarcz (1994, 1996) afirma que não se tratava de compreender as teorias raciológicas como mera reprodução de modelos europeus de ciência, mas desvelar os condicionantes histórico-sociais atribuídos aos argumentos raciais, bem como o descortino dos contextos políticos de inserção dessas teorias no discurso liberal e racial, no discurso das ciências, das leis, dos documentos oficiais e dos romances definidos como naturalistas.

A multiplicidade de interpretações inicialmente se instaurou e permaneceu como debate nas faculdades⁴⁸ de direito, pelo viés da lei, e da medicina, pela interpretação da saúde. Correspondia na época a uma disputa pelo domínio intelectual, científico da nação. Schwarz (1994) explica que as elites intelectuais criaram um tipo de consciência do atraso, ao legitimar ideais evolucionistas e raciais. Os desdobramentos geraram discussões a respeito da igualdade entre os homens e os princípios de cidadania, num

⁴⁸ Sobre essas instituições e os intelectuais brasileiros que à época se debruçaram para investigar o “laboratório racial” brasileiro, Schwarcz (2011a) refere que “autores como Nina Rodrigues, da Escola de Medicina da Bahia; Silvio Romero, da Escola de Recife; João Batista Lacerda, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre tantos outros, destacaram ‘as mazelas da miscigenação racial’ e, informados por teorias estrangeiras, condenaram a ‘realidade mestiça local’”.

contexto influenciado pelas ideias liberais, pelos lemas políticos – igualdade, fraternidade e liberdade – da consolidação da Revolução Francesa.

A “raça” era introduzida, assim, com base nos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos segundo seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania e do arbítrio. Dessa maneira, em vista da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação científica” da desigualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela nova República de 1889. (SCHAWCZ, 2012a, p.38).

As diferenças sociais, portanto, foram transformadas em diferenças biológicas. A igualdade estabelecida por lutas políticas ficou subordinada a explicações científicas, a modelos que se apropriavam do que servia, descartando o restante, considerado inferior. Esse contexto criou um cenário de promessa de liberdade engendrado pela constituição de uma nova política nacional e pela consolidação de teorias deterministas. De acordo com Fernandes (2007), o aumento da tolerância racial ocorreu gradativamente com a desagregação da ordem escravista, em virtude da continuidade do padrão antigo de relações raciais.

Para além dos aspectos explicativos da problemática racial, Ianni (2004) afirma que os condicionantes sociais e históricos também foram determinantes. Estes, por sua vez, abrangem todas as esferas da sociedade e se constituem em passado que se recoloca no presente por meio dos desdobramentos históricos que continuam operantes nas relações sociais. Além disso, as explicações do problema da miscigenação foram decorrentes também das transformações econômicas, sociais e culturais oriundas da consolidação do sistema capitalista, especialmente nas nações europeias. Isso porque a nação brasileira precisava se adequar às transformações advindas do “velho mundo”.

No decorrer da história da sociedade brasileira, a questão racial constitui-se como indagação fundamental para a compreensão sobre a formação e a transformação do povo em uma coletividade de cidadãos. Assim, a questão racial, além de constituir-se como um fenômeno étnico ou racial, demográfico ou cultural, “[...] é uma expressão das tendências de força de trabalho, em escala regional ou nacional” (IANNI, 2004, p. 317). A esse respeito Schwarcz (1994, p. 291-292) afirma:

É inegável que a situação racial brasileira sempre esteve marcada por profundas ambigüidades. Dentre elas, destacam-se as seguintes: a idealização do passado indígena e miséria real e presente do índio; o exotismo das religiões (candomblé, batuque, umbanda, quimbanda, etc.) e a classificação ideológica do negro como africano, descendente de escravo ou outras verbalizações de conotação negativa; o mito da democracia racial e a doutrina da inferioridade do mestiço.

Por consequência, a compreensão da problemática racial proveniente dos processos miscigenatórios estava intrinsecamente vinculada à democratização das relações sociais. Para Ianni (2004), a democratização das relações referia-se ao “jogo das forças sociais” instauradas pelo sistema capitalista. No caso da nação brasileira, essa democratização constituía o antagonismo da heterogeneidade das raças e a complexidade da estrutura econômico-social. É no confronto da civilização escravocrata com a civilização industrial que surgem os primeiros ideais democráticos de igualdade diante da lei. Isso porque o sistema escravista implantado na nação brasileira fundava-se na estratificação econômica e racial, o que dificultou a integração e a mobilidade social das populações, sobretudo negra e mestiça.

A partir desse contexto, a escravidão tornou-se moralmente contestada. Schwarcz (1994) afirma que os discursos raciais estão relacionados a projetos de cunho nacionalista, de natureza liberal, que representam progresso e envolvem discussões sobre questões raciais, mas na perspectiva que silencia e inviabiliza outros debates, como o da cidadania. “A história da cidadania é, assim, uma história de lutas e conquistas relacionadas a diferentes processos nacionais de construção e democratização de Estado de direito [...]” (SCHWARCZ; BOTELHO, 2012, p. 20-21). A cidadania, portanto, constituirá uma das lutas do Brasil moderno engendrada pela relação raça e classe, trabalho e capital.

CAPÍTULO 2

RAÇA E CLASSE: A METAMORFOSE DO NEGRO ESCRAVO EM CIDADÃO

Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de cor” aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.

Florestan Fernandes

A raça é produto de relações estabelecidas socialmente por meio do conjunto de sujeitos históricos que se afirmam e atuam como distintos e desiguais. Trata-se de diversidades raciais veladas por desigualdades sociais constitutivas da metamorfose das raças em povo (IANNI, 2004a). As relações raciais são transformadas pelas tramas das relações sociais. “Quem inventa o negro do branco é o branco; E é este negro que o branco procura incutir no outro. Quem transforma o índio em enigma é o branco. Nos dois casos, o branco é o burguês que encara todos os outros como desafios a serem desfeitos, exorcizados, subordinados” (IANNI, 1996, p. 120). Nessas condições, criam-se mecanismos para velar a diversidade e a diferença existentes, as quais se caracterizam como ideologias explicativas de legitimação hegemônica e de discriminação e superioridade de raças.

A discriminação é um fator preponderante que envolve a compreensão da particularidade étnica e a produção histórica, política e econômica de cada raça no desenvolvimento da nação brasileira. A negação da diferença, segundo Prado Jr. (2008), ocorre em específico em relação ao negro, cuja justificativa pauta-se na ideia de que a escravidão caracterizou-se como sistema comum de identificação e uniformização dessa raça. Assim, a diversidade, a diferença e a discriminação compõem os dilemas da problemática racial, tão essenciais para a compreensão de como se formam o povo, o cidadão, a nação. Esses dilemas constituem a “questão nacional”, ou seja, o que compõe e decompõe o Brasil como nação (IANNI, 1996, 2004a).

O processo de constituição da “nação” brasileira refere-se, principalmente, às conjunturas históricas, de meados do século XIX, referentes aos distintos ciclos da

economia brasileira. Esses ciclos possibilitaram a gênese e configuração do Brasil moderno oriundas da formação do capitalismo industrial, de modo desigual, contraditório e combinado. A história desses ciclos econômicos estabelece uma singular disseminação: o “entendimento do modo pelo qual o Estado controla, acomoda ou dinamiza tanto os estados e as regiões como os grupos raciais e as classes sociais depende do entendimento das forças sociais que criam e recriam a integração e a dispersão” (IANNI, 1996, p. 170). O jogo das forças sociais que integra e dispersa é recorrente desde o período da colonização, como processo que produz e reproduz novas realidades sociais imbuídas pela problemática racial.

A problemática racial compreendida no âmbito da questão nacional tornou-se mais aguda principalmente em momentos de rupturas históricas, de lutas sociais e instituição de novas conjunturas marcadas por antagonismos das relações raciais. Dessas conjunturas, Ianni (1978, 2004a) destaca a Declaração da Independência em 1822, a Abolição da Escravatura em 1888, a Proclamação da República em 1889 e a Revolução de 1930⁴⁹. Porém, tais conjunturas históricas tornam-se nexos constitutivos fundamentais da questão nacional e racial quando relacionadas à coexistência do regime escravocrata e da produção mercantilizada. Essas conjunturas foram marcadas pela postulação da democratização da sociedade brasileira em detrimento da ruptura com os paradigmas da sociedade escravocrata e antidemocrática.

A desagregação do regime escravocrata não rompeu diretamente com os modos de desenvolvimento racial estabelecidos no passado. “Os séculos de escravismo marcaram funda e largamente a formação social brasileira, em suas peculiaridades sociais, econômicas, políticas e culturais” (IANNI, 1996, p. 64). A ordem social capitalista, pelo contrário, legitimou a desigualdade social e desenvolveu-se em primazia da consolidação do “mundo branco”. A situação da “população de cor”, segundo Fernandes (2008a), permaneceu praticamente inalterada em termos da distribuição de renda e condição social e poder. O capitalismo manteve o negro à margem do desenvolvimento civilizatório que o próprio negro ajudou a construir. “Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para os

⁴⁹ Sobre a Revolução de 1930, Ianni (1995, p. 14) explica: “É verdade que essa revolução foi conduzida pelo tenentismo, na qual civis e militares ligados a setores médios manifestavam suas reivindicações. E é também verdade que ela expressa o esgotamento do Estado oligárquico e da economia primária exportadora. Tratava-se, inclusive, de criar condições jurídico-políticas, econômicas, sociais e culturais para novos desenvolvimentos da economia capitalista, com ênfase progressiva na presença do Estado, no planejamento governamental e na industrialização substitutiva de importações”.

seus próprios interesses. [...]. A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política” (FERNANDES, 2008a, p. 30).

Nesse sentido, a destituição da sociedade de castas e a constituição da ordem social competitiva,⁵⁰ segundo Fernandes (2008a), provocaram a necessidade de adaptação da grande-empresa agrária ao regime do trabalho livre. Apesar desse processo de transição, o sistema do coronelismo do café continuou desenvolvendo-se com base na estrutura de relações sociais do sistema escravista e não na perspectiva de relações democráticas proclamadas com a República. O poder estatal⁵¹ ficou a cargo da oligarquia cafeeira. Desse modo, a igualdade imperava somente nos estratos dominantes. “Só esporadicamente, como e enquanto do núcleo ou da periferia das grandes famílias ‘brancas’, encontravam o negro e o mulato algumas probabilidade de inclusão nessas transformações da estrutura social” (FERNANDES, 2008a, p. 62). Estava em marcha⁵² a revolução burguesa engendrada pelo processo de ruptura do regime de trabalho escravo para o regime trabalho livre proveniente dos desdobramentos do ciclo da economia brasileira.

Assim, a compreensão sobre a relação raça-classe tem como marco histórico o contexto das transformações provenientes do “Ciclo da Revolução Burguesa e/ou a Revolução de 1930” no Brasil, como afirmam Octavio Ianni (1984), Florestan Fernandes (2005) e Caio Prado Júnior (1966). “Foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações do Brasil Moderno, configurando ‘uma compreensão mais exata do país’. Muito do que se pensou antes se polariza e se decanta nessa época. E muito do que se pensa depois arranca das interpretações formuladas então” (IANNI, 1996, p. 29). A década de 1930 caracterizou-se como um emblema de um processo

⁵⁰ Fernandes (2009, p. 179) explica: “Ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, a sociedade desenvolve uma ordem social típica, que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Essa ordem social tem sido designada, por historiadores, economistas, sociólogos, juristas e cientistas políticos, como *ordem social competitiva*”.

⁵¹ “O Estado oligárquico, vigente durante a Primeira República, em 1889-1930, é todo ele marcado pelo arbítrio dos governantes contra setores populares que se organizavam para reduzir a exploração; ou lutavam para avançar em conquistas democráticas” (IANNI, 1984, p. 14).

⁵² “A marcha da revolução burguesa, na medida em que expressa os desenvolvimentos de uma formação social capitalista, implica a instituição da liberdade e igualdade entre proprietários de mercadorias. Compradores e vendedores, principalmente de força de trabalho, precisam de liberdade e igualdade para realizar o contrato. Está em causa o princípio da cidadania da mercadoria, que aparece como se fora atributo de compradores e vendedores, principalmente de força de trabalho” (IANNI, 1996, p. 130-131).

gestado desde a Abolição da Escravatura, da Proclamação da República, da imigração europeia e do surto de industrialização. Mas esse processo eclodiu, rompeu e instaurou um novo ciclo econômico engendrado pela revolução burguesa.⁵³ Esse ciclo revolucionário caracterizou-se como marco da era de modernização do Brasil.

Portanto, para a compreensão do Brasil moderno, propõe-se o estudo da relação raça-classe a partir de três mediações fundamentais: a configuração político-econômica desse Brasil que se modernizou pelo jogo das forças sociais capitalista; a miscigenação como caleidoscópio da relação indivíduo-sociedade de um Brasil em busca da sua identidade e caráter nacional; e por fim a complexa prática política do negro cidadão na era do capital. Essas mediações, que compõem e constituem a metamorfose do negro reiterada por mitos democráticos, são intrínsecas à formação histórica do Brasil moderno. Para Ianni (1996, p. 61), “são três processos de envergadura histórica que explicam os contornos e os movimentos da formação histórica do Brasil: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado” consolidado pela formação do capitalismo industrial brasileiro.

Trata-se do período de modernização e industrialização no âmbito nacional e de reconfiguração do Brasil no cenário mundial. É um período de indagações e distintas análises sobre a formação da nação brasileira pela afirmação da miscigenação como um caleidoscópio de relações raciais. Tal afirmação legitimou, por um lado, o “mito da democracia racial” – configuração histórica originária pertencente ao passado colonial da formação social brasileira – e, por outro, os processos de desmistificação desse mito. Fernandes (2007) afirma que a ideia de uma democracia racial perdura no tempo histórico. Pois, a legitimação do mito reforça a distorção da miscigenação como possibilidade de ascensão, mobilidade e inserção social na composição dos estratos sociais. Para o autor, “mau grado a extensa variabilidade do fenômeno ao longo do tempo e do espaço, tomou-se a miscigenação como índice de integração social e como sintoma, ao mesmo tempo, de fusão e de igualdade raciais” (FERNANDES, 2007, p.

⁵³ Refere Ianni (1984, p. 28): “A história da sociedade e dos desenvolvimentos do poder estatal no Brasil, desde fins do século passado, coloca e recoloca a problemática da revolução burguesa. Ao mesmo tempo, busca-se estabelecer as fases dessa revolução, ou os seus momentos principais. São diferentes as sugestões de historiadores, sociólogos e outros cientistas sociais. Inclusive são diferentes as interpretações, quanto ao caráter mais ou menos autoritário, conservador, ou mesmo liberal, dos desdobramentos do Estado brasileiro ao longo da revolução. Não há muito acordo sobre as principais marcas da periodização, mas há algum consenso sobre a época que abarca”.

43-44). A miscigenação, segundo o autor, analisada do ponto de vista da “população de cor”, é um mito cruel de tolerância racial.

Ianni (2004a, p. 291) afirma: “Os mitos dominantes de uma sociedade são sempre os mitos convenientes à preservação da estrutura presente de interesses materiais e conveniências sociais”. Na sociedade brasileira prevalece o mito da igualdade social; prevalece o mito histórico de que a formação social brasileira é uma democracia racial. O mito sustenta-se na ideologia do branqueamento – pertencente aos representantes da classe dominante.⁵⁴ A raça branca se evidencia em detrimento da ideologia do negro – inferior nas relações sociais. A compreensão do mito da democracia racial requer investigar as configurações histórico-estruturais de produção da materialidade, de formação e continuidade da sociedade brasileira, em específico em relação à raça negra.

Todavia, a formação brasileira estabeleceu-se como unidade nacional legitimada pela visão da raça branca, cuja consolidação realizou-se principalmente no contexto urbano-industrial.⁵⁵ Mesmo assim o negro continuou relegado na nova formação político-econômica de instauração do capitalismo. Com a efetivação da sociedade regida pelo capital, aguçaram-se ainda mais as raízes das desigualdades raciais legitimadas por um modelo de sociabilidade específico a partir dos desdobramentos do processo de miscigenação. “A miscigenação, durante séculos, antes contribuiu para aumentar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários, que para fomentar a igualdade racial” (FERNANDES, 2007, p. 44).

Dessa forma, Fernandes (2007), ao descortinar o mito nacional, enfatiza a importância da população negra participar ativamente da constituição de seus destinos e não se identificarem com o “branqueamento psicossocial e moral” da ideologia do

⁵⁴ “As classes dominantes, em geral, trabalham na administração das coisas, gentes e idéias. Exercem o poder político, econômico, cultural, militar, religioso, por intermédio dos seus membros e de interpostos empregados, funcionários, técnicos, assessores, conselheiros, aliados. Mais frequentemente, trabalham/ na administração das forças produtivas e relações de produção, isto é, do produto do trabalho das classes subalternas. É claro que umas dependem das outras, acham-se reciprocamente referidas, atreladas. Nem por isso, no entanto, deixam de manifestar-se as singularidades das duas formas diversas de organização social do trabalho” (IANNI, 1991, p. 208-209).

⁵⁵ Fernandes (2004b, p. 365) refere que a era urbano-industrial é um desdobramento da economia urbano-comercial, ou seja, “[...] a era de emergência e expansão de um capitalismo dependente, nascido do crescimento e consolidação do ‘setor novo da economia’, que primeiro se configura como uma economia urbano-comercial com funções satelizadoras em relação ao campo e, em seguida, se reorganiza, transfigura, redefine como uma economia urbano-industrial, com funções integrativas de escala nacional e tendências de dominação metropolitanas [...]”.

branco. A esse respeito, Ianni (1978) afirma que, em função da condição de alienação do negro, várias modalidades de reação surgiram como forma de organização de uma consciência e prática políticas, tal qual a organização da Frente Negra Brasileira criada na década de 1930 e extinta com a ditadura instaurada no período do Estado Novo. Ianni (1996, p. 131) explica: “A ditadura do Estado Novo agiu militarmente nos partidos, movimentos, associações, igrejas, escolas e outros círculos de atividades”.

Com todos esses ecos que vêm do passado, a metamorfose do negro escravo em cidadão configurada pelo mito da democracia racial pode ser apreendida por meio da constituição do Brasil moderno a partir, sobretudo, de meados do século XIX. Este capítulo, portanto, é um estudo sobre a constituição do Brasil moderno, o caleidoscópio das relações raciais provenientes da metamorfose das raças, do tipo social, da sociabilidade e da cultura e da condição do negro na trama social capitalista, das contradições entre raça-cor-classe⁵⁶ como produtoras de ideologias racistas.

2.1. A configuração político-econômica do Brasil moderno

No decorrer de meados do século XIX,⁵⁷ ocorreram profundas modificações no sistema produtivo e nas relações de produção da sociedade brasileira, até então predominantemente colonial. Essas modificações constituíram-se como base para a formação do capitalismo no Brasil, ou seja, “é nessa época que a contradição entre o modo de produção e as relações de produção se torna aberta e incômoda, impondo-se o seu desenvolvimento” (IANNI, 2004a, p. 14). A estruturação político-econômica da sociedade brasileira passa a ser determinada pela contradição mercadoria e trabalho

⁵⁶ “A cor está presente, mas é quase um cenário que resguarda as diferenças – apesar de o critério ainda ser o da fenotípia, o aceno já não recai na distinção biológica, e sim na cultural. De toda forma, nesse movimento de nacionalização uma série de símbolos vão virando mestiços, assim como uma alentada convivência cultural miscigenada se torna modelo de igualdade racial” (SCHWARCZ, 2012, p. 68).

⁵⁷ Esse contexto do final do século XIX é extremamente importante para compreender a formação da “nação” brasileira. Ianni (2004a, p.26) explica que sobre esse período é “[...] necessário considerar que a Nação foi dominada pela cafeicultura, dependia decisivamente dos vínculos econômicos externos e estava organizada com base na escravatura. Em outros termos, a forma pela qual o trabalhador escravo estava inserido no processo produtivo capitalista (tomando inclusive as relações externas do País) conferia um caráter singular à civilização brasileira, em suas criações e contradições”.

escravo. Estava em curso o Ciclo da Revolução burguesa no Brasil, segundo Ianni (1984, 2004a), Fernandes (2008a, 2008b, 2009) e Prado Jr. (1966, 2008).

O termo revolução, segundo Prado Jr. (1966, 1970), significa a transformação de momentos históricos por meio do rompimento da situação econômica, social e política para outra. A revolução burguesa no Brasil está relacionada à inserção do país à nova ordem imperialista, “dentro do mundo e ritmo de vida moderna”. Em relação ao termo, Fernandes (1984) observa que o uso da palavra significa relações de poder e relações de dominação e também significa intimidação, por instituir-se como um processo revolucionário que estabelece as suas próprias leis. E esse tema da revolução burguesa constitui-se central no estudo sociológico da configuração e desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. A “Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, 2005, p. 239).

O ciclo revolucionário, segundo Ianni (1984), configurou-se, portanto, como a ruptura da formação político-econômica do Estado brasileiro realizada de cima para baixo.⁵⁸ Esse ciclo revolucionário data um período histórico, cuja origem vincula-se à proclamação e à efetivação da abolição da escravatura até o desfecho da ditadura militar com a redemocratização do país. O processo de ruptura incide sobre a formação político-econômica da Primeira República, de 1889 a 1930, na qual “o Estado adquiriu a fisionomia oligárquica, corporativa, populista, militar” (IANNI, 1984, p. 14), marcada pelo arbítrio por parte do governo em relação às manifestações e setores populares que lutavam pelos avanços democráticos. Dessa forma, os interesses populares oriundos dos movimentos republicanos foram disseminados com a instauração de um bloco agrário representado pelo Estado oligárquico, que marcou a distância entre o poder e o povo. A Primeira República caracterizou-se também pela legitimação de uma democracia restrita⁵⁹ e pelo racismo extremado referente à incapacidade do povo diante da

⁵⁸ De acordo com Ianni (1984), é recorrente e antiga a ideia de que o povo brasileiro e sua atuação política constituem uma ação incapaz de combater o aparelho estatal, a classe dominante nacional e imperialista. Esse tipo de atuação gerou a tese da incompetência, da fragilidade da sociedade civil em detrimento da contrarrevolução pelo alto da classe dominante.

⁵⁹ Clarifica Fernandes (1995a, p. 129): “A democracia se equaciona, como realidade histórica viva, ao nível dos privilégios econômicos, sociais e políticos dessas classes, ou seja, como uma democracia restrita, da qual só participam efetivamente os membros de tais classes (ou, conforme as circunstâncias, só as elites). De outro lado, o desenvolvimento, que é a única esfera realmente ‘aberta’ de semelhante sociedade de classes, torna-se o alfa e o ômega do superprivilegiamento da dominação burguesa. Por seu

necessidade de um Estado soberano. Essa ideia foi marcada pela manipulação do aparelho estatal em prol dos interesses da oligarquia cafeeira. Mas,

Em 1929 a oligarquia cafeeira, principal força do bloco agrário, entra em crise. A revolução de 30 assinala a transição para uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais como os seguintes: industrialização, urbanização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo. Devido à “nova” configuração das classes sociais urbanas e às suas relações de força, o Estado começa a expressar um novo arranjo de classes: burguesias cafeeira, comercial, industrial e imperialista, em associação com setores de classe média e operários. (IANNI, 1984, p. 16).

Esse novo arranjo de classes foi marcado pela formação de um novo bloco econômico-político, denominado industrial-agrário. Segundo Ianni (1984), esse bloco atendia aos interesses da cafeicultura, indústria, comércio e das nações imperialistas relacionados às políticas do Estado Populista, de fortalecimento e criação de atividades econômicas novas. O Estado populista caracterizou-se por um período de formação, de 1930 a 1937, e pela ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945. A partir desse contexto, até 1964, predominou no Brasil uma democracia representativa pautada por governos populistas, porém com ações autoritárias no aparelho estatal. Com a ditadura militar em 1964, Ianni (1984, p. 19) elucida que “[...] muito da problemática da revolução burguesa e do caráter autoritário do Estado se recolocou de forma escancarada, brutal”. Em relação a esse caráter, o processo da revolução burguesa produziu e reproduziu a ideia de um Estado forte, soberano. Desse modo, na história da República, frequentemente, o poder estatal confunde-se com a lógica do capitalista. Toda essa conjuntura está relacionada ao desfecho do ciclo da revolução burguesa⁶⁰ no Brasil.

Sobre essa conjuntura do ciclo da revolução socioeconômica e política, Fernandes (2005) também afirma que se trata do desencadeamento proveniente da

intermédio, o capitalismo faz as pazes com o particularismo de regimes sociais anteriores, reimplantando-o no coração do Estado ‘moderno’, e chega, mesmo, a desdobrar o próprio ‘desenvolvimento’ em equivalente histórico da luta pelo botim na guerra colonial”.

⁶⁰ Ianni (1976, p. 23) observa: “Às vezes de maneira lenta, outras vezes de forma abrupta e maciça, a revolução burguesa alcança todos os níveis das relações sociais, inclusive, é claro, as suas modalidades de consciência. Redefinem-se as relações dos homens entre si, com a natureza e o sobrenatural. No capitalismo, a pessoa liberta-se dos laços estamentais e vincula-se a uma classe social, a partir da posição em que se situa no processo produtivo. Como cidadão de um Estado nacional, pode circular livremente, desde que se atenha à regras do mercado de força de trabalho e ao princípio da propriedade privada”.

economia colonial periférica e dependente, a qual preparou estrutural e dinamicamente os caminhos para esse processo. A pretensão, segundo o autor, não é a de esclarecer o presente do Brasil pelo passado dos povos europeus. Mas sim questionar “quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam *como* e *por que* se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social” (FERNANDES, 2005, p. 37). Assim, consiste em buscar os sujeitos históricos que estão intrinsecamente relacionados com o processo de declínio do sistema escravocrata e da constituição da sociedade de classes no Brasil. A esse respeito, Fernandes (2004c, p. 425-426) afirma:

A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder e dessa denominação. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugura, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil, e praticamente separa [...] a “era senhoril” (ou o “antigo regime”) da “era burguesa” (ou a “sociedade de classes”).

Nessa fase de transição, após a Abolição a oligarquia⁶¹ não tinha mais base material e política para continuar o padrão de hegemonia estabelecido no contexto do Império. Para manter-se hegemônica foi necessário que a oligarquia se recompusesse de acordo com a nova ordem social em ascensão. Segundo Fernandes (2004b), o interesse da oligarquia, nesse processo de preservação e renovação do poder, estava relacionado, ao mesmo tempo, ao progresso do capital e à garantia de sua hegemonia econômica, social e política. Desse modo, somente a oligarquia tinha poder em toda a extensão da sociedade brasileira e também só ela podia oferecer a possibilidade da passagem das bases pré-capitalistas para o capitalismo. Da mesma forma que foi a oligarquia que definiu no passado o escravo e no presente o assalariado. Esse processo culminou na crise do poder burguês, que segundo Fernandes (2004b) constituiu o problema central do desvelamento histórico-sociológico da revolução burguesa no Brasil.

⁶¹ Fernandes (1995b, p. 30) explica que a República foi denominada oligárquica, assim como o Império com seu poder visivelmente centralizado. A República herdou uma ampla herança composta de traços negativos e padrões culturais repulsivos. “O grande dilema republicano consiste em que nem a Colônia nem o Império deixaram os requisitos econômicos, culturais, políticos e psicológicos de uma República burguesa federativa”.

Essa crise do poder do burguês refere-se à transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, em processo desde os fins do século XIX para o século XX. Esse é o momento em que a burguesia atinge o ápice do poder. O capitalismo competitivo estruturou-se pela confluência da economia de exportação com a expansão do mercado interno e da industrialização (FERNANDES, 2004b). Essa estruturação é oriunda do jogo das forças sociais mercantis a partir da ruptura do mundo agrário, das relações escravistas, para o mundo industrial, dos meios de produção. Nessa ruptura, a escravidão vinculada a tudo que era colonial e senhorial, na verdade, representou a urgência, a consolidação e disseminação da lógica do capital e do que era moderno, uma vez que se tornou fator de acumulação originária. Sobre essa “conexão” da escravidão com o capitalismo, Fernandes (2004b, p. 362-363) declara:

Devido à importância e universalidade da escravidão, ela alcançou uma influência construtiva homogeneizadora, que nem sempre possui em outras partes, e por ela tiveram de passar os momentos iniciais de constituição de um mercado interno não-colonial, ou seja, ela se insere, com relativa rapidez, entre os pré-requisitos tanto da eclosão capitalista modernizadora, quanto da formação, consolidação e diferenciação do capitalismo comercial. Na etapa de crise final da produção escravista-colonial, dela irrompe também a negação do regime escravocrata e senhoril, se não através da atuação revolucionária das massas escravas, que chegou a ocorrer como “fator tóxico” das transformações históricas, pelas cisões, rupturas e convulsões que converteram o abolicionismo numa “revolução do branco para o branco” (ou seja, em uma irrupção revolucionária “dentro da ordem”, que leva a descolonização à estrutura e aos dinamismos do “mundo que o português criou”, ou seja, da ordem escravocrata e senhoril).

Em consequência dessa destituição da ordem econômico-social escravista, ocorreram alterações que estruturaram a economia e a sociedade brasileira em outras bases de diversificação e de condições de produção nacional. Com a expansão da produção mercantilista, novos interesses econômicos e atividades, distintas da atividade cafeeira, emergiram em detrimento e rompimento com o sistema escravocrata. “Ao mesmo tempo, através do caráter mercantil da escravidão, o capital mercantil penetra as formas de produção pré-capitalistas a que ela se associa” (FERNANDES, 2004b, p. 368). Nessa perspectiva, a unidade produtora agrária foi progressivamente inserida e modificada em detrimento da economia mercantil. Assim, a atividade da cafeeira desenvolvida nas fazendas transformou-se numa empresa mediante a alteração

praticamente total da organização das relações de sociais e produtivas (FERNANDES, 2008a).

Essas alterações interferiram e modificaram o mercado de trabalho e estabeleceram pouco a pouco o trabalho livre. Pois nessa estruturação capitalista o escravo tornou-se um investimento praticamente oneroso e incompatível com a nova forma de produção e com a possibilidade de aumento do lucro. Estava em questão o problema da conexão do capitalismo comercial com a escravidão colonial e mercantil (FERNANDES, 2004b). Conseqüentemente essa incompatibilidade relacionada ao trabalho escravo e à lógica capitalista de produção acarretou a consolidação dos processos de imigração de europeus para o exercício do trabalho assalariado. A esse respeito Fernandes (2008a, p. 29) explica: “O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva”. A destituição do trabalho escravo ocorreu sem assistência e condições efetivas para a realização da transição para o trabalho livre, ou seja,

Como não se manifestou qualquer impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o negro (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal. Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (FERNANDES, 2008a, p. 35-36).

Essas transformações nas relações e no modo de produção ocorreram paulatinamente e foram marcadas por processos antagônicos entre o campo e a cidade, o trabalho escravo e o trabalho assalariado, a escravidão⁶² e a liberdade, evidenciando os limites do sistema escravista. “A liberdade funcionou como uma armadilha, que o ‘negro’ só logrou perceber e enfrentar, completamente, quase meio século depois da

⁶² Fernandes (2004b, p. 359), no estudo sobre a conexão da escravidão com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, afirma: “Em quase quatro séculos, em que a escravidão se constituiu e se refez em conexão com as determinações diretas e indiretas dos vários ‘ciclos econômicos’, não foi só a história que se alterou. Com ela se alteraram as relações de produção, a estratificação da sociedade e a articulação das ‘raças’ contidas nos vários polos da dominação escravista”.

abolição” (FERNANDES, 2008b, p. 33). Isto porque a liberdade e a igualdade conquistadas após a Abolição e a Proclamação da República constituíram-se como formais e inúteis. E as cidades, portanto, desenvolveram e ofereceram as bases para o crescimento da economia do mercado interno recorrente do processo de urbanização. Esse, por sua vez, constituiu-se como o fator que polarizou o desenvolvimento industrial.

Ianni (2004a) também afirma que ocorreu uma diferenciação acentuada dos centros urbanos à medida que a cidade adquiriu estatuto distinto do campo. Criou-se uma cultura⁶³ que acentuou a contradição entre a civilização agrária e a civilização urbana. “A cultura urbana adquire fisionomia própria. Nesse ambiente, verifica-se o progresso da cultura política, artística e científica” (IANNI, 2004a, p. 28). Acentuou-se também a necessidade de superação do antagonismo entre a mercadoria e o escravo, haja vista que a atividade produtiva do trabalhador só se tornaria mercadoria se este se transformasse num trabalhador livre, num cidadão com possibilidades de vender a sua força de trabalho (IANNI, 2004a). Essas transformações sociais, em curso, configuraram-se como um problema racial na expansão da ordem social competitiva⁶⁴.

A incorporação de trabalhadores livres em detrimento da eliminação do trabalhador da esfera dos meios de produção tornou-se um imperativo para a efetivação do sistema capitalista. Desse modo, a necessidade do trabalho escravo tornou-se praticamente nula e distinta do trabalhador livre, principalmente o imigrante⁶⁵. Este apareceu como um agente do trabalho livre e assalariado que monopoliza e agrega as oportunidades de trabalho. Fernandes (2008a, p. 34) afirma que na época o pensamento

⁶³ Segundo Ianni (1996, p. 155), “a cultura é uma dimensão fundamental da hegemonia que pode ser construída por uma classe, composição de forças sociais, bloco de poder, Estado. Toda configuração hegemônica é necessariamente cultural”.

⁶⁴ A configuração da ordem social competitiva, segundo Fernandes (2009, p. 95), “constitui um produto das funções classificadoras do mercado e das funções estratificadoras do sistema de produção sob o capitalismo dependente (ou seja, sob a vigência permanente do padrão dual de acumulação originária de capital e da modalidade correspondente de apropriação repartida do excedente econômico nacional)”.

⁶⁵ Distintamente do negro e do mulato, o “imigrante repelia as condições de vida que não fossem ‘descentes’, sujeitando os padrões deformados pelo regime servil a se enquadrar nas bases morais do regime do trabalho livre; mas cumpria à risca as obrigações decorrentes do contrato de trabalho, estimulando ainda mais pelo aguilhão de converter sua força de trabalho em fonte de poupança” (FERNANDES, 2008a, p. 46). A esse respeito, Ianni (2004a, p.17) assinala: “A própria massa imigrada estava interessada em distinguir-se da escravaria e, mais ainda, valorizar-se muito mais do que a massa escrava. O imigrado considerava-se diferente e melhor que o escravo ou ex-escravo. Incorporou rapidamente os padrões discriminatórios dominantes na sociedade brasileira, apresentando-se, pois, privilegiado no mercado de trabalho”.

era de “que o ‘trabalho livre’, a ‘iniciativa individual’ e o ‘liberalismo econômico’ eram os ingredientes do ‘progresso’, a chave que iria permitir superar o ‘atraso do país’ e propiciar a conquista dos foros de ‘nação civilizada’ para o Brasil”.

Nesse novo regime de trabalho, os ex-escravos não estavam preparados para enfrentar a concorrência com o imigrante, o que gerou um impacto aniquilador. A nova estruturação societária comprometia e arruinava a condição do negro como trabalhador nas relações de produção. E mesmo quando o negro, na condição de trabalhador livre, conseguia inserir-se no sistema econômico, ele não avançava, não prosperava. O destino do ex-escravo emergia identificado, segundo Fernandes (2008b, p. 8), com a “exequibilidade das bases materiais, jurídico-políticas e morais do novo regime”. Desse modo, Fernandes (2008a) argumenta também que o sistema escravocrata não preparou o escravo para agir como um trabalhador livre; ao contrário, preparou para atuar em serviços essenciais onde não se encontrava força de trabalho do homem branco.

Para o branco, que tratava os trabalhadores em termos puramente mercantis, o que contava era o rendimento do trabalho, a observância das cláusulas dos contratos e o nível de remuneração desse fator da produção. Para o negro e para o mulato, tudo isso era secundário, como meros atributos do homem que fosse livre para vender e aplicar sua força de trabalho; o que adquiria caráter essencial, no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar. Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar “vida nova na pátria nova”, calculando se libertar dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana. (FERNANDES, 2008a, p. 45).

Na estruturação da lógica do capital, com os desdobramentos sociais, o negro foi então reincorporado no sistema econômico-social como mão de obra livre, como massa de trabalhadores disponíveis. As transformações do negro, para adaptar-se às exigências do capital, segundo Ianni (1978, 2004a) e Fernandes (2007), correspondem ao processo denominado “metamorfose do africano escravo em negro cidadão”, criada e recriada historicamente pelas estruturas capitalistas. Fernandes (2008b) explica que o negro, o mulato não estavam contra a nova ordem econômica, social e política, mas sim contra a “espoliação racial” acobertada pela ordem social.

Portanto, vítima de duas explorações cruéis – a que se estabelecera pela escravidão e a que resultara do modo pelo qual se concretizara a abolição – o “negro” não se insurge contra a ordem existente nem se volta contra os brancos. Ao contrário, propõe-se defender, para si e para os outros, os valores ideais dessa ordem social, embora eles não tivessem vigência senão para os brancos das classes dominantes ou em ascensão socioeconômica. (FERNANDES, 2007, p. 201).

Nesse sentido, no século XX, sob a lógica do capital, o africano reproduziu-se não somente como escravo e negro, mas como operário. Historicamente e em condições sociais distintas, o africano transformou-se em negro e mulato, uma vez que foi considerado produto da escravatura. A escravatura contribuiu para o processo de aculturação do africano pela via da imposição e submissão a hegemonia dos senhores. “Nota-se que a escravatura foi a forma assumida pela aculturação dos africanos; e que essa aculturação foi forçada, subalterna e organizada segundo os interesses e o predomínio da casta dos brancos” (IANNI, 1978, p. 72).

O africano foi personificado em negro, escravo, configurado pelo jogo das forças sociais no confronto com o branco, o índio e o imigrante. Nessa perspectiva, Fernandes (2008a, p. 103) afirma que o negro se integra à ordem social competitiva, porém “O negro traquejado e envolvido na torrente da vida social percebe quando é ‘diminuído’ ou ‘prejudicado’ pelo branco. Conhece o ‘jogo dos brancos’ e não se identifica com eles senão para se libertar melhor do seu jugo e atingir mais depressa os seus fins”. O escravo transforma em cidadão, simultaneamente, o imigrante pelo processo que instituiu a ordem democrática, do contrato. Sobre essa relação mediada pelo contrato, Ianni (2004a, p. 30) observa:

A igualdade dos homens perante a lei é um princípio do contrato sem o qual não se instalará a ordem democrática. O trabalhador só é livre quando é livre para oferecer sua força de trabalho no mercado. Os consumidores de força de trabalho precisam dispor da possibilidade de comprá-la segundo as necessidades do empreendimento econômico. Por isso, impôs-se a humanização do escravo, isto é, a sua libertação. O percurso entre o escravo e o cidadão será inteligível se não passar pela mercantilização da força de trabalho.

Desse modo, segundo Fernandes (2008a), a metamorfose do escravo negro em cidadão acarretou várias consequências: pauperização, integração superficial, isolamento, desigualdade social, tudo isso proveniente da sociedade competitiva, ainda

que se proclamasse aberta e democrática.⁶⁶ A metamorfose correspondeu também à ruptura de uma sociedade estamental, do homem “bruto” para uma sociedade de classe, do homem urbano. Essa ruptura, segundo Fernandes (1995), foi marcada pela constituição da República oligárquica, pautada pela democracia dos senhores de escravos. Isto porque as bases iniciais de formação do Brasil moderno⁶⁷ caracterizaram-se pela forte herança do escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. E, dessa forma, muito pouco foi feito em termos da consolidação de direitos civis e políticos. “O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política” (IANNI, 1996, p. 33). Diante dessas condições, Ianni (2004a, p. 20) afirma:

Nesse passo, o escravo se transforma em trabalhador livre, a mão-de-obra em força de trabalho. Somente nesse contexto é que a produção de lucro é função da produção da mais-valia relativa. Agora, a divisão do trabalho, isto é, a racionalização crescente do modo de produção, difunde-se pelas relações de produção, adquirindo a integração indispensável ao progresso do sistema. Em consequência, o escravo se transforma em cidadão, ao mesmo tempo que o imigrante: a abolição se confere a liberdade política, muito antes que possam utilizá-la. Num dos limites desse processo está a auto-racionalização do comportamento de todo cidadão, inclusive o trabalhador.

Esse processo envolveu tanto a metamorfose do escravo em cidadão quanto as transformações das formas de alienação, ou seja, a existência da dupla condição social da raça negra reciprocamente como negro e operário. No sistema escravocrata, o escravo é alienado em relação ao produto do seu trabalho e em relação a sua pessoa. Nessa lógica, Fernandes (2004b, p. 367) explica que “[...] o escravo não só constitui

⁶⁶ Sobre a formação de uma ordem democrática, explica Fernandes (1995a, p.129): “Em uma sociedade de classes, nem o desenvolvimento econômico nem a democracia constituem um fim em si e para si. Cada classe possui certos interesses particulares a serem atingidos mediante o ‘desenvolvimento econômico’ e a ‘democracia’; e pode (ou não) dispor de meios de acomodação para mesclar tais interesses que decorrem do enquadramento nacional das classes, de suas aspirações sociais e de suas estruturas de poder. Quando uma classe (ou um conglomerado de classe) destrói esse enquadramento nacional (por meios revolucionários ou contra-revolucionários), ela (ou ele) se sobrepõe e se antepõe ao todo”.

⁶⁷ Segundo Carvalho (2013, p. 83), a respeito das bases iniciais da formação do Brasil moderno, o autor explica que “[...] até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializados, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido”.

uma mercadoria; é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios [...], a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil”. Na sociedade capitalista o negro é trabalhador livre e é possível negociar a sua força de trabalho. O negro é considerado um cidadão, ainda que subalterno, entretanto é alienado em relação ao produto do seu trabalho. O negro então, vive uma dupla alienação: a da raça, como membro de uma raça distinta e inferior, e da classe social, como membro de uma classe subalterna a outra. E,

O branco procura encontrar no próprio negro os motivos da distância social, do preconceito e das tensões que se revelam nas relações entre ambos. O negro, por seu lado, procura situar-se e movimentar-se na trama das relações sociais, nas quais ele surge como diferente, afastado ou discriminado pelo branco. A identidade do branco contém uma espécie de reflexo da identidade passiva ou criticamente, a identidade que o branco lhe imputa. Esse é o núcleo do universo social tenso, no qual o negro aparece como problema, para o branco, a si mesmo e para o cientista social. (IANNI, 1978, p. 52).

Desse modo, como um mecanismo de defesa antagônico a sua dupla alienação, o negro historicamente organizou a sua prática política por meio de movimentos, sindicatos, associações, partidos e outros. A ação política do negro instituiu um processo de politização e resistência efetivado de forma variável nas distintas regiões do Brasil. Esta alienação racial tornou-se produtora de desenvolvimentos políticos que velam a relação entre brancos e negros. Isto porque – Ianni (1978) esclarece – a consciência da alienação não se estabelece como uma consciência política, uma vez que os valores políticos da raça hegemônica interferem e permeiam a consciência dos subalternos. A ideologia racial do branco não considera o negro como igual; pelo contrário, o rejeita, em função da reprodução da lógica do capital porque

Há valores culturais específicos de cada esfera de atividade, seja na fábrica, governo, exército, igreja, banco, escola, jornal ou televisão. Mas há valores que aparecem em todas as esferas da vida social, como se fossem o amálgama subliminar que harmoniza e automatiza as atividades das pessoas. Há valores da ideologia burguesa (que é o núcleo da cultura capitalista) que permeiam as relações sociais das pessoas, grupos e classes, em todos os círculos das suas atividades sociais. Em última instância, as próprias formas de pensamento das pessoas, grupos e classes estão amplamente determinadas pelas idéias, valores, princípios e doutrinas da ideologia burguesa. (IANNI, 1976, p. 29).

Assim, com o desenvolvimento núcleo da cultura capitalista, a cultura adquiriu traços próprios do progresso, do antagonismo social, político e econômico da era do capital. Nessa trama das relações sociais, criou-se uma cultura, vigente na sociedade, que é apenas aparente (IANNI, 1996). O que parece ser “uma cultura brasileira é um complexo de modos de viver e trabalhar, sentir e agir, pensar e falar que não se organizam em algo único, homogêneo, integrado, transparente” (IANNI, 1996, p. 145).

Nessas relações raciais, o negro consolidou-se como possuidor de outra cultura, raça secundária e subalterna em relação ao branco e o índio. A acentuação dessas distinções raciais tornou-se um problema engendrado pelas sociabilidades e culturas diferentes. O negro, segundo Ianni (1978), constituiu-se como um “tipo social singular” distinto e estranho em relação ao branco, porém recriado e reproduzido continuamente. “Mas se recria e reproduz continuamente menos por decisão e atividade do negro, de per si, do que pelas condições e determinações das relações de interdependência, alienação e antagonismo características do capitalismo” (IANNI, 1978, p. 56). Portanto, o que diferencia a cultura dominante da cultura subalterna é o fato de se constituírem como produtos de formas variadas de inserção das classes na divisão e organização do trabalho (IANNI, 1991). As classes dominantes são portadoras de uma cultura específica e as classes subalternas são portadoras de uma cultura que se funda na relação vida e trabalho. Ambas são pautadas por diversidades e desigualdades e contradições.

Assim, com as distintas transformações, rupturas históricas, com a consolidação do capitalismo como modo de produção, a cultura africana e a cultura da escravidão perderam seus significados culturais originais e adquiriram outras configurações determinadas pela lógica do capital, do trabalho assalariado, da produção de mercadorias e de lucro. Dessa forma, ao “recriar e reproduzir as relações sociais, a sociedade reproduz continuamente tanto o negro e o branco – ou outras raças – como as imagens e os atributos que cada um e todos possuem de si mesmos e uns com relação aos outros” (IANNI, 1978, p. 69). A cultura compreendida em termos históricos e sociais vincula-se à problemática da questão nacional e racial. Portanto, a modernização do Brasil tornou-se elemento de tensão e de discrepância entre teorias explicativas e realidade social referente à construção da identidade/caráter da nação imbricada pela formação mestiça do povo brasileiro. Mais uma vez está em questão a base política, cultural e ideológica oriunda do antagonismo do jogo das forças sociais.

2.2 Brasil-Nação: a miscigenação como caleidoscópio da relação indivíduo-sociedade

A miscigenação pode ser considerada um caleidoscópio da relação indivíduo-sociedade decorrente das distintas “imagens” e “combinações” que deram origem a uma multiplicidade de interpretações ao longo do desenvolvimento histórico da nação. Para Ianni (1996), tal caleidoscópio nasceu do pluralismo racial que se manifesta como espaço de alienação, de preconceitos por vezes “coloridos, visíveis, sentidos”. Portanto, um caleidoscópio de relações raciais consolidadas por processos de alienação e de proclamação de ideologias (IANNI, 1996).

Todavia, além da origem biológico-social, a miscigenação brasileira tem sua gênese instituída e determinada pelas transformações históricas e estruturais configuradas pelo processo de consolidação da era do capital. Todo esse processo mostrou-se contraditório, uma vez que o momento de redescoberta da nação tornou-se impedimento para a constituição da identidade nacional. Isso porque perguntar sobre que nação era essa significava compreender que raça constituía o povo brasileiro (IANNI, 1996). A mestiçagem constituiu-se como um tema retomado nesse contexto e contém os traços da identidade nacional definida como unidade na diversidade.

Nessa perspectiva, não há consenso em relação às teorias explicativas do Brasil (século XIX e XX) na definição do que é o nacional. Para Ortiz (1994, p. 8), “a identidade nacional está profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado brasileiro”. A identidade é denominada construção simbólica caracterizada por não existir, em específico, uma identidade autêntica, mas uma pluralidade elaborada por diversos grupos sociais em distintos momentos históricos. E a tentativa de delimitá-la pode significar a legitimação de uma política ideológica relacionada ao Estado (ORTIZ, 1994). Desde o período do Brasil independente estava em questão: “Afim, o que faz do Brasil, Brasil”? (SCHWARCZ, 2011a).

Dessa forma, a busca pela identidade, ou seja, o caráter da nação, estava relacionada à formação do Estado nacional. Assim, a formação por meio dos desdobramentos políticos, econômicos, sociais é caracterizada por Ortiz (1994) como o

“subsolo estrutural” da análise do que é o nacional e como uma questão política de relações de poder. Na perspectiva de Ianni (1996, p. 8), trata-se da “questão nacional”, ou seja, diz “respeito a como se cria e recria a nação, em cada época, conjuntura ou ocasião. [...] está sempre presente, como desafio, obsessão, impasse ou incidente” (p. 27). Diz respeito, também, à questão racial como formação de uma cultura e identidade de uma nação.

A questão nacional envolve a cultura sob vários aspectos. As condições políticas, econômicas e sociais da questão nacional compreendem necessariamente a história do povo, a formação da língua, os dialetos, a composição racial, religiões, seitas, movimentos sociais, messianismo, banditismo social, lutas pela conquista da cidadania. Compreende as guerras de independência, o anticolonialismo, as lutas pela formação e consolidação do Estado nacional, o contraponto sociedade nacional e imperialismo. A questão nacional envolve a constituição da sociedade nacional, tanto em face do imperialismo como de sua própria diversidade cultural, racial, regional. (IANNI, 1983, p.43).

Assim, na formação e consolidação do Estado nacional, os “parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX” (ORTIZ, 1994, p. 15). As interpretações procuravam destacar as virtudes e defeitos do homem brasileiro vinculando-os com as dificuldades ou não referentes ao meio social. O meio e a raça⁶⁸ eram caracterizados de forma determinista, ou seja, “[...] clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato” (ORTIZ, 1994, p. 16). Era a formação de um determinismo, cuja finalidade foi expressar de fato à realidade específica brasileira, destituindo, assim, a imitação, a importação, a transplantação do modo de vida da metrópole.

Segundo Ortiz (1994), refere-se à construção da particularidade do que é nacional revelada pela raça e o meio no desdobramento do nacional e do popular. “Surge assim um problema teórico fundamental para os ‘cientistas’ do período: como

⁶⁸ Ortiz (1994, p. 14) recorre aos estudos de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues como objeto de análise na discussão sobre a problemática da identidade nacional. O autor afirma que a escolha por esses autores “[...] não é arbitrária; ela privilegia justamente os teóricos que são considerados, e com razão, os precursores das Ciências Sociais no Brasil. O estatuto de precursor revela a posição desses autores que na virada do século se dedicaram ao estudo concreto da sociedade brasileira, seja analisando suas manifestações literárias, seja considerando as tradições africanas ou os movimentos messiânicos”.

tratar a identidade nacional diante dessa disparidade racial” (ORTIZ, 1994, p. 20). A questão racial, para o autor, é uma linguagem que possibilita a compreensão da realidade social, além de exercer influência na construção do Estado nacional. Associada ao progresso do país, corroborava com a ideia de que o índio e o negro representavam o entrave para o processo civilizatório. Eles foram indicados como os responsáveis pela ausência de futuro do país.

Então, a partir do século XIX,⁶⁹ segundo Schwarcz (2007, 2011a), definia-se a identidade da nação por meio da raça. Estava em foco a diferenciação nacional – mestiçagem – como fator constitutivo da nação pautado nas explicações das teorias raciais. A biologia foi considerada, nesse momento, a grande ciência do século, que legitimou os modelos darwinistas sociais. Esses modelos tornaram-se instrumentos para analisar, julgar os povos, as culturas. Para Ortiz (1994), o que as caracterizava eram as múltiplas experiências empíricas, legitimando, assim, sua cientificidade e função “cognoscível da realidade”. Muitos autores adotaram essas teorias, as quais naturalizavam as diferenças e tornavam inquestionáveis as questões vinculadas à política e à história.

Além disso, Ianni (1978) ainda afirma que alguns dos estudos científicos sobre as relações raciais pautaram-se pelo seguinte desvelamento da situação racial: a) pela caracterização do índio de forma romântica e como símbolo nacional, b) pela exclusão e sofrimento do negro, c) pela posição de superioridade e privilégio da raça branca em virtude da situação econômica e da posição política, e, d) pelo mestiço como aquele proveniente do “cruzamento inter-racial”. Refere Ortiz (1994, p. 21) nesse sentido:

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do

⁶⁹ No decorrer do século XIX, segundo Ianni (1996), a problemática racial configura-se por distintas formas pelo processo da metamorfose das raças e mestiços em povo. Na época do regime escravocrata a cena nacional polarizou primeiramente o indianismo e posteriormente o europeísmo. Essa cena se alterou com o movimento do abolicionismo, o qual incentivou a imigração europeia. A intensa valorização do imigrante ocorreu por meio da legitimação do branqueamento da população em contraposição ao índio e o negro. Após a abolição e instauração da República, cujo poder concentrou-se inicialmente na oligarquia cafeeira, nessa fase aconteceu a desvalorização do índio, do negro e do branco nacional em detrimento do imigrante. Com a marcha da revolução burguesa em curso, deu-se continuidade à valorização do imigrante. “Esse foi o contexto em que se acentuou a valorização do trabalhador branco, imigrante europeu, como agente ou símbolo da redefinição social e cultural do trabalho braçal. [...] Estava cumprida a metamorfose do trabalhador escravo em trabalhador livre” (IANNI, 1996, p. 129).

elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro desta perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente.

Nessa conjuntura de construção de um Estado Nacional, para além dessa explicação pautada no meio e raça, a problemática racial foi denominada “mito das três raças” em virtude das relações sociais e das condições materiais de existência. Essa ideia de mito encobre as tensões raciais e possibilita ainda a ideia de que todos podem se reconhecer como nacionais, como em 1930 quando a nação foi considerada “divinamente mestiça” dominada pela ideologia do branqueamento das raças, no contexto em que o cruzamento de raças virou retórica e símbolo do Estado. Segundo Ortiz (1994, p.41), neste contexto, ocorre a “passagem do conceito de raça para o de cultura”. Tratava-se de um Brasil que, segundo Ianni (1996, p. 21), tentava entrar no ritmo da história.

Aboliu a Escravatura e a Monarquia, proclamando a República e o trabalho livre. Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesãos para a indústria. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou no branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo. Recebeu, inclusive, o que não imaginava, em termos de ideais sociais, propostas sindicalistas, anarquistas, socialistas e outras. Houve uma ampla fermentação de idéias e movimentos sociais, principalmente nos centros urbanos maiores e nas zonas agrícolas mais amplamente articuladas com os mercados externos. (IANNI, 1996, p. 21).

Estava em curso, oriundas dos jogos das forças sociais produtivas, a instituição da República Federativa como regime político pautado pela tentativa de construção de um projeto social democrático. O que significou a proclamação de uma organização político-administrativa do Estado de acordo com as demandas do novo regime democrático instaurado após o “colapso do regime monárquico”. Entretanto, a construção do projeto democrático constituiu-se com base em outros “rumos” e demandas da classe dominante. Ocorreram rupturas, mas permaneceram as

continuidades como a prevalência de uma economia primária exportadora e de um patrimonialismo em aspectos públicos e privados (IANNI, 1996). Nessa fase de transição para a ordem urbano-industrial, prevaleceu, inicialmente, essa exportação primária legitimada pelo ideário do liberalismo, que se fez presente nas interações econômicas fora do país.

Todavia, o ápice da total mudança da conjuntura brasileira refere-se ao momento do Movimento Revolucionário, que tem como emblema 1930. O ápice revolucionário em 1930 foi proveniente de uma série de revoluções e movimentos armados que, no decorrer dos anos de 1920, da crise nacional, se constituíram como forças contraditórias à ordem oligárquica. Esse movimento caracterizou-se, por um lado, como desestabilização da estrutura do Estado oligárquico e, por outro, pelas conquistas democráticas como: jornada de oito horas de trabalho, permissão do voto para os maiores de dezoito anos, salário mínimo e outros. Tratou-se da consolidação da burguesia industrial e do operariado. Explica Ianni (1996, p. 31-32):

Desde antes de 30 já era intenso e fecundo o debate sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira. Recolocaram-se de forma particularmente – os dilemas da questão nacional. As perspectivas e os impasses que se haviam aberto com a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a imigração européia, as crises periódicas da economia primária exportadora, os obstáculos internos e externos à industrialização colocavam-se de forma premente. Tanto assim que se multiplicaram os debates, as interpretações e as diretrizes para a resolução, ou manejo, dos problemas nacionais.

O autor afirma ainda que os “ensaios” para o desenvolvimento do Brasil moderno esbarravam nas heranças de outros regimes como autoritarismo, escravismo, coronelismo e clientelismo. E, esbarrava também em dilemas nacionais como a consolidação de um povo que, continuara a ser ficção política na cultura urbana legitimada tanto pela ruptura histórica quanto pelos desdobramentos políticos de formulação de diretrizes para o país. No Brasil, de 1930, “nesse momento, todos voltam a perguntar-se, como em 1823, quem é o brasileiro e quem pode ser cidadão brasileiro” (IANNI, 1996, p. 126). A esse respeito Mota (1985, p. 28) afirma:

A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico, colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica à visão

monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha.

Dessa forma, essa transição da República Velha para a República Nova marca tanto a passagem da raça para a cultura quanto para as transformações em curso na esfera econômica e política. E representa o estudo dos intelectuais da época em busca da construção de uma identidade da nação brasileira. “A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades [...] a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social [...]” (ORTIZ, 1994, p. 41). Sobre a cultura, Ianni (1996) esclarece que ela não é inocente. “Em síntese, [...] é uma dimensão fundamental da hegemonia que pode ser construída por uma classe, composição de forças sociais, bloco de poder, Estado” (IANNI, 1996, p. 155). A cultura é criada e recriada nas “tramas” das relações sociais, manifestada pelos antagonismos políticos, econômicos e sociais.

A questão da cultura recoloca a problemática da sociedade civil, nação e Estado nacional, compreendendo as diversidades e os antagonismos que se expressam nas práticas de grupos sociais tais como os raciais, étnicos, religiosos, regionais e outros, e das classes sociais agrárias e urbanas, dentre as quais se destacam as diversas burguesias, operários urbanos e rurais, camponeses e setores médios. Em várias ocasiões, os movimentos sociais e os partidos políticos expressam aspectos fundamentais da realidade nacional, inclusive em sua dimensão cultural. (IANNI, 1996, p. 145).

Tratava-se de considerar a relação entre cultura e Estado nessa passagem do conceito de raça para o de cultura. “[...] Com a Revolução de 30 as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social” (ORTIZ, 1994, p. 40). Nesse contexto, Ortiz (1994) ainda afirma que as teorias raciológicas vinculadas à ideologia da mestiçagem se tornaram obsoletas, haja vista que a realidade exigia outro tipo de interpretação, a qual historicamente estava vinculada às primeiras décadas do século XX quando ocorreram alterações profundas, tais como a industrialização. “O processo de urbanização e de industrialização se acelera, uma classe média se desenvolve, surge um proletariado urbano” (ORTIZ, 1994, p. 39-40).

A Revolução desestruturou as “linhas” interpretativas da realidade nacional. Mota (1985) afirma que 1930 significou o começo de um processo de “reorientação da

historiografia brasileira”, assim como afirma Ortiz (1994), e também significou a consolidação de fato da transição da raça para a cultura, do que era considerado mestiço para o nacional. É o “advento do povo no Brasil”. A esse respeito Ianni (1996, p.130) observa:

O ano de 1930 assinala uma alteração fundamental no enfoque do problema racial brasileiro. Todo um largo debate, que vinha de décadas anteriores, parece organizar-se em algumas correntes principais, a partir da ruptura representada pela Revolução de 30. Pouco a pouco, nos anos e décadas posteriores, delineiam-se as interpretações mais importantes, com as quais se defrontam posteriormente todos os que vivem e estudam o problema racial brasileiro. Primeiro, formula-se a tese da democracia racial. Segundo, retoma-se, em linguagem diversa, em geral mais discreta, o racismo embutido na tese arianista. Terceiro, desenvolve-se o indigenismo, compreendendo sertanistas, antropólogos e, principalmente, os próprios índios. Quarto, coloca-se o problema no âmbito da reflexão sobre a sociedade de classes.

Delinearam-se, portanto, interpretações fecundas sobre o problema racial brasileiro, oriundos dos desenvolvimentos sociais brasileiros da virada do século XIX para o século XX, os quais caracterizam-se também como um momento de destaque da “democracia racial”, uma expressão que, segundo Schwarcz (2007, p. 12), “parecia resumir uma ‘autenticidade’ nacional”, marcada pela representação da tradição e cultura do seu povo. Nesse contexto, o mestiço tornou-se um “ícone nacional” de uma identidade mesclada no sangue e sincrética na cultura. Schwarcz (2011a, p. 27) ainda explica que

[...] nos anos 1930 uma nova visão oficial deste país é construída. Dessa vez, a mestiçagem – menos biológica e mais cultural – é destacada, não mais como veneno, mas tal qual redenção. Imbuídos de uma perspectiva alentadora, autores como Gilberto Freyre e Donald Pierson, associados à política cultural do Estado Novo, desenharão uma versão inusitada da mesma nação. Mais uma vez, o país seria definido por sua singularidade racial, dessa vez positivada e transformada em “solução”.

Da singularidade racial positivada originou-se a democracia racial que constituiu-se como uma construção histórica configurada, posteriormente, como um “mito” nacional. Esse mito é proveniente dos estudos realizados por Gilberto Freyre, em

sua obra *Casa grande e senzala*,⁷⁰ a qual foi publicada em 1933. Há uma permanência da visão freyriana de convivência racial de forma pacífica e idílica. Freyre (2005)⁷¹ desvela a trama social da positividade da miscigenação racial, afirmando-a como uma matriz social. Desvela os nexos de uma miscigenação considerada, inicialmente, como um fenômeno desconhecido, recente tanto para os cientistas estrangeiros como para a elite intelectual brasileira. Desvela enfatizando uma singularidade no cruzamento das raças e dessa forma referente à identidade da nação.

Para o autor a miscigenação tornou-se um problema que o inquietou bastante. Trata-se do desenvolvimento histórico de consolidação da nação brasileira – da origem pré-colonial à estruturação da monocultura latifundiária e escravocrata – que sofreu em parte com os efeitos sociais da miscigenação. O autor detém-se nas explicações das influências de condicionantes, como clima, saúde e doença, gerados pela relação das raças, desdobradas pelo processo de miscigenação. Estes se constituíram como fatores determinantes para a justificativa do “atraso”, da inferioridade da nação, da cultura, das relações sociais (FREYRE, 2005).

Nesse âmbito de um paradigma culturalista, as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pela vinda de intelectuais estrangeiros para a universidade brasileira.

⁷⁰ Trata-se de uma obra, segundo Ianni (1978), cujo interesse era conhecer o passado para elaborar o presente, a partir da compreensão do processo de miscigenação. Entretanto, foi construída com base na concepção do branco dominador, do senhor da casa grande, da eficácia do sistema escravista de produção. E, desse modo, põem-se as dimensões socioculturais e políticas da escravatura em segundo plano. Quando estes aspectos são tratados, aparecem analisados pela perspectiva psicológica e culturalista. Existe uma compreensão a-histórica da escravidão no Brasil.

⁷¹ De acordo com Ortiz (1994, p. 40), Gilberto Freyre [...] representou, nessa particularidade histórica do capitalismo, o clássico, a tradição e a continuidade, “[...] o ápice de uma outra estirpe, que se inicia no século anterior mas que [...] se prolongou até hoje com o discurso ideológico. Freyre reelaborou a temática racial como objeto principal para o entendimento da realidade brasileira, desconsiderando-a em termos raciais, mas caracterizando-a com um peso psicológico maior. Para Mota (1985), a grande contribuição de Freyre estava relacionada à concepção de um nacionalismo. E as ideias do autor cristalizaram uma ideologia que até posteriormente informa a noção de cultura brasileira. De uma cultura como integração e não de resistência a mudança. Para outro autor, Leite (1976), [...]um crítico literário, Freyre não conservava o princípio das raças superiores e inferiores. O autor, em questão, também tratava o mestiço na perspectiva positiva, o que possibilitou a agregação de condicionantes para a constituição da identidade. A própria caracterização do homem como preguiçoso foi alterada para a ideologia do trabalho. Ocorreu um combate a essa marginalização do homem, via música popular. O que se buscava era um novo homem para as exigências do processo do capitalismo. Homem cuja distinção de raça tornou difícil o discernimento, em função da construção de uma identidade nacional velada pelo mito da integração das três raças.

Intérpretes como Freyre, e de envergadura também histórica, Caio Prado Jr.⁷² e Sérgio Buarque de Holanda⁷³ fizeram parte da origem da universidade, instituição moderna da sociedade brasileira. No campo econômico e social essas décadas foram marcadas pela consolidação do Estado Novo, que, segundo Germano (2005), significou o período de domínio político da burguesia. Esse é o momento em que se “efetiva uma acentuada intervenção do Estado na economia, à modernização do aparelho estatal e a participação de profissionais de classe média, militares e empresários no aparelho administrativo” (GERMANO, 2005, p. 43). As ênfases do período foram justamente a segurança interna e a defesa externa, o desenvolvimento econômico-industrial, visando à exportação, e das ferrovias. Nesse contexto, segundo Mota⁷⁴ (1985), o conceito de cultura era enfatizado sem antagonismos internos. O fim desse período significou um momento de intensidade da temática da produção cultural.

II. O fim do Estado Novo, apresentando duas frentes: uma voltada para o passado, para o ideal aristocrático de cultura; outra, voltada para o futuro, caracterizada já pelos marcos do pensamento radical de classe média. Alguns frutos do labor deste se manifestarão através dos quadros universitários, num processo de institucionalização do saber. Assiste-se à substituição da qualificação intelectual pela função intelectual. Esboçam-se algumas formas de pensamento radical, embora o pano de fundo ainda seja dado pelas concepções culturais criadas nos quadros das oligarquias. (MOTA, 1985, p. 49).

Assim, à medida que raça cede lugar à cultura, esta foi reelaborada com base na perspectiva filosófica e sociológica. Essa mudança ocorreu a partir da década de 1950,⁷⁵

⁷² Caio Prado Júnior forneceu a obra de maioridade dos estudos históricos [...], a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), um balanço do período colonial, magistralmente elaborado, discutindo o sentido da colonização e os componentes do sistema colonial, para avaliar suas persistências na vida brasileira (MOTA, 1985, p. 32). A obra do autor deu início ao processo de redescobrimto do Brasil.

⁷³ *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, “[...] transformou-se num clássico [...]. Trazia em seu bojo a crítica [...] ao autoritarismo e às perspectivas hierárquicas sempre presentes nas explicações do Brasil” (MOTA, 1985, p. 30-31).

⁷⁴ Para a compreensão dos momentos mais significativos da historiografia brasileira, Mota (1985, p. 27) indica cinco períodos decisivos: a) redescobrimto do Brasil (1933-1937); b) primeiros frutos da Universidade (1948-1951); c) era de ampliação e revisão reformista (1975-1964); d) revisões radicais (1964-1969); e) impasses da dependência (1969-1974).

⁷⁵ Segundo Mota (1985), os anos 50 são um momento de consolidação de um sistema ideológico (neoliberalista, liberal-nacionalista, e outras) e de produção universitária de teses e ênfase nos estudos sociais no país. Exemplos foram as produções da Escola de Florestan Fernandes. Isso significou uma geração pautada pelos antigos catedráticos (Fernando de Azevedo, Cruz Costa, Sérgio Buarque de Holanda) e pela nova geração (Octávio Ianni, F. H. Cardoso, Roberto Schwarz e outros). E os anos 60

sobretudo 1960,⁷⁶ que, segundo Mota (1985), representou um “período de grande ênfase nos estudos sociais no país” – na vida universitária e cultural. Na década de 1950, o mito da democracia racial tornou-se um dilema internacional, haja vista a proclamação externa de que o Brasil constituía uma nação de relações harmônicas, sem conflito entre as raças e mesclas de raças. A partir de então, o conceito de democracia racial deixa de ser algo considerado como natural (SCHWARCZ, 2011a).

A desmistificação dessa tese da democracia racial teve início em 1950, com a pesquisa encomendada pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, Cultura e Educação (Unesco), a qual decidiu realizar um debate sobre o conceito de raça caracterizado predominantemente pela concepção biológica. Então, segundo Schwarcz (2011a), a Unesco promoveu três grandes atividades: a primeira foi a realização de uma reunião com a finalidade de elaborar um manifesto de condenação da visão racista da ideologia nazista; a segunda foi a publicação de diversos estudos, pesquisas sobre raça e relações raciais; e a terceira a solicitação de uma pesquisa específica sobre o “caso” brasileiro. Isso em virtude da propagação da existência de uma democracia racial afirmada pela neutralidade da inexistência de preconceito racial no Brasil.

Essa agência internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou aos sociólogos, Roger Bastide e Florestan Fernandes⁷⁷, coordenassem um projeto de pesquisa para investigar sobre a inexistência de conflito entre negros e brancos no Brasil. Assim, entre as pesquisas realizadas, a de Florestan Fernandes e Roger Bastide

são caracterizados como um momento de desintegração desse sistema ideológico, com rupturas radicais em algumas vertentes.

⁷⁶ Para Ortiz (1985), essas décadas significaram também uma produção de um pensamento elaborado por intelectuais no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Os intelectuais que fizeram parte do ISEB analisaram a cultura numa perspectiva filosófica e sociológica pautada em Hegel e Manheim; “a cultura significa as objetivações do espírito humano”, um elemento de mudança socioeconômica. Nas análises, os intelectuais adotaram os termos transplantação cultural e cultura alienada em substituição ao de aculturação. Estavam interessados nos projetos que ainda não foram realizados. Segundo Ianni (1996), a cultura desse período foi propagada por meio de livros, revistas, institutos de ensino universitários e partidos políticos. O ISEB significou naquele momento um nacionalismo fundamentado nas teorias dualistas de análise da realidade nacional.

⁷⁷ Refere Schwarcz (2012a, p. 69-70): “Particularmente reveladoras são as análises de Fernandes, que aborda a temática racial tendo como fundamento o ângulo da desigualdade. Em suas obras estará em questão não só a tese da democracia racial brasileira como as bases de sua construção. [...] Enfrentando os impasses gestados por essa sociedade recém-egressa da escravidão, Florestan Fernandes problematizava a noção de ‘tolerância racial’ vigente no país, contrapondo-a a um certo código de decoro que, na prática, funcionava como um fosso intransponível entre os diferentes grupos sociais. A inovação partia das bases teóricas dessa escola: em lugar das análises culturalistas, as visadas sociológicas, centradas no tema da modernização do país, e valendo-se da investigação do processo que levava à passagem do mundo tradicional ao moderno, abria-se uma ampla discussão sobre a situação das classes sociais no Brasil”.

indicou a existência, sim, de um conflito, marcado pela discriminação e intolerância racial. Os autores evidenciaram que, com a configuração da sociedade urbano-industrial, intensificaram-se não somente a discriminação racial, mas também a econômica, social e política, como uma contradição da relação raça-cor-classe. Estava em questão o início de um sistema social configurado por relações contratuais e jurídicas pautadas em benefícios, direitos e garantias sociais dos cidadãos (FERNANDES, 2008).

Mas trata-se de uma cidadania questionável, por causa da marginalização do negro em detrimento do branqueamento da população, pois o negro não correspondia ao ideal de homem nacional para a nação que estava em busca da sua identidade e modernização. Nessas condições, as explicações calcaram-se em critérios cientificistas para a compreensão da inferioridade das raças, em detrimento do perfil do branco europeu, mais apropriado e qualificado para tornar-se o Brasil moderno (FERNANDES, 2008). A esse respeito, com o término da pesquisa, Bastide e Fernandes concluíram que, pós-período da abolição dos escravos, os negros foram abandonados e mantidos à margem da sociedade, em função da instauração de um projeto de modernização elitista e conservador marcado pela proclamação da República e a constituição da nova ordem social, o capitalismo (FERNANDES; BASTIDE, 1955, 2008).

Fernandes e Bastide (1955, 2008) ainda verificaram que, mesmo com o desvelamento da inexistência de relações raciais de tolerância, a tese da democracia racial consagrou-se como uma justiça social cada vez mais operante na sociedade capitalista. A efetivação da tese da democracia racial, e conseqüentemente a marginalização do negro das políticas públicas do Estado, perdurou até a década de 1970, como expressão e legitimação do racismo produzido pelas relações de produção capitalistas. Somente a partir da década de 1970 que novas contestações abalaram a naturalização do mito da democracia racial, entre elas o surgimento do Movimento Negro Unificado (MN) e outras organizações paralelas que passaram a debater sobre as formas tradicionais de poder. O MN, segundo Schwarcz (2012a, p. 72) “(...) tornou mais forte o coro daqueles que já demonstravam o lado mítico da democracia racial: exaltada como modelo, mas dificilmente encontrada na realidade”.

Dessa forma, a nação, ao afirmar-se democrática nas suas relações raciais, significava que, por meio do aparelho ideológico legitimado pela elite dominante, foram introduzidos valores estabelecidos e determinados pela raça branca dominante. Assim, a

raça não branca, na tentativa de integração, incorpora a ideologia escamoteadora. A miscigenação, portanto, não iguala, mas diferencia, inferioriza, discrimina. A relação miscigenação e democratização, constituiu-se uma ideologia pautada na tentativa de agregar dois processos distintos como semelhantes, segundo defesa de Moura (1988), em virtude do processo de colonização e da integração entre os brancos, indígenas e negros. “Essa elite de poder que se auto-identifica como branca escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro” (MOURA, 1988, p. 63).

A esse respeito Bastos (1999) explica que é na composição do sistema escravocrata⁷⁸ que se funda o mito da democracia racial. Cria-se uma inter-relação entre a miscigenação e a democratização, já que a ordem social é aberta igualmente a todas as raças e mesclas de raças. Desse modo, ocorre um processo de identificação da população negra à população branca como forma de integração. A tese da democracia racial foi incorporada como cultura política, como uma produção de uma ideologia da cultura nacional pautada pelo discurso da igualdade social. De fato o discurso racial historicamente vem constituindo-se projeto de cunho nacionalista.

Assim como Bastos, Schwarcz (2007, p. 20) também afirma que o “mito da democracia racial surge como um legado da escravidão, um falseamento da realidade, o que implicou o desenraizamento dessa população que carregaria consigo pesadas marcas históricas”. A expressão democracia racial tornou-se jargão que parecia significar uma autenticidade nacional, uma versão otimista e mais evidente do que em qualquer outro lugar. Os símbolos mestiços considerados ícones da identidade brasileira tornaram-se nacionais tanto internamente quanto externamente no Brasil. Nesse processo, a miscigenação surgiu como sinônimo de tolerância referente a hábitos sexuais, os quais constituíam paradigmas de sociabilidade (SCHWARCZ, 2007). Criou-se com essa configuração, uma confusão entre a democracia racial e tolerância racial como “harmonia” de relações sociais pertencentes a mesclas de raças distintas.

Para Fernandes (2008a), o mito, na sua origem, teve uma utilidade prática que pode ser pensada a partir de três planos diferentes. O primeiro refere-se à atribuição da

⁷⁸ Ianni (1978) estudou o tipo de escravismo brasileiro e norte-americano a partir das obras de Gilberto Freyre e Donald Pierson. Com base em uma análise comparativa, constatou a distinção de padrões raciais entre o Brasil, relacionados ao princípio da acomodação generalizada, e os Estados Unidos, relacionados ao princípio do conflito permanente.

incapacidade e irresponsabilidade do negro à população de cor; o segundo, à inserção do branco de qualquer responsabilidade; o terceiro, à avaliação da relação entre negros e brancos tomando como referência a exterioridade. Desse modo, as relações de interdependência, alienação, antagonismos engendradas pela reprodução das estruturas político-econômicas subordinam a condição racial à condição de classe.

Assim, posição distinta de Freyre, dos estudos culturalistas do cruzamento das raças como singularização da nação, Fernandes (2007, 2008a) ainda analisa essa questão do mito da democracia racial pelo aspecto da desigualdade social e da discriminação. Para o autor tratava-se de um processo de exclusão mais evidente, velado pela ideia de uma “tolerância racial” e de uma falácia de uma suposta “equidade social”, pautada em princípios de uma ideologia racial de passividade entre as raças e etnias.

Dessa forma, na nação brasileira convencionou-se estabelecer que a relação entre brancos e negros está legitimada por bases ético-jurídicas do regime republicano. Essa legitimação jurídica é uma forma de prevenção de qualquer tensão social. Trata-se de um padrão histórico de justiça social. Nessa perspectiva, o mito pauta-se pelo princípio da “acomodação generalizada” e não no “conflito permanente”. Isto porque o mito fomenta outros mitos que escondem e fantasiam a realidade. São contradições históricas herdadas de um passado atuante no presente (FERNANDES, 2007).

Portanto, nesse contexto de desvelamento do mito da democracia racial, o início da década de 1960 foi marcado por um período de crise econômica e política de imensa dimensão. A nação era considerada uma realidade sociológica e uma realidade presente que não estava totalmente desenvolvida. O conceito de nacional, segundo Ortiz (1994), perpassava por concepções diferentes concebidas pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).⁷⁹ Como ramificações das ideias do ISEB surgiram o Movimento de Cultura Popular no Recife e o da União Nacional dos Estudantes (UNE). Entretanto a influência do Instituto foi além da cultura popular e atingiu também o teatro, com temas brasileiros, e o cinema, com uma indústria cinematográfica. Proporcionou-se, assim, um campo que não estava restrito, apenas, às particularidades do cenário brasileiro. Nesses desdobramentos, segundo Ortiz (1994), a problemática

⁷⁹ O Instituto Superior de Educação de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em julho de 1955, como um órgão do Ministério de Educação que conseguiu uma base econômica para propor cursos, conferências, pesquisas e publicações. E, sua extinção ocorreu em 1964. Ianni (1984, p. 57) observa que “[...] a criação do ISEB talvez tenha representado uma espécie de dupla consolidação do projeto alimentado por um grupo de intelectuais que queria fazer-se ouvir e criar discípulos, principalmente dentro do aparelho estatal”.

racial foi analisada em relação às manifestações folclóricas, que recuperam a ideia de tradição.

Porém as conquistas democráticas foram interrompidas drasticamente em 1964, com o regime autoritário que se instalou no Brasil. De um período populista e desenvolvimentista, o país transitou para uma realidade de um Estado autoritário. O ano de 1964 representou o ano do golpe, da ditadura militar no Brasil.⁸⁰ Essa ditadura foi caracterizada como a ditadura da força, da economia concentrada numa parcela da sociedade, a classe possuidora de bens e capitais, ou seja, a ditadura expressou o predomínio da burguesia financeira e monopolista. Significou também a vitória da contrarrevolução burguesa brasileira e intensificou a desigualdade social, uma vez que a ditadura organizou-se de forma a destruir as conquistas democráticas (IANNI, 1984).

A partir de 1964, sob a ditadura militar, as linhas principais da problemática racial continuaram a ser aquelas desenvolvidas após a Revolução de 30: democracia racial, racismo disfarçado, indigenismo, raça e classe. Mas houve algumas alterações significativas. Ficou bem mais difícil falar em democracia racial em um país no qual o povo em formação foi jogado de novo no nível simples população de trabalhadores. Esse processo se disfarçou sob a tese de que as pessoas, os grupos, as associações, os movimentos sociais, os partidos políticos, as idéias podiam ser suspeitos, perigosos, nocivos à segurança do Estado. Os governantes não precisaram revelar o seu racismo; simplesmente passaram a tratar toda a população de trabalhadores como indefesa, incapaz para o voto, sujeita à demagogia e carisma, suspeita, carente do mando do Estado militarizado: população conquistada. (IANNI, 1996, p.132).

As bases desse Estado militarizado, segundo Germano (2005), estavam relacionadas a ações já desenvolvidas no período de 1937-1945, com o Estado Novo. Nesse sentido, Ianni (1996, p.138) assinala que a reiteração histórica do Estado autoritário no contexto brasileiro estava vinculada às desigualdades raciais, regionais e culturais, “o que permite que as classes dominantes joguem com elas, de modo a enfraquecer a capacidade de reivindicação e luta de amplos setores da sociedade civil”. Desde essa época as Forças Armadas já clamavam por um Estado forte e ditatorial, o qual se desenvolveu como uma “fábrica” sob o lema de “segurança e desenvolvimento”.

⁸⁰ “A ditadura militar instalada no Brasil faz parte de uma onda fascista internacional, comandada pelos governantes dos Estados Unidos. Essa ditadura é, simultaneamente, expressão das contradições e lutas de classes em âmbito nacional e internacional” (IANNI, 1984, p. 95).

Com essa estruturação estatal, o golpe de 1964 significou o fim da democracia populista com a instauração do confronto civil e militar. Esse fato consolidou a formação de um novo “bloco no poder”, representado pela elite do país e as Forças Armadas. “O controle militar sobre o Estado implica uma determinada forma de dominação e, por conseguinte, de atuação prática em diversos campos da vida econômica, social e política do país, na qual se situa a política educacional” (GERMANO, 2005, p. 19). A esse respeito Ianni (1984, p. 26) esclarece:

Sob vários aspectos, em diferentes ocasiões da história da sociedade brasileira, os fios do militarismo e da ordem & progresso tecem-se numa poderosa rede, a serviço das classes dominantes. Sempre que as “normas de representação popular” são aproveitadas e alargadas pela atuação política do povo, de operários e camponeses, sempre as classes dominantes, os militares, policiais e setores da Igreja movimentam-se em marchas, quarteladas ou golpes. Na prática, o processo político, a vida partidária, a experiência da democrática, o jogo das forças políticas no curso da história da revolução burguesa, tudo isso é posto em questão pelas freqüentes intervenções militares.

Nessa perspectiva, em contraposição à democracia foi implantado um regime autoritário e ditatorial. No decorrer de vinte e um anos, o Estado investiu mais no desenvolvimento econômico e nas formas repressivas, do que em políticas sociais, uma vez que o objetivo era recuperar o Estado burguês em crise. A burguesia, estrangeira e nacional, constituiu a classe principal desse bloco. O aparelho estatal ficou quase que totalmente a serviço de suas demandas e sobre seu poder burocrático. O Estado militar foi “apoiado em um poderoso bloco industrial, ou melhor, financeiro e monopolista, [em que] predominam os interesses da grande burguesia financeira e monopolista estrangeira” (IANNI, 1996, p. 21). A esse respeito Germano (2005, p. 21) se pronuncia:

O Estado militar é assim encarado em sua historicidade, enquanto expressão de uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, os interesses dos conglomerados internacionais, de grandes grupos econômicos nacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada nas Forças Armadas e que conta com o decidido apoio dos setores tecnocráticos. Por outro lado, esse bloco não pode ser visto simplesmente de forma estática e monolítica, é preciso reconhecer a existência de facções divergentes, porém não contraditórias, no seu interior.

O bloco do poder, então, procurou despolitizar, desmobilizar as ações sociais. Desse modo, a burguesia preferiu até mesmo destruir as conquistas democrático-burguesas alcançadas em detrimento e contra a ação política do povo. Em relação à política e administração do governo militar, pautou-se por uma prática de totalitarismos, na qual muitos representantes do poder Legislativo foram cassados e exilados; funcionários públicos, intelectuais foram destituídos dos seus cargos; sindicatos foram fechados, inviabilizando assim a greve. Também ocorreu o aumento do número da população da cidade, em função da precária vida no meio rural, o que gerou nas cidades falta de saneamento básico e assistência médica, aumento da dívida externa e da presença de multinacionais no país; enfim o impedimento do povo escolher seus representantes e de manifestar-se culturalmente. Elucida Ianni (1996, p. 153-154):

Durante a ditadura militar, em 1964-85, pouco se desenvolveu a cultura do bloco de poder. Manifestou-se bastante, de forma predominante, a economia política do “modelo brasileiro de desenvolvimento” do “milagre brasileiro”. O discurso do poder foi e tem sido predominantemente econômico, economicista, tecnocrata, administrativo. Isto é, a política, a cultura e a história dissolvem-se ou esgotam-se no plano ou programa econômico. Sucedem-se os projetos e impactos, de modo a empurrar os interesses do grande capital. Tudo o mais fica subordinado, adjetivo ou subentendido, quando não inconveniente, suspeito, proibido. As razões do bloco de poder, apresentadas como se fossem as da sociedade, sintetizam-se no lema segurança e desenvolvimento.

Sob o lema da “segurança e desenvolvimento” foram diversificadas as relações de produção e classes sociais, ao mesmo tempo em que aumentou o domínio da burguesia. Ianni (1984) afirma que, dessa forma, desenvolveram-se também as forças produtivas e as relações de produção, ocorrendo, conseqüentemente, a concentração e centralização de capital. O Estado, nessas condições, exerceu o papel de administrador da complexa fábrica e de grande capital financeiro. “Nesse sentido é que o governo militar expressa apenas uma face de uma ditadura mais poderosa: a da grande burguesia, do grande capital” (MOTA, 1985, p. 96). Assim, o bloco do poder tinha sob seu domínio uma extensa burocracia que atingia todos os setores da sociedade civil: educação, cultura, política, economia, relações sociais, provenientes da institucionalização do autoritarismo e cerceamento político do regime militar.

Desses setores sociais, no Estado militar foi implantada e desenvolvida por meio da política de repressão ideológica uma cultura de mercado. A partir de então, a cultura

passou a ser determinada pelo mercado da produção de cinema, compreendido no interior da alienação da sociedade brasileira. E assim o nacional proclamado por agências governamentais torna-se consumo (ORTIZ, 1994). Para Ianni (1991, p. 210-211), a “cultura popular passou a ser bombardeada pela cultura de massa organizada pela indústria cultural. Mais do que isso, essa indústria invade a vida e as horas disponíveis de que poderia dispor o operário, camponês, empregado e outras categorias de trabalhadores”. Trata-se de uma expropriação e organização da cultura popular/nacional conforme os interesses econômicos e políticos do Estado ditatorial.

Em relação à política educacional dessa conjuntura ditatorial, esta se caracterizou pelas determinações de exclusão social, haja vista os objetivos: “1) controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis [...]; 2) relação direta e imediata com a ‘teoria do capital humano’ [...]; 3) incentivo à pesquisa vinculada à acumulação do capital; 4) descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita [...]” (GERMANO, 2005, p. 105-106). A educação, portanto, foi pautada pela supressão do conflito, em detrimento de uma prática social voltada para a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Além desse aspecto, a educação fez parte de um projeto de equalização social oriundo de um discurso de valorização da educação constituído por uma política educacional, a qual se transformou numa estratégia de hegemonia e consenso.

Por conseguinte, todo o conjunto de aparato do Estado foi posto, sob a classe operária, subalterna, de forma repressiva e autoritária. Essa opressão gerada pela ditadura culminou após décadas de regime totalitário para a crise do Estado militar. Ou seja, a mesma ditadura militar que produziu a contrarrevolução produziu também um desenvolvimento extraordinário de contradições de classe. Ianni (1984) afirma que essa crise envolveu primeiramente a oposição existente entre a classe operária e a burguesia, os militares e o próprio bloco de poder, que entrou em crise.

O que está em questão é um recuo de contra-revolução burguesa. Para não ceder nada de substancial aos trabalhadores da cidade e do campo, a operários e camponeses, a burguesia que institui e orienta a ditadura busca a “distensão” política, a “abertura democrática controlada”, a “democracia forte”. Modificar alguma coisa para que nada se transforme. Diante da crescente força política de classe operária, campesinato, setores de classe média (empregados, funcionários, estudantes, intelectuais e outros), o bloco de poder promove reformas sem qualquer profundidade. Busca garantir as bases jurídico-políticas

do poder burguês ditatorial ou, no mínimo, autoritário. A reforma partidária é bem uma amostra desse intento. (IANNI, 1984, p. 111).

Trata-se de um recuo e uma continuidade histórica do processo de contrarrevolução por parte da burguesia, e à classe operária lutar pela revolução popular. A desestruturação e ruptura do regime ditatorial estavam relacionadas, entre tantos outros aspectos, à insatisfação geral da população, que solicitava como imperativo para a mobilização popular as eleições diretas. A ruptura com o Estado militar e a instalação do Estado democrático foi efetivada por meio de uma relativa liberdade de organização política engendrada pelo jogo das forças sociais.

Ao final o que estava em questão, mais uma vez, era a organização político-econômica do Brasil-Nação. E, os anos de 1970 constituíram-se como um período de contestações, inquietações por parte da população de cor, que segundo Schwarcz (2012a, p. 70),

[o] resultado [foi] a confusão de miscigenação com ausência de estratificação, além da construção de uma idealização voltada para o branqueamento. Chegamos de tal modo não só ao “quanto mais branco melhor” como à já tradicional figura do “negro de alma branca”; branca na sua interioridade, essa figura representou, sobretudo até os anos 1970, o protótipo do negro leal, devotado ao senhor e sua família, assim como à própria ordem social.

Esse resultado significou que, por um lado, alguns obstáculos provenientes do período escravocrata foram eliminados, mas outros obstáculos foram criados e recriados pelo confronto das relações raciais na materialidade histórica. Assim os anos de 1970, além de estabelecerem essa imagem do negro, foram caracterizados como uma época marcada pela participação política em movimentos sociais de contestação e desmascaramento da ideologia do branco contra o racismo, preconceito de cor, discriminação racial e desigualdade social.

2.3. O negro cidadão na era do capital: a complexa prática política

Para romper com a condição de alienação, o negro é induzido a elaborar uma consciência que o institui como membro de outra raça e membro de outra classe. Isto

implica uma luta como membro de raça e como membro de classe no jogo das forças sociais com outras classes. Segundo Fernandes (2008b), para o negro lutar pela efetivação de sua integração havia a necessidade: 1) de identificar-se com os seus pares; 2) desenvolver novos padrões de cooperação e 3) desenvolver “impulsões” integracionistas. Assim, precisa lutar⁸¹ diante dessas condições e das estruturas político-econômicas e socioculturais da nação brasileira em relação aos movimentos de integração e antagonismos raciais.

O Movimento Negro, segundo Fernandes (2008b), é um emblema dessa luta prioritariamente da raça negra, cuja origem está relacionada com as conjunturas econômica e política. Caracteriza-se pela luta dos negros contra o preconceito, discriminação, marginalização do sistema educacional, político, social, econômico. Uma luta e uma reação às relações raciais discriminatórias e antidemocráticas e o combate ao dilema do “preconceito de cor”.⁸² “Enquanto tal dilema subsistisse, mesmo o padrão de democracia inerente à sociedade de classe numa economia capitalista seria impraticável” (FERNANDES, 2008b, p. 8). Nesse sentido, a raça constituiu-se como a determinação essencial para as reivindicações políticas

No período de marginalização praticamente total do negro, os movimentos negros existentes em várias partes do Brasil caracterizaram-se como assistencialistas e culturais. Apesar desse contexto, um marco da 1ª República foi à existência da imprensa negra como forma de denúncia da segregação racial. No período da 2ª República, o movimento negro fortifica-se com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), consolidando-se como a entidade e partido político da raça negra no país. Várias filiais

⁸¹ Ianni (1996, p. 134) esclarece que essa luta do negro vem desde “antes da Abolição, [em que] os negros libertos organizam-se. Muitos clubes combinavam atividades recreativas, assistenciais e culturais. O clube Floresta Aurora, criado em Porto Alegre antes de 1888 e em atividade até o presente, é um marco nessa história. No século XX criaram-se muitos clubes, associações, publicações e movimentos sociais. O jornal *Clarim da Alvorada* e o movimento denominado Frente Negra Brasileira ficaram na história das lutas sociais do negro brasileiro como marcos importantes. Ao lado das atividades recreativas, assistenciais e culturais, desenvolviam-se também as políticas”. Para Fernandes (2008b), as inquietações do negro começam a se materializar a partir do fim da I Grande Guerra e sua participação nos movimentos sociais ocorre a partir da II Guerra Mundial.

⁸² O preconceito de cor significa, segundo Fernandes (2008b, p. 8), “a perduração da velha associação da cor e posição social ínfima, a qual excluía o ‘negro’, de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados), da condição de *gente*. Enfim, o dilema que nascia das resistências abertas ou dissimuladas, mas todas muito fortes, em se admitir o negro e o mulato em pé de igualdade com os ‘brancos’”. O preconceito de cor surgiu como uma categoria inclusiva de pensamento. “Ela foi construída para designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial”. Trata-se de uma categoria diferente da ideia de discriminação.

foram criadas e em decorrência dessa politização o Movimento negro brasileiro tornou-se um movimento de massa. A Frente Negra possibilitou ao negro a consolidação de uma consciência clara, em confronto com a ideologia racial. Haja vista o empenho na legitimação da palavra de ordem: “separar aqui, para unir lá fora”. “O ‘negro’ precisava-se unir ao ‘branco’; mas precisava ser educado para isso, para não ser ‘aceito’ segundo o velho código tradicionalista” (FERNANDES, 2008b, p.41). Sobre a FNB, Ianni (1996, p. 131) afirma:

A Frente Negra Brasileira, criada em 1931, teve também esse significado: fortalecer o negro e o mulato na sociedade de mercado, burguesa, em expansão. Além das reivindicações de cunho político e cultural, expressou a reivindicação de um largo contingente de trabalhadores, isto é, vendedores de força de trabalho. Eles queriam condições mais justas, ou seja, semelhantes às que desfrutavam os trabalhadores brancos, então bastante identificados com imigrantes europeus e seus descendentes. A Frente Negra foi um dentre muitos outros movimentos sociais e associações criadas com a finalidade de lutar contra o preconceito e a discriminação no trabalho, escola, família, igreja e outros lugares.

Todavia, a FNB e as demais organizações políticas do movimento negro foram extintas na época do Estado Novo. Nesse período de ditadura militar destacaram-se o agrupamento denominado União dos Homens de Cor (UHU) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). A imprensa negra, após o contexto do Estado Novo, mais uma vez se destacou, por conta da publicação de vários jornais de protesto. Mas em 1964, com o Golpe Militar, a discussão sobre a questão racial foi proibida e a luta política dos negros foi sucumbida pela repressão e censura. O Movimento rearticulou-se a partir de bases marxistas, em 1978, num período de enfraquecimento da ditadura militar e por ocasião de um ato público que proporcionou a criação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR). Esse momento foi caracterizado como a consagração de uma ação política de avanço e combate ao racismo (FERNANDES, 2008b). A esse respeito refere Schwarcz (2012a, p. 72):

A chegada dos anos 1970 traz, porém, todo um movimento de contestação aos valores vigentes, que eram questionados na política oficial ou mais alternativa, na literatura, na música. Data dessa época, também, o surgimento do Movimento Negro Unificado (MN) que, ao lado de outras organizações paralelas, passava a discutir as formas tradicionais de poder. Apoiado, em boa parte, nas conclusões de Florestan Fernandes e da Escola Paulista de Sociologia, o MN tornou mais forte o coro daqueles que já demonstravam o

lado mítico da democracia racial: exaltada como modelo, mas dificilmente encontrada na realidade.

A principal luta do Movimento Negro Unificado (MNU) foi pelo combate à discriminação racial e pela redemocratização do país. Com a redemocratização do Brasil, o movimento ressurgiu com outros dilemas e pautas. O MNU estabeleceu como reivindicação básica a desmistificação da democracia racial brasileira e a estruturação política da população negra, entre outras (FERNANDES, 2008b). A partir de então, o MNU passou a lutar⁸³ também pela incorporação da história da África e do negro no Brasil como conteúdo curricular e também pela implementação de cotas raciais no ensino superior, além de outras demandas e emblemas contemporâneos da reconfiguração do mito da democracia racial. Assim, os anos de 1980 destacaram-se pela busca mais aprofundada do racismo brasileiro, “o que implicava refletir sobre uma política de desigualdade que separa os negros dos demais grupos e brancos de não brancos, privilegiando diferentes esferas e políticas da produção da diferença: justiça, nascimento, morte, trabalho e lazer” (SCHWARCZ, 2012a, p. 76-77).

Historicamente, a questão racial é operante como representação nacional. Nas esferas institucionais o argumento racial aparece muitas vezes como um discurso culpado e cientificamente legitimado. O discurso racial originou-se do âmbito científico, de modo que hoje não é mais legítimo discutir nessa perspectiva, por ter se tornado tema central no pensamento social brasileiro (SCHWARCZ, 2012a). A questão racial tornou-se também um tema central das políticas públicas, por conta da consolidação e proclamação de documentos oficiais que legitimam a discussão histórica-política sobre a problemática racial que assola a nação brasileira desde a sua origem como condição de classe.

No Brasil-Nação a estrutura de classe constitui-se como um sistema da ordem social vigente. Ribeiro (2011) afirma que o poder e as determinações dessa estrutura advêm da classe dominante, que mantém sob seu jugo e submissão a classe intermediária, a classe subalterna e a classe oprimida. A classe dominante é a minoria,

⁸³ A proclamação de Leis nacionais, tais como: Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que instituiu a obrigatoriedade do currículo oficial da Rede de Ensino a temática da “história e cultura afro-brasileira”; a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 que modificou a Lei nº 10.639/2003 ao estender a obrigatoriedade do estudo da temática também para o indígena; a Lei nº 11.712, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, podem ser consideradas a legitimação da luta histórica contra a segregação, discriminação de minorias, como os negros.

porém controla o comando das outras classes. A classe intermédia atua como um propagador e um mantenedor desse sistema de estruturação social. A classe subalterna tem em sua base um “núcleo combativo”, formado por aqueles que fazem parte do sistema produtivo. E a classe oprimida é composta pelos excluídos da vida social, do sistema de produção. Esse sistema social é engendrado por classes distintas e antagônicas, porém interdependentes. Em síntese, para o autor “As classes sociais brasileiras [...] configuram um losango, com um ápice finíssimo, de pouquíssimas pessoas e um pescoço, que se vai alargando daqueles que se integram no sistema econômico como trabalhadores regulares e como consumidores (RIBEIRO, 2011, p. 213)”.

É, portanto, nessa estruturação de classe na condição de subclasse e classe oprimida que se encontra o escravo negro, o cidadão negro. Sobre a condição de classe do negro, Fernandes (2008b) assinala que, em virtude da busca por uma “situação de classe”, isto é, por um *status* imbuído de certa autonomia, o negro se torna elemento ativo no progresso da sociedade de classe. “O ‘negro’ procurava se transformar para se inserir material e moralmente na ordem social. Mas, ao mesmo tempo, exigia para si as condições de participação da riqueza, da cultura e do poder que eram usufruídas pelos ‘brancos’” (FERNANDES, 2008b, p. 37). Verifica-se que a inserção do negro foi ocorrendo paulatinamente, por meio de uma complexa prática política.

Por fim, à medida que os movimentos reivindicativos se afirmavam e se expandiam, eles criavam novos modelos de comportamento e de aspirações sociais. Surgiam papéis sociais especificamente ligados às atribuições dos agentes nas campanhas realizadas ou nas associações que as patrocinavam. Doutra lado, estabelecia-se uma nova rotina na vida diária, com centros de interesses próprios. As pessoas podiam cooperar e competir entre si mediante essa participação. (FERNANDES, 2008b, p. 53).

Os movimentos pautavam-se na luta pela consolidação e disseminação do processo de conscientização da situação racial brasileira. Esses movimentos reivindicativos, mais uma vez colocaram em pauta a perpetuação do mito da democracia racial na ordem social competitiva e no contraponto da elaboração de políticas públicas específicas para a raça negra. Dessa forma, na contemporaneidade, é plausível verificar que a questão racial em ascensão e concessão pelas ações afirmativas pode ser compreendida como um emblema da reconfiguração do mito da democracia racial, de

reiteração de uma sociedade injusta, fundada no preconceito. Trata-se de um projeto neoliberal, de reconhecimento da questão racial, cujas finalidades são a legitimação de políticas de “discriminação positiva” e o reparo histórico como justiça social. Refere-se a um discurso que requer análise também minuciosa, porque põe e reconfigura o mito como uma continuidade histórica. “É uma negação da idéia de democracia racial porque se ela existe, todos estão participando em situação de igualdade, mas sabemos que não é isso o que acontece” (IANNI, 2004c, p. 17).

Está em foco a problemática racial legitimada como ordem jurídico-política determinada pela sociedade inclusiva e democrática, a qual “Não se mexe na ordem social que é uma fábrica de preconceitos, mas somente num nível restrito, que é o nível do acesso a certos espaços” (IANNI, 2004c, p. 17). O mito reconfigura-se como uma força social construtiva de democratização dos direitos e garantias sociais. Assim, as temáticas suscitadas por Fernandes (2007) tornaram-se fundamentais para o desvelamento da metamorfose do negro na constituição histórica, cultural e política do Brasil-Nação: “o que há de mito e de realidade atrás da idéia de uma ‘democracia racial brasileira’” (FERNANDES, 2007, p. 39).

CAPÍTULO 3

RAÇA E POLÍTICA: A RECONFIGURAÇÃO DO MITO FUNDADOR

Os destinos dos países fazem parte de uma orquestra global, mas suas características mais particulares são cunhadas e esculpidas pela história, que, no limite, é mesmo de cada um.

Schwarcz

O descortino histórico-político da democracia racial constitui-se um imperativo⁸² dada à reconfiguração do mito fundador⁸³ na presentificação da era global caracterizada pela integração étnico-racial e pela mobilidade social. Dessa forma, a apreensão e a exposição das determinações – origem e consolidação; desmistificação e identidade nacional –, elaboradas nos capítulos anteriores, constituem parte do processo de desvelamento da metamorfose do negro (re)configurada pelo mito fundador na contemporaneidade. Ainda é necessário o descortino do mito que foi desmistificado, mas continua operante em virtude da recorrente sustentação da tese de uma democracia racial no Brasil. Portanto, este capítulo refere-se ao desvelamento da determinação “reparo histórico/mito fundador”.

Historicamente, na época da formação e consolidação do povo brasileiro, consagrou-se a ideia do estabelecimento de relações sociais produtoras de uma

⁸² Imperativo no sentido de compreender os desdobramentos históricos e políticos da reconfiguração do mito da democracia racial, uma vez que “[...] convivemos não com a realidade da democracia racial, mas com um ideal alentado dessa democracia [...]” (SCHWARCZ, 2011a, p. 82). Assim, conforme Schwarcz (2011a), é um imperativo que exige ir além da compreensão das “falácias” do mito, mas de analisar a eficiência e permanência desse mito na contemporaneidade.

⁸³ No texto *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, Chauí (2001) explica o que é o mito fundador a partir das indagações a respeito das crenças generalizadas sobre o Brasil. Uma dessas crenças é justamente a ideia da inexistência de preconceitos e conflitos raciais. Assim, inicialmente a autora esclarece que o mito é tratado no sentido etimológico e antropológico. E o mito fundador refere-se “[...] à maneira de toda *fudatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal” (CHAUI, 2001, p. 5). Este estudo utilizará esse termo mito fundador justamente pelo significado de algo que não cessa de reproduzir, de configurar-se. Chauí o utiliza na perspectiva de um conceito de poder teológico-político.

democracia racial. Tal ideia foi inicialmente divulgada pelo movimento dos abolicionistas brasileiros, do final do século XIX, na perspectiva da legalidade monárquica. O ideário abolicionista se constituiu como uma campanha de justiça que abarcou vários segmentos da sociedade em prol de objetivos comuns: a libertação dos escravos e o interesse de inserção do país no mercado mundial. O abolicionismo não foi uma reforma social, mas a libertação da força produtiva do trabalho compulsório, porque este significava impedimento para o desenvolvimento econômico da nova ordem social competitiva. Nessas condições, tornar-se liberto significava tornar-se cidadão mediante a integração racial oriunda de relações sociais supostamente democráticas (FERNANDES, 2008a).

Sobre esse processo abolicionista, Schwarcz (2011a) afirma que a escravidão no Brasil concretizou-se como a diáspora da população africana efetivada por um quantitativo de negros que foram retirados do seu país de origem e perderam sua identidade nacional. Além disso, a escravidão, como uma forma de regime político-econômico, hierarquizou as relações sociais, legitimou os processos autoritários e coibiu as ações em detrimento da cidadania. O fim da escravidão acabou produzindo a própria negação e a impossibilidade da igualdade, em virtude da lenta transformação jurídica da sociedade politicamente democrática.

Primeiramente, após a Abolição, a sociedade brasileira foi efetivamente determinada como mestiça numa perspectiva negativa, de inferioridade e classificação das teorias raciológicas. Posteriormente, na década de 1930, o Brasil foi considerado racialmente democrático, apesar da existência das desigualdades e dos conflitos sociais provenientes da exploração, discriminação e preconceito racial. Assim, contraditoriamente à questão racial, tornou-se pauta no contexto brasileiro e internacional em virtude das singularidades da nação mestiça. E, a tese defendida por Freyre (2005), sobre a “plasticidade e o equilíbrio entre os contrários”,⁸⁴ oriunda do processo miscigenatório, foi cada vez mais legitimada como característica específica da formação do povo brasileiro. A esse respeito Schwarcz (2007, p. 13) explica: “O

⁸⁴ Freyre (2005, p. 3) enfatiza a relação de plasticidades pelas ações sociais estabelecidas entre as raças e mesclas de raças. Trata-se de uma característica e um benefício da nação. O autor afirma: “A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido da democratização no Brasil”.

cadinho das raças' aparecia como uma versão otimista do mito das três raças, que seria aqui mais evidente do que em qualquer outro lugar”.

Distintamente, Fernandes e Bastide (1955, 2008) restringiram o mito e o tema da raça a uma questão de classe. Os autores denominavam a existência da democracia racial brasileira como a “ideologia das relações ditas cordiais”. Com essa perspectiva teórica, para o desvelamento da questão racial, a análise se diferenciou do paradigma culturalista que imperou entre os intelectuais brasileiros a partir de 1930. A desmistificação dessa tese da democracia racial ocorreu a partir da década de 1950 pelo interesse internacional de realizar uma pesquisa sobre o contacto interétnico no Brasil. Tal interesse fundamentou-se no contraste racial entre a realidade brasileira e a realidade norte-americana.⁸⁵ “Ou seja, brasileiros e norte-americanos inspirados na proposta da tese de que o panorama racial brasileiro seria diferente da situação nos EUA e em outras partes do mundo, como na África do Sul” (IANNI, 2004c, p. 8).

Assim, o representante da Unesco, Alfredo Métraux, em contato direto com Roger Bastide e Florestan Fernandes, estabeleceu os procedimentos para a realização da pesquisa⁸⁶, a qual contou com a participação de outros intelectuais brasileiros e norte-americanos. A pesquisa de Fernandes e Bastide (1955, 2008) fundamentou-se no pressuposto de que o preconceito de cor vinculava-se diretamente às estruturas sociais. Dessa forma, as funções desse preconceito se transformavam à medida que as estruturas também se transformavam. Fernandes e Bastide (1955, 2008) pautaram-se não pela pesquisa da inexistência de atitudes preconceituosas e discriminatórias, mas pela forma e função que essas atitudes exerciam na condição de classe, principalmente dos homens de cor. Os autores verificaram que a ruptura da sociedade escravocrata para a sociedade capitalista não significou o desaparecimento do preconceito e da discriminação, pelo

⁸⁵ Ianni (2004c, p. 9) afirma: “A hipótese de que o Brasil seria ou era uma democracia racial foi adotada com muito entusiasmo, e a proposta era apresentar dados substantivos que provassem essa tese. Aliás, vários estudos feitos por norte-americanos e por alguns brasileiros seguiam na mesma direção. Ou seja, de que no Brasil havia preconceito de classe e de que o preconceito racial era apenas um ingrediente do preconceito de classe, tese decorrente de análises oriundas das obras de Gilberto Freyre. E que, inclusive, tem uma raiz no trabalho que Donald Pierson realizou na Bahia”.

⁸⁶ A respeito dessa pesquisa, Schwarcz (2007, p.13) ainda esclarece mais elementos sobre esse interesse na questão racial brasileira. A autora explica que o “impacto desse tipo de interpretação, que destacava a situação racial idílica vivenciada no país, levou, entre outros, à aprovação, em 1951, de uma grande pesquisa financiada pela Unesco e intermediada por Alfred Métraux. O projeto era resultado do trabalho de Arthur Ramos, que em finais de 1949, dois meses após assumir um posto oficial junto à Unesco, concebeu um plano de trabalho no qual estava previsto “o desenvolvimento de estudos sociais e etnológicos no Brasil”

contrário esses elementos sociais mudaram de função. Tal fato analisado, entre outros, contribuiu para a formação da democracia racial como um mito legitimado pela desigualdade social. Porém, apesar da desmistificação da realidade “dita cordial”, o mito continuou operante.

Trata-se de uma continuidade histórica que, segundo Fernandes (2008b), está relacionada à ordem social competitiva, a qual surgiu como um exclusivo mundo fechado dos brancos e, além disso, porque a situação de raça da população de cor permaneceu inalterada. A mudança ocorreu quando o sistema capitalista, por causa de demandas do mercado, reincorporou o negro na atividade produtiva. Este, então, começou a travar uma luta, para “pertencer” à ordem social, porém não pela via da radicalidade do “protesto negro”. E, sim, quando abandonaram “[...] as ‘agitações raciais’ e se lançaram, ardorosamente, pela senda da competição egoística e individualista” (FERNANDES, 2008b, p. 569).

Sobre essa ordem social competitiva, Fernandes (2008d) afirma que o desenvolvimento econômico e a democracia não constituem um “fim em si e para si”, em função dos interesses de classes provenientes de um capitalismo dependente. “A democracia se equaciona, como realidade histórica viva, ao nível dos privilégios econômicos, sociais e políticos dessas classes, ou seja, como uma democracia restrita, da qual só participam efetivamente os membros de tais classes (ou conforme as circunstâncias, só as suas elites)” (FERNANDES, 2008d, p. 129). E, além disso, a educação para a democracia se inicia nas práticas políticas e não finda nelas. Nessa sociedade de classes, portanto, não é a democracia racial que está por constituir-se, mas toda a democracia referente à esfera econômica, social, jurídica, política.

Em relação à esfera política, na modernidade com a configuração da era da globalização, segundo Ianni (2011), “a política mudou de lugar”. Com a conjuntura da sociedade global tornou-se necessário reelaborar as bases da ciência política, por causa dos desafios criados por esta “aldeia global”. Trata-se de desafios criados por um mundo de nações e nacionalidades em que há problemas raciais “[...] pouco evidentes ou agudos, antigos ou recentes, que se desenvolvem mas não se resolvem” (IANNI, 2002a, p.151) e compõem o cenário dos séculos XX e XXI. Na metade do século XX, os problemas raciais tornaram-se mais agudos e expressivos, entre outras causas, em virtude das migrações transnacionais provenientes de vários processos, como os movimentos da força de trabalho internacional. Nessa perspectiva, Schwarcz (2011a, p.

101) afirma: “Raça é ainda um conceito poderoso, e persiste como construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades, ou como marcador social que identifica e classifica pessoas e situações”.

Ianni (2002a) afirma que a questão racial explicita-se como uma dimensão essencial da globalização e do processo histórico de racialização do mundo. “[...] a questão racial revela, de forma particularmente evidente, nuançada e estridente, como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, cominação e alienação” (IANNI, 2004b, p. 21). A questão racial é, ainda, a reprodução da dialética do escravo e do senhor, das relações sociais, as quais envolvem as relações raciais. Para o autor, a questão racial que recorrentemente constitui-se como um desafio e um dos dilemas da modernidade “(...) demonstrando que o ‘desencantamento do mundo’ como metáfora do esclarecimento e da emancipação, continua a ser desafiada por preconceitos e superstições, intolerâncias e racismos, irracionalismos e idiossincrasias, interesses e ideologias” (IANNI, 2004d, p. 22).

Os problemas raciais, portanto, tornaram-se políticas globais proclamadas como metas e ações mundializadas, cuja finalidade é a implementação de programas, projetos, leis principalmente nas nações periféricas. Trata-se de um momento histórico, no qual “o pensamento torna a debruçar-se sobre a presença do negro no meio do povo, no tecido da sociedade civil [...]” (IANNI, 1996, p. 126). E significa um momento no qual as “identidades raciais” retornam à cena pública, num novo palco da história no qual a política está sendo reterritorializada e está ocorrendo um “choque de civilizações” que implica xenofobia, etnicismo e racismo. “Ao hierarquizar as ‘civilizações’, hierarquizando também povos, nações, nacionalidades e etnias, é evidente que se promove a classificação, entre positiva, negativa, neutra ou indefinida, de uns e de outros” (IANNI, 2004d, p. 21).

Assim, o estudo da relação raça-política compreende três mediações investigativas. A primeira referente à questão racial como uma problemática da modernidade-mundo. A segunda é um estudo sobre a democracia racial, como reconfiguração do “mito fundador”, em função das transformações estabelecidas pela expansão e concentração do capitalismo na era global. Chauí (2001, p. 5) afirma nesse sentido: “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais

parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. E a terceira mediação é sobre a afirmação da igualdade política e da diversidade étnico-racial: a justiça social⁸⁷ para a raça negra. Este último item trata sobre os documentos oficiais proclamados pelo governo brasileiro, via orientação de políticas globais para o combate do racismo, discriminação, xenofobia.

Essas três mediações envolvem, também, a compreensão de que historicamente o negro⁸⁸ foi tentando tornar-se um agente e um protagonista da sua história. Protagonistas, no sentido de que os próprios negros, por meio dos movimentos sociais, tomaram para si a responsabilidade de desvelar as relações sociais e raciais. Anteriormente, os negros eram apenas “informantes” e após década de 1970 se tornaram pesquisadores e intelectuais da própria história. Porém esse protagonismo ainda é algo em consolidação e em intensificação. Na década de 1990 constituiu-se como uma época de combate ao racismo. As discussões sobre a questão racial adquiriram, mais uma vez, amplitude por meio das lutas políticas do Movimento Negro⁸⁹ com a academia e a sociedade civil. Essa década caracterizou-se pela formação da modernidade-mundo como desenvolvimento do novo ciclo do capital e da racialização do mundo.

⁸⁷ Os movimentos reivindicativos constituíram-se como justiça social, à época principalmente dos conflitos e ações da Frente Negra. Segundo Fernandes (2008b, p. 43), esses conflitos eram compreendidos pela classe dominante como uma arma, portanto, o “que estava em jogo era converter a sociedade de classe em um sistema ‘aberto’ pelo menos aos ‘negros’ que estivessem em condições de competir com os ‘brancos’ – não transformá-la num sistema ‘fechado’ a todos os negros e mulatos. Não só se queria evitar uma regressão, como havia profundo empenho que se entendesse que os movimentos reivindicativos constituíam um recurso extremo, inevitável e provisório de *justiça social*”.

⁸⁸ A esse respeito Ianni (2004d, p. 25) afirma que “o discriminado, o segregado, o estigmatizado, definido como ‘estranho’, ‘desconhecido’, ‘não confiável’ elabora a sua *contra-ideologia*, ideologia de protesto, indignação, reivindicação, emancipação”.

⁸⁹ A atuação do Movimento Negro na atualidade, segundo Ianni (2004c, p. 15-16), “está bastante diversificado e podemos dizer que está orientado para diferentes situações: alguns são politizados, outros são quilombistas no sentido de regressar às origens e tradições africanas; outros mais liberais se movimentam no sentido de conseguir maior mobilidade na sociedade aproveitando as brechas que esta abre para uma integração mais plena. Há também movimentos que têm a ver com a cultura, a música etc. Dá pra dizer que esses movimentos atualmente têm vínculos fortes com o Caribe, assim como com norte-americanos e africanos. Em geral, são mais cosmopolitas e mais plurais em relação ao diálogo e às influências”.

3.1 Questão racial: dilema da modernidade-mundo⁹⁰

Está em curso, desde o final do século XX,⁹¹ um novo “ciclo da revolução burguesa” engendrado em dimensão mundial pelas forças e as relações produtivas da era global. A sociedade global originou-se do novo ciclo de expansão e extensão, acumulação e articulação do capitalismo, proveniente das transformações político-econômicas e socioculturais das formações locais, regionais e nacionais. As forças produtivas e as relações de produção, de forma intensiva e extensiva, generalizaram em escala mundial pela recomposição de hegemonias entre nações dominantes e nações dependentes (IANNI, 2000, 2002a, 2003, 2004b).

O capitalismo universalizou-se por meio da ampliação do capital⁹² mediante o desenvolvimento de novas tecnologias e novos mercados, da configuração de uma nova divisão do trabalho social e das forças produtivas. A contínua e permanente consolidação da era global ocorreu pela dispersão das atividades econômicas e pela emergência da composição da sociedade global. A era do globalismo pode ser compreendida, segundo Ianni (1999), como o novo palco da história, no qual os mesmos nexos produtivos das estruturas e relações sociais produzem tanto a integração como a revolução.

Esta é a idéia: a revolução pode ser vista como um processo inerente à constituição e dinâmica da sociedade burguesa, de mercado, capitalista, vista em âmbito nacional e em âmbito mundial. A mesma fábrica da sociedade com a qual se engendram as práticas e as ideias de “ordem e progresso”, “evolução e modernização”,

⁹⁰ Para Ianni (2000, 2004b) a era do nacionalismo, ou a primeira modernidade, é denominada modernidade-nação. E a segunda, denominada modernidade-mundo, refere-se ao processo de expansão mundial do ciclo do capitalismo.

⁹¹ Ianni (2004b) e Hobsbawm (1995, 2007) afirmam que o século XX foi um período de guerras de diferentes “envergaduras” estruturadas por grandes potências e seus aliados. E também foi um período de consolidação das bases do capitalismo mundial. Os autores explicam que a Guerra Fria e a desintegração da União Soviética foram compreendidas como conjunturas históricas de intensificação e extensão do capitalismo. E a queda do Muro de Berlim simbolizou o término de um ciclo de lutas de classe. Entretanto surgiram novas lutas pela soberania econômica e política mundial. Este século foi marcado pela ruptura histórica que envolveu a crise do socialismo, mas não a sua inexistência, uma vez que esse processo civilizatório constitui historicamente as sociedades nacionais (IANNI, 1999).

⁹² “Ocorrem novos desenvolvimentos intensivos e extensivos do capital, como agente ‘civilizador’. Ele promove e recria surtos de acumulação originária, engendra nova divisão transnacional do trabalho e produção, espalha unidades produtivas por todo o mundo, informatiza processos de trabalho, modifica a estrutura da classe operária, transforma o mundo em uma imensa fábrica e cria a cidade global” (IANNI, 2002a, p. 57).

“desenvolvimento e transformação”, “modernidade e pós-modernidade” ou “modernidade-nação” e “modernidade-mundo”; assim como as práticas e idéias de “mercado e planejamento”, “dinheiro e capital”, “lucro e mais-valia”, “liberdade e igualdade”, “propriedade e contrato”; assim como classes sociais e grupos sociais, partidos políticos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública, informação e entretenimento; essa mesma fábrica fermenta o progresso e a decadência, a transformação e o retrocesso, a reforma, a revolução e a contra-revolução. (IANNI, 2004b, p.19).

As transformações provenientes da globalização do capital estão em curso desde a Segunda Guerra Mundial, quando “as instituições capitalistas libertaram-se das injunções nacionais e promoveram a organização da produção e mercados segundos seus propósitos” (IANNI, 2002a, p. 54). E desde a derrocada do bloco soviético, em 1989. Desde então, o novo ciclo do capitalismo encontra-se em processo. As transformações resultaram num processo de mundialização e composição de uma totalidade de contradições e antagonismo de classes e grupos, de formas de sociabilidades e ideologias, de gêneros e etnias, de instituições jurídico-políticas e econômico-financeiras. O processo de consolidação do globalismo ao mesmo tempo envolveu a abertura de novos mercados para o desenvolvimento do capital e provocou o conflito interno das nações capitalistas.

Dessa forma, é sob a conjuntura crítica da modernidade que o “Novo Mundo” continua a desenvolver-se como uma metamorfose histórica, constituída desde a origem por projetos de natureza nacional, capitalista e socialista. Essa é a metamorfose do capital, da história e da sociedade nacional que se transformou em uma sociedade global, mundial. “Trata-se de uma totalidade histórico-social diversa, abrangente, complexa, heterogênea e contraditória, em escala desconhecida” (IANNI, 1999, p. 50). O capitalismo, como um sistema e um processo civilizatório, atingiu tanto as formas de trabalho e reprodução do capital quanto as formas sociais da vida. Isso porque “é um modo de produção e reprodução material e espiritual que se forma, expande e transforma em moldes internacionais” (IANNI, 1999, p. 36).

Com a expansão do capitalismo, as fronteiras entre as nações, continentes, por um lado, foram dissolvidas, por consequência do processo de desterritorialização⁹³ e,

⁹³ Ianni (1999, p. 95) refere que a “desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia como na política e cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência. As relações, os processos e as estruturas globais fazem com que tudo se movimente em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias”.

por outro, foram articuladas pela ideologia da burguesia mundial juntamente com as forças produtivas e as relações de produção em escala global. Trata-se de uma revolução burguesa contínua realizada de forma desigual e combinada, democrática e autoritária, pelo dinamismo e desenvolvimento intensivo do capitalismo, via processo de desterritorialização generalizada, composta por dilemas políticos, econômicos, sociais e culturais (IANNI, 1999, 2002a).

A desterritorialização, compreendida como uma característica primordial da sociedade global, segundo Ianni (1999), através do processo de globalização conseguiu desenraizar, pela dinâmica do capital global, os mercados, as formas de tecnologia, os seres humanos, as tradições, os espaços, o tempo, a comunicação. Além disso, desterritorializou as ciências, as pesquisas, provocou a intensificação dos diálogos entre os intelectuais, de forma a generalizar-se numa dimensão cosmopolita. Nesse processo, a cultura universalizou-se, mas também conseguiu recriar-se a partir de suas singularidades. Acentuaram-se novas formas de ação e atitude humana, isto é, tornaram-se desenraizadas e sem o vínculo e relação direta com uma cultura, uma sociedade. Ianni (1999, 2002a, 2003) compreende que desterritorialização contribui para a globalização das “coisas, gentes e ideias”.

Nesse cenário global, as formações sociais se subordinaram ao ciclo do globalismo. Esse, por sua vez, configurou-se como o propulsor das organizações multilaterais, das redes e teias sistêmicas, do desenvolvimento tecnológico, da mídia transnacional, dos indivíduos e das coletividades e, sobretudo, da generalização ainda mais dos princípios do liberalismo nacional transfigurado em nível mundial pelo neoliberalismo.⁹⁴ O globalismo, portanto, significou a configuração da modernidade-mundo que pôs em êxito as ideias neoliberais denominadas teoria, prática e ideologia da globalização do capital. A cidadania em vigência na sociedade global é a da mercadoria regida pelas organizações e corporações mundiais, que pouco podem de fato efetivar os princípios liberais. Os dilemas são os mesmos, porém ressurgem com novos significados.

⁹⁴ A ideologia neoliberal pauta-se por ideias e práticas de “[...] reforma do estado, desestatização da economia, privatização de empresas produtivas e lucrativas governamentais, abertura de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivos, de comercialização e outros, busca da qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional” (IANNI, 2002a, p. 217-218).

No âmbito da sociedade global, os princípios de liberdade, igualdade e propriedade, organizados no contrato, em geral operam em termos econômicos. Nasceram e recriaram-se continuamente, em âmbito local, regional, nacional e transnacional, no jogo das relações de troca mercantis. São princípios pouco vigentes, em termos propriamente políticos, e menos ainda em termos culturais. Mesmo nas sociedades nacionais politicamente mais desenvolvidas em moldes democráticos, estes princípios não são homoganeamente vigentes em todos os lugares, campos, cidades, locais de trabalho, situação de vida. (IANNI, 1999, p. 110).

O neoliberalismo, como uma ideologia e retórica da economia política e econômica global –, também recriou e inovou os princípios do nacionalismo, ou seja, os princípios liberais: individualidade, igualdade, liberdade, propriedade e democracia, em função das demandas do mercado e da reprodução global do capital. Nessa sociedade global, o contrato social foi considerado um problema fundamental dos Estados nacionais e das organizações e corporações. Desse modo, “indivíduos e coletividades, em todo o mundo, começam a reconhecer que estão inseridos em uma nova configuração histórico-social, um todo geo-histórico, no qual se pode pensar, imaginar e agir em termos de nacionalismo, regionalismo e globalismo” (IANNI, 2004b, p. 39). Estão inseridos e regidos por uma corrente do pensamento político de alcance global.

Com o ciclo do globalismo, a interdependência das nações passou a ser determinada por corporações transnacionais e organizações multilaterais que atuam como estruturas mundiais de poder em detrimento da organização política do Estado-nação. Ianni (1999, 2002a, 2004b) afirma que, desde o século XIX, existem a incidência e o domínio de corporações e multinacionais na organização político-econômica das nações. A expansão do capital engendrou a formação de centrais de deliberações supranacionais. Essas, por sua vez, estão imersas numa “luta dura e canibalesca” pelo domínio do espaço econômico. Nessa lógica, os projetos nacionais foram alterados com o novo ciclo⁹⁵ do capitalismo que instaurou a reforma do Estado de bem-estar-social para o Estado Mínimo. As metas dessa reforma estão relacionadas aos projetos do capitalismo transnacionalizado, que exigiu novas formulações nacionais. Esses projetos compõem-se de estratégias que envolvem desde a internacionalização das estruturas

⁹⁵ “A história e os ciclos do desenvolvimento do capitalismo são histórias e ciclos de urbanização, formação de núcleos urbanos, recriação de cidades, vilas, povoados, entrepostos, centros comerciais, financeiros, urbano-industriais e outros” (IANNI, 2002a, p. 62).

internas e das funções do Estado, até a exigência de adaptação da economia local à economia mundial.

A reforma do Estado-Nação, ou seja, dessa organização política que pode ser compreendida como uma produção histórica criada pela sociedade civil nacional, significou a desregulação e a desnacionalização das bases político-econômicas, socioculturais do projeto nacional. O Estado-Nação, por sua vez, foi sucumbido pelo projeto transnacional também denominado mercado emergente. A reforma intensificou o processo de concentração e centralização do capital via desterritorialização do Estado-nação. Mas esse processo de desterritorialização, segundo Ianni (1999), já acontecia nas nações dependentes, porém a diferença foi que no contexto da era global tornou-se um fenômeno também de ocorrência nas nações dominantes.

O Estado-Nação transformou-se em subsistema, província do capitalismo mundial, em virtude da dissociação do Estado e da sociedade civil. “[...] o Estado adquire todas as características de um aparelho administrativo das classes e grupos dominantes, ou dos blocos de poder predominantes em escala mundial” (IANNI, 2000, p. 58). Com essa transformação do Estado-Nação, Ianni (2002a) enfatiza que a sociedade global não é uma composição de sociedades nacionais. Pelo contrário, tem sua originalidade caracterizada pela configuração própria, complexa e abrangente das nações, dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais. E as nações transformaram-se em espaços e elos da sociedade global.

Por conseguinte, o Estado-Nação, nessa nova lógica mundial, é um aparelho administrativo atrelado e dependente à estrutura mundial. Adquiriu um novo significado, em contraposição ao significado tradicional. Além disso, funciona também como agência da economia-política global. É o fim do ciclo do Estado-Nação soberano, mas é o começo de uma estrutura administrativa acoplada à estrutura mundial. Assim, a reprodução em escala mundial do capital diminuiu qualquer possibilidade de projetos nacionais. “Isto é, qualquer projeto nacional somente pode ser proposto e realizado a partir do patamar estabelecido por uma economia política de âmbito mundial” (IANNI, 1999, p. 46). Pode-se afirmar que a finalidade do movimento global do capital é a recriação de nações em todos os continentes.

Assim, a reforma do Estado pautou-se pela redução da sua atuação referente ao planejamento governamental e pela administração de empresas produtivas estatais, cuja tendência foi a intensificação de processos de privatização. Nessa lógica, rompeu-se

com os projetos nacionais, em prol da formação de mercados emergentes, que surgiram pela determinação e imposição das organizações multilaterais e corporações transnacionais. Essas, por sua vez, atuam e estão localizadas em cidades globais e agem à revelia do governo, dos indivíduos e coletividades. O declínio do Estado-Nação, na perspectiva da legitimação de uma soberania, tornou-os enfraquecidos e instáveis politicamente diante da crise mundial.

Diante dessas condições estruturais, o discurso antiestado proveniente das ideias liberais tornou-se intenso, haja vista a identificação com o livre mercado pela imposição de corporações transnacionais tais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC), Grupo dos 7, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras como as corporações de mídia⁹⁶ eletrônica, informática e telecomunicações (IANNI, 2002a, 2003, 2004b). Essas corporações, segundo Ianni (2002a), constituem-se como “guardiões” das ideias e práticas neoliberais que revelam o desenvolvimento da globalização a partir dos interesses das estruturas mundiais de poder e da supremacia do mercado. Assim, por consequência das imposições das corporações, os Estados nacionais foram obrigados a aceitar as demandas e diretrizes estabelecidas. As corporações, organismos, as agências constituem forças e estruturas globais de poder que agem de forma desterritorializadas, por causa da própria dinâmica do capital mundial, e também atuam de forma reterritorializadas, principalmente nas nações globais.

São as corporações transnacionais que criam, abrem, conquistam, abandonam ou recriam mercados, sejam eles locais, nacionais, regionais ou mundiais. Elas sintetizam a combinação ativa e inexorável dos fatores da produção, ou forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho, o planejamento e a violência, esta enquanto monopólio principalmente do poder estatal. Tanto é assim que as corporações transnacionais revelam-se, na prática, verdadeiras e ativas estruturas mundiais de poder, dada a sua influência não só na economia, mas também na política e cultura. (IANNI, 2004b, p. 40).

⁹⁶ “A mídia se apresenta como o grande e ubíquo partido político, uma espécie de ‘príncipe eletrônico’ influenciando decisivamente corações e mentes” (IANNI, 2004b, p. 51). Assim como a informática e a telecomunicação têm uma função fundamental no processo de mundialização, haja vista a ação de dinamizar, articular, criar meios instantâneos para a propagação das informações, da cultural, de forma generalizada e universal. Ianni (2002a) explica que a mídia na era global acaba se tornando um intelectual orgânico dos blocos de poder, das corporações transnacionais.

As corporações também são instituições que detêm dinheiro global e são sustentadas pela ideia de que os sistemas econômicos nacionais e internacionais não são autorreguláveis. Nesse processo, ao mesmo tempo em que ocorreram as transformações das forças produtivas e das relações de produção, também ocorreu a intensificação do processo de alienação, de lutas e reivindicações sociais. Além da influência praticamente total na econômica, na política, cultura, educação, as corporações influenciam diretamente as ações humanas. Com essas condições, as lutas emergiram em detrimento da intensificação da desigualdade e diversidade provenientes do desenvolvimento da economia mundial, da integração e fragmentação produzidas pelo jogo das forças sociais. “A economia mundial era uma máquina cada vez mais poderosa e incontrolável” (HOBSBAWM, 1995, p. 550). Essa máquina provocou problemas tanto de ordem econômica quanto social, em consequência do triunfo do capitalismo e da democracia liberal.

Nessa perspectiva, outro aspecto que também afetou diretamente o nacionalismo foi a aceleração do processo de globalização pela dispersão global da produção. Essa dispersão provocou o movimento e a mobilidade dos seres humanos para as nações dominantes (HOBSBAWM, 1995, 2007). Ocorreu uma migração internacional em massa, das economias pobres para as economias ricas. Essa migração produziu uma composição étnica nos Estados nacionais. Assim, a migração, a formação do trabalhador coletivo e a desterritorializado provenientes da nova divisão transnacional do trabalho puseram em questão, segundo o autor, a indagação sobre as consequências do declínio do Estado-Nação, por causa dos direitos dos cidadãos e a identidade cultural coletiva. Entretanto, os governos democráticos não conseguiram apoiar essa mobilidade, uma vez que a ideologia do capitalismo mundial fracassou na livre movimentação internacional da força de trabalho. Consequentemente provocou a intensificação da xenofobia, compreendida como uma crise relacionada à identidade nacional. Sobre o declínio do Estado-Nação, Hobsbawm (1995, p. 553-554) afirma:

[...] algumas características do panorama político global se destacavam. A primeira, como já se observou, era o enfraquecimento do Estado-nação, instituição central da política desde a Era das Revoluções devido a tanto seu monopólio do poder público e da lei quanto porque constituía o campo efetivo de ação política para a maioria dos fins. O Estado-nação estava sendo erodido de duas formas, de cima e de baixo. Perdia rapidamente poder e função para várias entidades supranacionais, e, na verdade, de forma absoluta, na

medida em que a desintegração de grandes Estados e impérios produzia uma multiplicidade de estados menores, demasiado fracos para defender-se numa era de anarquia internacional. Perdia também, como vimos, seu monopólio de poder efetivo e seus privilégios históricos dentro de suas fronteiras [...].

O Estado-Nação como elemento da política democrática enfraqueceu, suas ações foram reduzidas, e sua atuação sobre os cidadãos tornaram-se limitadas. Além disso, as diversidades transformaram-se em desigualdade e antagonismo. São muitas as diversidades e desigualdades, antigas e novas, conforme Ianni (2000). Nessa perspectiva, a constituição do “Novo Mundo”, como uma invenção do capitalismo, significou a “secularização e a individuação, traduzindo a liberdade e a igualdade de proprietários de mercadorias organizados em contrato consensual ou formulado em termos jurídico-políticos” (IANNI, 2000, p. 40). O que também significou à época a conquista da cidadania e de direitos civis, políticos e sociais.

Todavia, com os desdobramentos históricos e econômicos o indivíduo foi conduzido pelo jogo das forças sociais ao consumismo, massificação e alienação. Assim como o exercício da cidadania também passou a ser determinado pelo jogo das forças globais. “As mesmas forças empenhadas na globalização provocam forças adversas, novas e antigas, contemporâneas e anacrônicas, recriando e multiplicando articulações e tensões” (IANNI, 2002a, p. 28). Desse modo, Ianni (2004b) ainda afirma que ocorreu uma “globalização da questão social”, uma transculturação⁹⁷ proveniente da nova organização social e técnica do trabalho. A formação social mundial que se organiza e luta pela democracia política e social é fundamentada em bases neossocialistas,⁹⁸ porque o socialismo faz tanto parte da história das sociedades nacionais quanto da sociedade global. Ambos constituem as duas polarizações, entre outras evidentes da era global.⁹⁹

⁹⁷ “A transculturação pode ser o resultado da conquista e dominação, mas também da interdependência e acomodação, sempre compreendendo tensões, mutilações e transfigurações. Tantas são as formas e possibilidades de intercâmbio sociocultural que são muitas as suas denominações: difusão, assimilação, aculturação, hibridação, sincretismo, mestiçagem e outras, nas quais se buscam peculiaridades e mediações relativas ao que domina e subordina, impõe e submete, mutila e protesta, recria e transforma” (IANNI, 2000, p. 107).

⁹⁸ Ianni (2004b) afirma que da mesma forma que se “fermenta” um novo ciclo da revolução burguesa, também se “fermenta” um novo ciclo da revolução socialista por conta da possibilidade de uma transformação social. Para o ideal socialista, a economia baseava-se na propriedade social dos meios de produção, distribuição e troca através da destituição da empresa privada e do empréstimo de recursos pelo mercado competitivo (HOBBSAWM, 1995).

⁹⁹ Ianni (2002a) explica que priorizar as correntes de pensamento político, neoliberalismo e o neossocialismo significa que ambas podem possibilitar o desvelamento dos aspectos ideológicos, teóricos,

Ianni (2004b, 2011) afirma que outra evidência, que compõe essas polarizações na sociedade global, é o entendimento de que o “lugar” da política deslocou-se, tornou-se global. A globalização pôs em questão as bases empíricas e históricas da categoria política, em função dos processos de mundialização provenientes de transformações expandidas para além do âmbito das formações: local, regional e nacional. A política deslocou-se, mudou-se de “lugar” como uma categoria que teve seu significado clássico alterado em suas bases. A política foi recriada pelo processo da globalização de formação e atuação das corporações de poder mundial. Criou-se, portanto, uma política global, uma vez que a política se desterritorializou num mundo denominado sistêmico, por meio da intensificação das contradições entre as formas, jurídico-políticas de organização da sociedade e as forças sociais.

A intensificação, generalização e ampliação da reprodução do capital em escala mundial consolidaram as bases dessa política global, deslocada e desterritorializada. A crise da soberania nacional provocou a criação de uma política global em detrimento de uma política nacional. Ianni (2011) esclarece que a globalização, ao instaurar o predomínio e a imposição do jogo das forças sociais externas e globais diretamente na economia e política do Estado-Nação, engendrou cada vez mais a cisão entre o que é nacional e o que é global. Criou-se um desajuste mediante a acentuação da desterritorialização do que é nacional em detrimento da reterritorialização do que é global. Nessa lógica, os setores sociais subalternos dos Estados nacionais compostos pelas subclasses, ou seja, pela grande parte dos assalariados, foram praticamente anulados em função da exclusiva concentração e expansão do capital.

O declínio da soberania dos Estados nacionais demonstra que dificilmente pela política nacional conseguiram influenciar e reorientar as deliberações da sociedade civil mundial. O que implica, por parte do Estado, reformar e rever suas organizações políticas e formas de hegemonias, uma vez que a globalização acabou provocando e

políticos e utópicos da formação e configuração da sociedade mundial. O socialismo transfigura-se em neossocialismo na era global. É uma expressão do globalismo e tem raízes nas desigualdades produzidas nas distintas formações sociais, local, regional, nacional que configuram a sociedade mundial. O neossocialismo refere-se à possibilidade de emancipação, à medida que desvela a globalização a partir dos subsistemas, dos grupos subalternos. O que implica a busca histórica pela superação do capitalismo. Trata-se de um processo revolucionário, o qual envolve o próprio entendimento que o indivíduo tem de si e do mundo, o entendimento da produção e reprodução da vida material e imaterial. Ao invés da efetivação da emancipação, na modernidade-mundo a ocorrência é pela efetivação de processos de intolerâncias e irracionalismos (IANNI, 2004b, 2011).

criando situações em que as classes subalternas têm a tendência de agir de modo defensivo. Para Ianni (2011, p. 227), tal situação, dos Estados nacionais, pode ser alterada quando for possível construir hegemonias conflitantes como forças políticas contraditórias entre os Estados nacionais e a sociedade global mundial, haja vista que “sem hegemonia fica difícil pensar não só em soberania nacional, mas também em democracia, mesmo que apenas política”. A reconfiguração da hegemonia e da soberania, da cidadania e da democracia representa alguns dos indícios de que a política “mudou de lugar”. Principalmente, a partir do momento em que os Estados nacionais transformaram-se em aparelho e províncias administrativas da sociedade civil mundial. E também a partir da concentração de poder político-econômico em âmbito local.

Essas mudanças provocaram a intensificação das desigualdades. Com essas constatações, tornou-se fundamental compreender a “globalização da questão social”. Esta se caracteriza como respectivamente urbana. Intrínseco ao processo de declínio dos Estados nacionais, a situação também se agravou com a crise e a cisão do cidadão em relação à esfera política. Esta foi substituída pela participação dos indivíduos no mercado. Trata-se de uma crise do indivíduo e/ou cidadão nacional que envolveu as condições e possibilidades de o ser e de o ator social participar da formação social. Esses atores, ao mesmo tempo em que são novos e se constituíram como cidadãos do mundo, também foram recriados pela emergência a sociedade global (IANNI, 2004b).

Referente a essa crise do cidadão, Hobsbawm (1995, 2007) afirma que a consolidação do terceiro milênio foi marcada por um comprometimento com a democracia liberal. A distribuição social constitui um problema político dessa nova era. Na sociedade global o dilema democrático tornou-se mais agudo, por existirem a ideia e a intenção da “disseminação da democracia” como se fosse algo padrão, que pode solucionar os problemas referentes à efetivação do projeto transnacional. A democracia assim compreendida foi estabelecida como uma solução para as tensões mundiais. Entretanto, a democracia liberal caracterizada como um regime político necessita de uma instituição social e política como Estado-Nação para a sua efetivação.

[...] o termo “democracia” tem como significado esse modelo-padrão de Estado; e isso significa um Estado constitucional, que oferece a garantia do império da lei e de vários direitos e liberdades civis e políticas e é governado por autoridades, que devem necessariamente incluir assembleias representativas, eleitas por sufrágio universal e por majorias numéricas entre todos os cidadãos, em eleições realizadas a

intervalos regulares entre candidatos e/ou organizações que competem entre si. (HOBSBAWM, 2007, p. 98).

Com esses pressupostos, o estabelecimento de um modelo-padrão de democratização é impossível. “Em suma, ao contrário das aparências, o século XX mostrou que se pode governar contra todas as pessoas por algum tempo, contra algumas pessoas por todo o tempo, mas não contra todas as pessoas todo o tempo” (HOBSBAWM, 1995, p. 560). Essa compreensão de que as economias e os Estados nacionais governam com a participação e mobilização dos cidadãos tornou-se um legado do século XX.

Ianni (2004b) afirma que, sob as consequências da globalização, é um desafio a luta pela democratização política, mas também social e cultural. Está em curso o novo palco da história, uma nova era, na medida em que é possível pensar, imaginar e agir diante dos dilemas da modernidade-mundo. A globalização do capitalismo como um processo civilizatório produz novas formas de sociabilidade e jogo de forças sociais que atuam enfraquecendo e reconfigurando o Estado e a sociedade civil. Assim, como o Estado passou por uma reforma, a sociedade civil também foi, por sua vez, desafiada a recriar-se e dinamizar nesse novo palco da história. “Trata-se de recriar e dinamizar instituições e organizações, atividades e ideais, de modo a realizar as possibilidades de desenvolvimento sociocultural e político-econômico que germinam continuamente na vida de indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais” (IANNI, 2004a, p. 59). A reforma significou a lógica de recriar a sociedade civil nacional intrínseca à formação social civil mundial em desenvolvimento.

Entretanto, recriar a sociedade civil nacional deveria ser no sentido de fazer as seguintes reformulações: dos movimentos, instituições e partidos políticos; da soberania da nação; da hegemonia como possibilidade de construção “por baixo”; dos modos de organização, conscientização e lutas; pela efetivação da democracia e cidadania (IANNI, 1999, 2004a). E, por fim, pela compreensão de que a sociedade civil nacional é o campo das tensões, contradições que constituem a sociedade civil mundial. Assim, a sociedade como uma fábrica constitui “a possibilidade da formação de uma personalidade democrática, de um indivíduo que tenha uma visão comunitária e ética, até mesmo socialista” (IANNI, 2004c, p.17).

Distintamente, exigem-se, como continuidade e reprodução, a universalização, a reprodução do capital, pela concentração e centralização em escala mundial. “O capital em geral, agora propriamente universal, tornou-se o parâmetro das operações

econômicas em todo o mundo” (IANNI, 2002a, p. 17). Tornou-se parâmetro para a globalização da cultura, dos movimentos sociais, dos partidos políticos imersos às contradições e desigualdades que se tornam globais a partir de articulações e da produção e reprodução de uma irracionalidade proveniente da lógica do capital. É uma irracionalidade na qual as necessidades humanas passam a depender da produção da lógica do capitalismo.

Desse modo, a globalização provocou rupturas, desintegração, integração, suscitou e recriou as ideologias da diversidade, identidade e desigualdades. A globalização atribuiu aos indivíduos e à sociedade novos significados. Ianni (1999, 2004b) afirma que está em curso o cidadão do mundo que não atua somente nas relações de forças e meios de produção, mas em partidos, movimentos, sindicatos, haja vista que sua consciência social atua tanto na política e economia quanto na educação, cultura e religião.

Os dilemas da cidadania, do cidadão do mundo, não se limitam aos aspectos políticos, ou jurídico-políticos; envolvem também os sociais, econômicos e culturais. À medida que caminha, o processo democrático necessariamente compreende todos os níveis da vida social, da esfera pública. Codificam-se democraticamente as relações, os processos e as estruturas que constituem e movimentam a sociedade em níveis nacional e mundial. Uma democratização que obviamente põe e repõe o problema da progressiva redução das desigualdades, pela redistribuição crescente da produção material e cultural, enquanto produtos do trabalho coletivo. Um trabalho cada vez mais socializado, chocando-se todo o tempo com formas jurídico-políticas reificando a propriedade de forças produtivas, preservando relações de produção contraditórias com a extensão de padrões e valores democráticos. (IANNI, 1999, p.113).

Esse trabalho na sociedade global está vinculado à divisão transnacional de implementação e redistribuição de empresas, corporações por várias partes do mundo. Essa situação, configurada pelo processo de flexibilização do trabalho, demonstra que tanto a cidadania quanto o indivíduo são constituídos por novas bases, padrões, valores e condições sociais. Pois o indivíduo modificou-se, transfigurou-se pelas determinações produtivas da sociedade global, que apresenta novas possibilidades, perspectivas. Como explica Ianni (2002a, p. 96), “os indivíduos movem-se em todas as direções, mudam de país, trocam o local pelo global, diversificam seus horizontes, pluralizam as suas identidades”. Ocorre ao mesmo tempo a desterritorialização dos indivíduos, em relação

à nação de origem, e a reterritorialização, quando migram, deslocam-se para os âmbitos dos centros dos mercados globais.

Os indivíduos, portanto, estão inseridos numa lógica contraditória que ao mesmo tempo os integra e os desenraíza. Eles estão inseridos numa racionalidade que os subordina e anula a sua existência pelos processos da razão instrumental e da tecnificação das formas sociais e do trabalho. O indivíduo vive a conjuntura do desemprego estrutural, da relativização da sua existência, da multiplicidade de identidades, idiosincrasias, tornando-os cidadãos do mundo. Porém Ianni (1999, p. 124) afirma que é justamente nessa formação social que o indivíduo pode emancipar-se e realizar-se. “O mesmo contexto no qual o indivíduo se constitui é o contexto no qual ele se forma e transforma. E se a sociedade é global, além de nacional, pode-se imaginar que aí ele adquire outra figura: transfigura”.

Assim, as migrações produziram a reterritorialização em outros espaços e as transformações das condições de vida e trabalho. Com a intensificação do movimento do capital, da tecnologia e da força produtiva, segundo Ianni, proporcionalmente intensificou-se também a reprodução das desigualdades, dos antagonismos e contradições sociais. Desse modo, Ianni (2002a, p. 28) assinala que as desigualdades são reproduzidas em todos os níveis e espaços. “A mesma fábrica das diversidades fabrica desigualdades”. Intensifica-se assim, nesse contexto, a globalização da questão social, do reconhecimento dos direitos e dos deveres que transcendem o local, o regional e o nacional, haja vista que as deliberações efetivam-se em escala mundial. Os indivíduos, as coletividades são instigadas a desvelar as dimensões globais de sua existência, atuação, pensamento e imaginação (IANNI, 1999, 2002a).

Nessa perspectiva de dimensão global, a Terra configura-se como o lócus da humanidade e da cidadania mundial. Todavia, a sociedade global não é apenas esse contexto em permanente consolidação, uma vez que se revela pelo jogo das forças sociais como um sistema que mutila culturas, enfatiza processos de xenofobia, racismo, violências, diversidades e desigualdades, acentuando, conseqüentemente, a complexidade da questão social. É uma aldeia de tensões, conflitos raciais e étnicos em que se pluralizam as condições de integração e fragmentação oriundos da globalização da expansão e extensão do capitalismo. Ianni (2002a, p.30) assim considera:

Globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação. A sociedade global está

sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia. Trata-se de uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. As mesmas relações e forças que promovem a integração suscitam o antagonismo, já que elas sempre deparam diversidades, alteridades, desigualdades, tensões, contradições. Desde o princípio, pois a sociedade global traz no seu bojo as bases do seu movimento. Ela é necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica. A mesma globalização que alimenta a diversidade de perspectivas, a multiplicidade dos modos de ser, a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação; com a ressalva fundamental de que todas as peculiaridades são levadas a recriar-se no espelho de nosso horizonte, no contraponto das relações, dos processos e das estruturas que configuram a globalização.

Na globalização afirma-se a diversidade pelo processo de integração, sociabilidade, cooperação econômica e política entre as nações, em contradição e negação à existência da desigualdade e diferença. Ianni (2002a) considera que a diversidade envolve diferentes culturas, povos, modos de ser que podem conviver e integrar-se no mesmo espaço, como uma “síntese de todo o mundo” pela generalização da forma urbana da vida e pelos simulacros de experiências. Porém, a diversidade da sociedade global produz e prolifera as formas de intolerância, discriminação, racismos e outras.

A globalização é uma fábrica de preconceitos promovidos pelo intercâmbio social, cultural, econômico, político, os quais produzem e reproduzem a diversidade e desigualdade acentuada pela exploração da força de trabalho. Portanto, a “sociedade é uma fábrica de intolerâncias” (IANNI, 2004c, p. 17). A afirmação da diversidade na era global refere-se às estratégias de integração social que dominam a hegemonia do sistema econômico mundial com as nações que formam o subsistema do capitalismo mundial. Por isso, Ianni (2002a, p. 180) argumenta:

Há algo de muito particular e simultaneamente de muito geral que faz com que as marcas raciais, ou fenotípicas, sejam reelaboradas socialmente como estigmas, consubstanciando e alimentando a xenofobia, o etnocentrismo, o preconceito ou o racismo. Este pode ser o núcleo da questão: a metamorfose da marca em estigma.

Nesse sentido, emergem desafios referentes aos distintos aspectos que compõem a sociedade global, tais como o racismo, a xenofobia, os quais se agravaram cada vez mais com a legitimação das desigualdades. “Os horizontes abertos pela globalização comportam a homogeneização e a diversificação, a integração e a contradição” (IANNI,

2002a, p. 97). São desafios de uma continuidade histórica que se faz permanente na globalização em marcha. E um desses desafios é justamente a questão racial legitimada por políticas públicas globais que proclamam a democracia racial, a igualdade política, a diversidade étnico-racial, como a base da integração e sociabilidade mundial. “Como se isso fosse à conquista plena, quando na realidade é um contrabando de concessão” (IANNI, 2004c, 17). Não se trata da proclamação da democracia, mas da reiteração histórica do mito da democracia racial, tensionado pelos tempos e espaços de contradições sociais “abertas”, “encobertas” ou “latentes”.

3.2 A democracia racial: a reconfiguração do “mito fundador” na era global

Compreende-se que é importante enfatizar que a era do globalismo, ainda em continuidade e constante manutenção pela lógica da produção e reprodução do capital em escala global, conclama a transfiguração dos princípios liberais pela legitimação da ideologia do pensamento político neoliberal. Entre os princípios liberais, destaca-se, neste estudo, a democracia, com a finalidade de compreender e desvelar sobre a reconfiguração da democracia racial como um mito fundador. Historicamente a democracia racial foi, assim, proclamada como um mito,¹⁰⁰ haja vista a afirmação e a propagação da (in)existência do conflito racial. Schwarcz (2012a, p. 113):

Insistir no mito significa, portanto, recuperar uma certa forma de sociabilidade inscrita em nossa história que, já presente na escravidão, sobreviveu alterada no clientelismo rural e resistiu à urbanização, em que o princípio de classificação hierárquica se manteve, sustentado por relações íntimas e laços pessoais. Herdeiros de uma determinada tradição, segundo a qual a iniciativa de colonização teria sido sempre entregue a particularidades, residiria aí a singularidade da colonização ibérica, marcada pelos fortes vínculos pessoais, que tornam fluidas as delimitações entre esferas públicas e privadas de atuação.

¹⁰⁰ Ianni (2002b), no texto *Tipos e mitos do pensamento brasileiro*, trata justamente do Brasil, uma nação em busca de conceitos. A partir de várias “linhas de pensamento”, foram elaboradas as explicações sobre a nação. Essas explicações compõem os tipos e mitos, os quais podem ser formas de conhecimentos, modulações do discernimento.

Desse modo, afirmaram-se a harmonia e a plasticidade das relações sociais no Brasil. Mas também negou-se a existência do mito quando esse se tornou alvo da desmistificação efetivada com o objetivo de descortinar as contradições das relações raciais. Tal afirmação ou negação refere-se ao período histórico da soberania do Estado e da modernidade-nação. Sobre esse período, Schwarcz (2011a) afirma que no Brasil se externalizou a ideia de uma democracia racial, “corolário da representação de uma escravidão benigna”, que foi abolida de forma passiva. Nesse sentido, a questão racial do Brasil, segundo Fernandes e Bastide (1955, 2008), era analisada pela ideologia dominante à época e por intelectuais estrangeiros como uma contraposição à situação norte-americana. As relações raciais eram marcadas pela quase inexistência do preconceito de cor em função do fenômeno da miscigenação.

A democracia racial, portanto, é uma categoria que historicamente transformou-se e foi elaborada a partir da produção e reprodução da base material e imaterial. Em tempo de globalização, pode-se afirmar que, em virtude da transnacionalização, mundialização do capital, a democracia racial reconfigurou-se como um mito fundador. No sentido de que se trata de um passado que se presentifica pelas bases da política global desterritorializada, porém universal, visto que representa os interesses da “aldeia global”. Reconfigurou-se na perspectiva e necessidade de atender às demandas da sociedade mundial. E, dessa forma, tornou-se um dos desafios da política estabelecida como organização e estruturação das nações que configuram a era global. Ianni (2002a, p. 152) assinala:

Vale a pena reconhecer que os problemas raciais, parecendo multiplicados e exacerbados na segunda metade do século XX, podem ser vistos em toda a sua originalidade se examinados em perspectiva mundial. Sem prejuízo das suas manifestações e dos seus significados locais, nacionais e regionais, é inegável que a perspectiva mundial pode enriquecer e, talvez, inovar a reflexão sobre os seus significados e as suas implicações. A despeito das suas singularidades, em termos de nações e nacionalidades, xenofobias e etnicismos, nacionalismos e racismos, os problemas raciais podem ser vistos também em perspectiva ampla, geistórica, como manifestações de movimentos e configurações da sociedade global em formação.

Os problemas raciais emergem e recriam-se também no jogo das forças sociais, mas não como especificidades da raça e etnia.¹⁰¹ E sim como uma problemática que é reproduzida pelas implicações econômicas, políticas e culturais. A sociedade global, pelos fluxos migratórios, tornou-se uma nação multiétnica, caracterizada pelo dilema mundial das diferenciações de experiências, crenças, identidades vinculadas às nações de origem. As migrações transnacionais expressam a expansão do capital por meio da nova configuração das forças produtivas e da divisão do trabalho (IANNI, 2002a, 2011).

As migrações caracterizam-se, segundo Ianni (2002a), como o processo de urbanização do mundo marcado pelo desemprego estrutural e a criação de um excedente da população que acaba formando a subclasse mundial e produz o fenômeno da superpopulação. Além dessas consequências, as migrações provocam reações de preconceitos, de intolerância e racismo, agravando, dessa forma, as questões sociais e raciais. Ao invés da produção de emancipações, desenvolveram-se a desigualdade e a fragmentação. Como consequência, a população não se transforma em povo, na perspectiva da constituição de uma coletividade de cidadãos. Desse modo, a questão racial explicita-se como uma problemática essencial da globalização.

Diz respeito às diversidades étnicas presentes em praticamente todas as nações, em todos os continentes, ilhas e arquipélagos. Envolve os movimentos de população, em termos de mercados locais, nacionais, regionais e mundiais de força de trabalho, o que aparece amplamente nas migrações que atravessam os anos, as décadas e os séculos (IANNI, 2002a, p. 161).

Ianni (2002a) explica que, historicamente, desde a era mercantil, da industrialização, as migrações vêm ocorrendo como uma racialização do mundo, cujo desdobramento produziu o transculturalismo. A partir de conjunturas de guerras, de conflitos e contradições econômicas, políticas, sociais e culturais ocorreram as mesclas, o hibridismo, a miscigenação de raças, de nações. As mesclas sociais produziram tensões que promoveram tanto a integração quanto a fragmentação das relações raciais. Nesse sentido, as tensões raciais desagregam as tensões de classes, em prol de uma

¹⁰¹ Ianni (2002a) explica que é importante compreender os conceitos de raça e etnia. Raça é um conceito científico produzido pelas relações sociais, no jogo das forças sociais. E etnia diz respeito à distinção de indivíduos e coletividades. Refere-se às características fenotípicas que na trama social transformam-se em estigmas. “Um segredo da constituição da ‘raça’, como categoria social, está na acentuação de algum signo, traço. [...] Aos poucos, o traço, a característica ou a marca fenotípica transfigura-se em estigma” (IANNI, 2004d, p.23).

diversidade étnica, de hierarquias e desigualdades. Com as migrações as questões raciais deixaram de constituir-se apenas como um problema especificamente nacional.

Dessa forma, os problemas raciais tornaram-se elemento da política global efetivada pelas estruturas de poder mundial. Criou-se a ideia de uma “consciência” étnica proclamada pela política mundial de combate à xenofobia e afirmação de etnicismos. Como legitimação da questão, na era global, emergiram e foram recriadas as ideologias raciais que acabaram sendo consideradas como forças sociais de afirmação das desigualdades (IANNI, 2011). “Sob as mais diversas formas, tanto pela ‘política’ como pela ciência’, tanto pela ‘lei’ como pela ‘profissão, os governantes e os seus funcionários tratam de controlar e subordinar o ‘cidadão’, o povo, as reivindicações e conquistas populares” (IANNI, 1984, p. 38).

Na contemporaneidade, a questão racial tornou-se agenda¹⁰² de políticas internacionais. A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, em 2001, é um emblema dessa política mundial. O documento¹⁰³ é a proclamação de um conjunto de ações a serem atingidas principalmente pelas nações que apresentam maiores índices referentes a essas questões sociais. Dessa forma, o documento proclama que a “diversidade cultural” é um precioso elemento para o bem-estar da humanidade e, além disso, reconhece a importância da participação igualitária de todos os indivíduos, com a finalidade da formação de uma sociedade justa, equitativa, democrática. Tais aspectos podem contribuir para o combate ao racismo, discriminação, xenofobia, a qual é considerada devastadora da humanidade por constituir-se como umas das principais fontes de conflitos.

¹⁰² “[...] raça no Brasil sempre foi um tema discutido ‘entre pessoas’ e fora do estatuto da lei: uma questão privada, mas que interfere, amplamente, na ordem pública. Nessa sociedade marcada pela desigualdade e pelos privilégios, ‘a raça’ fez e faz parte de uma agenda nacional pautada por duas atitudes paralelas e simétricas: a exclusão social e a assimilação cultural. Apesar de grande parte da população permanecer alijada da cidadania, a convivência racial é, paradoxalmente, inflacionada sob o signo da cultura e cada vez mais reconhecida como ícone nacional” (SCHWARCZ, 2012a, p. 115).

¹⁰³ Consta no documento Declaração e Programa de Ação adotado na conferência que a realização da conferência em 2001 correspondeu ao ano internacional de mobilização contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. E a realização na África significou o reconhecimento contra o sistema de Apartheid, assim como a luta por igualdade e justiça, ambas correlacionadas à democracia, ao Estado de direitos e valorização aos direitos humanos. É explicitado no documento o não cumprimento das metas estabelecidas há três décadas nas conferências de 1973 e 1983 e que, portanto, ainda existe um grande número de cidadãos vítimas de racismos, intolerância, discriminação.

A partir dessa ação global, promovida pelas corporações transnacionais, organismos e agências multilaterais, instigou-se a promulgação de leis e estratégias políticas, econômicas e sociais; a efetivação dos programas, projetos proclamados no documento da III Conferência. Essas ações, coordenadas pela Unesco, envolveram a criação do Projeto Rota dos Escravos e outros projetos de cooperação técnica. Os Estados nacionais, como aparelhos administrativos das corporações transnacionais, a partir do jogo das forças sociais internas, proclamaram políticas públicas pautadas em deliberações mundiais. Em relação ao Brasil, foram proclamadas políticas consideradas como ações afirmativas,¹⁰⁴ discriminação positiva em legitimação e respaldo à diversidade racial. Criaram-se secretarias especiais referentes à temática, como em 2003 quando foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir). E em 2010, com a proclamação da Lei 1.288, foi instituído o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), cuja finalidade é a “implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país, prestados pelo poder público federal” (BRASIL, 2010, p. 23).

Quanto à criação de políticas específicas de combate ao preconceito, ao racismo, Shwarcz (2011a) explica que no Brasil primeiramente viveu-se uma tendência de tratar essas questões sociais com um discurso pouco oficial, pautado, desde a proclamação da República, pela afirmação da universalidade de direitos e não pelo estabelecimento jurídico, via criação de lei. Anterior a esse período, Fernandes e Bastide (2008) afirmam que as formas de discriminação legal e política se processavam mutuamente em função da própria condição do escravo. As leis relacionadas ao escravo não estavam vinculadas à Constituição e nem às leis civis, existia e fazia parte apenas no Código Negro. Esse fato o tornava incapaz civilmente.¹⁰⁵ Assim, em 1951 foi aprovada a Lei 1.390, a qual, pela primeira vez, estabeleceu sanções para os crimes de racismo. Um marco da

¹⁰⁴ A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, no Art. 1º, inciso VI, esclarece que as ações afirmativas referem-se ao estabelecimento de “programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2010, p. 6).

¹⁰⁵ “Enquanto o negro e o mulato não fossem plenamente absorvidos, a ponto de deixarem de contar com um setor deteriorado da coletividade e de serem positivamente aceitos como ‘iguais’, os princípios que ordenam e legitimam a ordem social competitiva não passariam de meras falácias – válidos para uns, inexecutáveis ou praticáveis às meias para outros” (FERNANDES, 2008b, p. 8).

constituição de uma cultura política sobre a questão social do racismo e discriminação. Assim, Schwarcz (2011a, p.11) conclui:

Entender as marcas simbólicas do poder político significa perceber como é possível descobrir intencionalidade na cultura política, mas também atentar para o fortalecimento de um imaginário nacional que buscou raízes nos ditos populares e em certa maneira particular de entender a cor e a raça.

Essas marcas simbólicas do poder político de composição e legitimação de normas e princípios que respaldam a questão social não estão relacionadas à raça, mas à cor, à marca social que distingue os cidadãos. Tornou-se um critério subjetivo, de autonegação em contraposição à condição de classe, de desigualdade social. “O importante é que, no país, cor é duplê de raça, de classe social e, portanto, matéria para negociação” (SCHWARCZ, 2012b, p. 97). Nesse sentido, a raça, na conjuntura da era global, tem seu conceito reelaborado, reconfigurado, passa a ser compreendida como uma questão imediata, vinculada com a aparência e autonegação em função da cor e da ambigüidade do racismo praticado no Brasil. Altera-se o significado da raça como um conceito histórico e social presente nas retóricas das nacionalidades, as quais legitimam cada vez mais as falácias do mito da democracia racial, da mistura racial.

O mito da democracia racial reconfigura-se pela ênfase no racismo silencioso, velado pelo alentado ideal democrático, que, segundo Schwarcz (2011a, p. 78), “se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade das leis e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação”. O racismo concretiza-se, sobretudo, em sociedades que ideologicamente são consideradas igualitárias. Conseqüentemente nessas sociedades ocorre à naturalização das diferenças como uma tentativa de fazer a diversidade se constituir além do que ela é. Assim esclarece Ianni (1996, p. 137): “Mais frequentemente, as desigualdades sociais compreendem e mesclam diversidades raciais e de classes sociais”. Por isso, as políticas globais sobre a questão social recriam a promessa de afirmação de uma igualdade pela ênfase na sociedade multiétnica, que é enfatizada pela sua diversidade cultural. Nessas condições:

Em vez de insistir nas “mentiras” que o mito da democracia racial contém, naquilo que ele esconde, pensamos um pouco no que ele afirma, nas recorrências que parecem não fruto do acaso, mas resultado de um excesso de significação: afinal mesmo desvendado suas falácias, o mito permanece oportuno. Apesar de destruída a

suposta imagem da tolerância portuguesa e de seu desejo de miscigenação, uma certa mistura cultural distintiva permanece digna de ser destacada, como motivo de identidade. (SCHWARCZ, 2012a, p. 111).

Ao final, de acordo com Schwarcz, compreende-se que a reconfiguração na sociedade global é a do mito de uma “democracia cultural”.¹⁰⁶ Existe “um projeto oficial de identidade pautado em modelos culturais mestiçados” (SCHWARCZ, 2012b, p. 105). O que implica afirmar o quanto, ainda, é fundamental compreender a raça como uma produção histórica, haja vista que o mito da democracia racial reconfigurou-se na sociedade global como uma problemática agregada à cultura. Por isso, trata-se de investigar para além do que o mito vela, indo para o que o mito afirma e como sobrevive às transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. “E, é essa “cultura” (com aspas) que tem sido manipulada de maneira ampla, assumindo novo papel como argumento político” (SCHWARCZ, 2012b, p. 99). Ademais, conforme Ianni (2004c, p. 13), é importante também compreender que a democracia racial como mito não está somente no pensamento brasileiro: “Ele está ao lado de outros emblemas e mitos que são constitutivos da ideologia dominante no Brasil”.

3.3 A afirmação da igualdade política e da diversidade étnico-racial como justiça social para a raça negra

A questão racial é considerada, segundo Ianni (2011), como uma problemática da modernidade, “revela-se um desafio permanente, tanto para indivíduos e coletividades como para cientistas sociais, filósofos e artistas” (2004d, p.210. Em específico, na nação brasileira, conforme Schwarcz (2011a), as distintas interpretações sobre a origem, identidade e caráter da nação pautaram-se pela investigação da formação da raça e seus desdobramentos da miscigenação legitimados pelo

¹⁰⁶ Distintamente de Ianni, Fernandes e Bastide, que compreendem a questão racial a partir da condição de classe, dessa forma a partir do jogo das forças sociais e produtivas, Schwarcz (2012a, p. 118) afirma: “Não basta, portanto, resumir a questão da mestiçagem e a temática racial a um problema econômico. Limitá-la, porém, exclusivamente a uma explicação cultural significa essencializá-la e tirar da cultura a sua história. O melhor é misturar esses marcadores todos. Afinal, no Brasil, subsiste um certo discurso da identidade que se afirma para fora e para dentro com base na ideia da mistura: mistura de credos, de religiões, de cores, de costumes e de raças”.

fortalecimento das bases de intolerância e racismo. Segundo Schwarcz (2012a, p. 30), a recorrência histórica à questão da raça poderia significar uma visibilidade e o trato do tema no contexto brasileiro.

No entanto, o que se observa é o oposto: “raça” é quase um enredo, um palco para debates de ordem diversa. Se no exterior *made in Brasil* é sinônimo da reprodução de nossos exóticos produtos culturais mestiços, dentro do país o tema é quase um tabu. A não ser de maneira jocosa ou mais descomprometida, até bem pouco tempo, quase não se tratava da questão: livros não despertam interesse, filmes ou exposições passam quase despercebidos. A situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais fossem quase um desígnio da natureza, e atitudes racistas, minoritárias e excepcionais: na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envoltos no país de uma “boa consciência”, que nega o preconceito ou o reconhece como brando. Afirma-se de modo genérico e sem questionamento uma certa harmonia racial e jogam-se para o plano pessoal os possíveis conflitos. Essa é sem dúvida uma maneira problemática de lidar com o tema: ora ele se torna inexistente, ora aparece na roupa de outro alguém.

Historicamente, verifica-se, pelo jogo das forças sociais mundiais, que mais uma vez ocorrem a vivência e a integração produzidas pelas mesclas e pela desterritorialização dos povos. Com o tempo, surgiram distintas denominações e interpretações da miscigenação brasileira. Mas o que está em questão não é o fenômeno biológico e sim social. A adoção de teses raciais precisa ser analisada a partir da reconfiguração de teorias raciais e do próprio mito da democracia racial.

Nessa perspectiva, há a compreensão de que se trata da formação da diversidade étnico-racial que “vai pelo mundo”, que povoa a sociedade global. É uma diversidade compreendida pelas políticas globais que afirmam a universalização da igualdade política para todos os cidadãos do mundo. E significa que as marcas externas acentuam-se por meio dos aspectos culturais. Para Schwarcz (2011a), então, a integração cultural proveniente da miscigenação e na era global pela migração e desterritorialização acaba se tornando uma forma de igualdade racial. Desse modo, reconfigura-se o mito da democracia racial pela legitimação da discriminação e da naturalização da desigualdade pelos processos de racismo, numa tentativa de exarcebação da diversidade.

Tal afirmação permite pensar na emergência da discriminação em sociedades de formação democrática e descobrir como o racismo é um tema da agenda da modernidade, que, apesar de tão globalizada, encontra-se marcado por ódios históricos, nomeados a partir da raça,

da etnia e da origem. Porém, essa mesma definição falha quando se pretende olhar para respostas localizadas. Talvez o desafio seja mostrar não apenas o que há de comum no racismo brasileiro, mas também a diferença, ou pensar como a política racial local continua *sui generis* no contexto do mundo moderno. (SCHWARCZ, 2011a, p. 81).

Nessa sociedade globalizada, Schwarcz (2011) ainda afirma que a agenda nacional está pautada pela ênfase em políticas demarcadas pela exclusão social, assimilação cultural e pela discriminação a qual é uma tradição brasileira. Nessa direção, de pensar a política local, o Quadro 1 (que segue) expressa como no contexto brasileiro foram proclamadas e estão em processo de implementação leis federais sancionadas na era global, principalmente a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, em 2001.

Quadro 1: Destaque de algumas leis Federais Brasileiras proclamadas a partir de 1989 a 2012 que tratam sobre raça, cor, etnia, discriminação, preconceito, educação.

LEI FEDERAL Nº/DATA	ESPECIFICAÇÃO
7.716, de 5 de janeiro de 1989	Define os crimes resultantes do preconceito de raça e cor. Estabelece que crimes praticados resultantes de preconceito ou discriminação de raça, cor, etnia, religião. ¹⁰⁷
9.029, de 13 de abril de 1995	Proíbe a exigência de atestado de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.
10.558, de 13 de novembro de 2002	Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências ¹⁰⁸ .

¹⁰⁷ A lei refere-se à punição resultante da discriminação de raça, cor. Assim como a Lei 9.029/1995 também se refere à prática discriminatória em relação à raça, cor, entre outras. Destaca-se que, distintamente, a Lei 10.678/2003 explicita, como crime contra a mulher, a discriminação ou desigualdade étnica. Estão em questão nas três leis a raça, a cor e a etnia. Schwarcz (2012a) explica que as primeiras leis que condenaram o racismo surgiram na década de 1950, entretanto faltavam cláusulas mais severas. Esse fato tornou a lei ineficiente. Em relação à Lei 7.716/1989, a autora afirma: “Analisando-se seu texto, depreende-se uma reiteração do ‘preconceito à la brasileira’ de maneira invertida, porém mais uma vez simétrica. Só são consideradas discriminatórias atitudes preconceituosas tomadas em público. Atos privados ou ofensas de caráter pessoal não são imputáveis, mesmo porque precisariam de testemunha para sua confirmação” (SCHWARCZ, 2012a, p. 79).

¹⁰⁸ O Programa Diversidade na Universidade tem a “[...] finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros” (BRASIL, 2002)

10.639, de 9 de janeiro de 2003	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e dá outras providências. ¹⁰⁹
10.778, de 24 de novembro de 2003	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde pública ou privada.
11.645, de 10 de março de 2008	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena.
12.288, de 20 de julho de 2010	Instituiu o Estatuto da Igualdade; altera as Leis nº 7.7716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. “Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Art. 1º). ¹¹⁰
12.711, de 29 de agosto de 2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades e institutos federais e dá outras providências. Trata-se da reserva de vagas de 50% para estudantes que cursaram os três anos do ensino médio em escolas públicas e também para estudantes com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. ¹¹¹

¹⁰⁹ Desde a década de 1980 que os negros reivindicaram a inserção no currículo escolar de conteúdos referentes à cultura afro-brasileira e os patrimônios culturais africanos. As primeiras experiências a esse respeito foram realizadas em Salvador, BA. Mas é na década de 1990 que essa inserção torna-se uma política de Estado, inclusive com a publicação de um “guia”, *Parâmetro Curricular Nacional*, com o tema transversal sobre a “pluralidade cultural”. Além desse aspecto sobre conteúdos relacionados à história do negro brasileiro e africano, desde as primeiras décadas do século XX, os negros reivindicam inclusive a própria inserção na educação escolar. Ambos os aspectos constituem luta histórica do Movimento Negro. Em relação à Lei 11.645/2008, posterior à Lei 10.639/2003, trata-se da legitimação da necessidade do reconhecimento de raças, mesclas de raças historicamente marginalizadas, neste caso o indígena.

¹¹⁰ Trata-se da lei específica para a raça negra, cuja finalidade é a garantia da igualdade de oportunidade por parte do Estado. Proclama-se a igualdade formal do direito. Esta lei estabelece que a discriminação relaciona-se à raça ou étnico-racial. A lei definiu que é considerada população negra pela autodeclaração, ou seja, a definição se é preto ou pardo, conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹¹¹ Assim como a Lei 10.639/2003, essa Lei 12.711/2012 também se refere à luta do Movimento Negro em prol do acesso ao ensino superior de estudantes negros. Uma das finalidades dessa lei é a prevenção da ocorrência da discriminação. O sistema de cotas no contexto brasileiro começou a ser implantado após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de

Portanto, essas leis federais específicas do contexto brasileiro, são consideradas dispositivos legais de natureza distintas e significam a legitimação da ação político-jurídico do Estado relacionadas à discriminação, preconceito de raça, cor, etnia. A esse respeito Ianni (1988b) afirma que as políticas governamentais constituem uma vasta rede de instituições caracterizadas por um corporativismo difuso do poder público com as organizações e reivindicações. Sobre esse aspecto da consolidação jurídica dos direitos dos homens, Ianni (1996, p. 137) afirma:

Nos institutos jurídicos obviamente está estabelecido o princípio de que todos são iguais perante a lei, independente de raça, sexo, religião, classe e outras diversidades sociais. Mas essa igualdade jurídica é formal, abstrata, ilusória, quando se trata de camponeses, operários, empregados, funcionários, na fazenda, fábrica, escritório. Na prática, há uma larga desigualdade racial, entre outras desigualdades sociais, além das diferenças entre classes.

Essas leis em seu conjunto legitimam a ideia de que no Brasil raça é uma questão de marca racial, de utilidade social da cor, assim como afirmam Fernandes e Bastide (2008) e Schwarcz (2011a). A raça, de acordo com Schwarcz, se torna cor¹¹² quando a ênfase recai sobre a afirmação da diversidade étnico-racial e da promessa de garantia de uma universalidade e igualdade de direitos. Cria-se uma situação de conformação que exclui do discurso oficial a condição desigual das classes sociais. A raça configura-se como um instrumento de distintas relações sociais e políticas. Nessa perspectiva: “Quanto mais branco, melhor; quanto mais claro, superior. Aí está uma máxima difundida que vê no branco não só uma cor, mas também uma qualidade social” (SCHWARCZ, 2011a, p. 49). Por essa razão, raça é um termo de negociação, haja

Intolerância. Ianni (2004c, p.16) afirma: “Num primeiro momento, a definição e a obrigação de cotas aparecem como conquistas sociais do movimento negro. Ou, como diriam outros, como concessões dos donos do poder. Aqui está o problema, já que nenhum fato social tem apenas um significado. Os setores dominantes (seja o Congresso, seja o governo, sejam aqueles que decidem) aceitando o sistema de cotas, estão, de certo modo, concordando com uma determinada interpretação e o atendimento de algumas reivindicações”.

¹¹² Sobre essa questão de a raça tornar-se cor, Schwarcz (2012a, p. 31) afirma que “estabelecer uma ‘linha de cor’ no Brasil é ato temerário, já que esta é capaz de variar de acordo com a condição social do indivíduo, o local e mesmo a situação. Aqui não só o dinheiro e certas posições de prestígio embranquecem, mas, para muitos, a ‘raça’, transvestida no conceito ‘cor’, transforma-se em condição passageira e relativa”.

vista que é possível autonomear com base na escolha da cor, sem qualquer referência ou relação com a condição de classe e situação social.

De toda maneira, esse tipo de negociação em torno da cor aponta para outras feições singulares desse sistema brasileiro de marcação de diferenças. No lugar das definições precisas, no país usa-se muito mais a cor do que conceitos como raça quando é preciso identificar a pessoa alheia ou a si próprio. Na verdade, cor no Brasil é quase um vocabulário interno, com espaço para muitas derivações sociais. Como determinar a cor se, aqui, não se fica para sempre negro, e se “embranquece” por dinheiro ou se “empretece” por queda social? Ainda mais: como falar de raça se as pessoas mudam a definição sobre si mesmas dependendo da circunstância, do momento e do contexto? Por aqui ninguém é “definitivamente” preto, ou sempre branco. Se como diz o provérbio, “a ocasião faz o ladrão”, no caso do nosso tema: “raça é coisa de momento ou de ambiente”. (SCHWARCZ, 2012a, p. 95).

A negociação, por conseguinte, depende da situação social, a qual determinará se é melhor afirmar ou negar a ideologia do branqueamento tão enfatizada como possibilidade de mudanças de *status quo*. Nessas condições, há uma diferenciação entre a cor atribuída e a cor autopercebida, as quais estão relacionadas à condição social. Todavia, com as políticas de ações afirmativas nega-se a ideologia do branqueamento quando o interesse é autodeclarar-se, a partir de uma cor. E afirma-se a ideologia do branqueamento quando se assume a posição social do branco. Negar e afirmar refere-se à dialética que nega a condição de classe e origem histórica e afirma a política da cor em prol da falácia de uma igualdade social. Trata-se também de uma contradição entre a exclusão social e a assimilação da cultura (SCHWARCZ, 2011a). E a conclusão é lógica:

Enriquecer, ter educação superior, frequentar locais sociais de um estrato mais alto, destacar-se nos esportes ou na educação, tudo leva a um certo embranquecimento. No país dos tons e dos critérios fluidos a cor é quase um critério de denominação, variando de acordo com o local, a hora e a circunstância. É isso também que faz que “a linha de cor” no Brasil seja, no limite, um atributo da intimidade e do fugidio, na qual se distingue “raça oficial” de “raça social”. (SCHWARCZ, 2012a, p.106).

Nessas condições, a instauração de políticas públicas, como política de ação afirmativa, pressupõe o estabelecimento de um discurso formal diretamente vinculado à discussão histórica da raça, em específico da raça negra. Os processos históricos demonstram que há poucas recorrências dessa possibilidade de efetivação do diálogo.

Permanecendo, assim, no campo da retórica política global pautada pela ênfase na diversidade cultural. Em outra perspectiva, Ianni (1984, p. 41), ao analisar sobre as diversidades culturais e raciais intrínsecas à formação histórica de um povo, afirma: “As diversidades culturais e raciais têm sido manipuladas pelas classes dominantes, no sentido de reduzir ou anular a ‘cidadania’ de uma vasta parte do povo”. Essa situação envolve as contradições herdadas do passado, as quais, segundo Fernandes (2004a, 2008c), interessam diretamente à “população de cor”, ou seja, à subclasse que é afetada por essas políticas de democracia racial.

A democracia não passa, infelizmente, de um mito social. E um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa maioria; ele não ajuda o “branco” no sentido de obrigá-lo a diminuir as formas existentes de resistência à ascensão social do “negro”; nem ajuda o “negro” a tomar consciência realista da situação e a lutar para modificá-la, de modo a converter a “tolerância racial” existente em fator favorável a seu êxito como pessoa e como membro de um estoque “racial”. (FERNANDES, 2008c, p. 60).

A realidade da população de cor, quando afrontada pela ordem jurídica vigente, legitima o mito da democracia racial, ao estabelecer a igualdade de oportunidade, de competição, de ascensão social, de igualdade de direito. E também quando afirma a incapacidade, por exemplo, do negro, em processos sociais com o homem branco (FERNANDES, 2008a). O negro permanece no mais baixo nível social. Assim, as políticas públicas proclamadas como leis federais para a nação brasileira simbolizam a efetivação de uma justiça social pautada pela política da cor, ou para o homem de cor, como denomina Fernandes ao referir-se ao negro e mulato.

Até mesmo quando no plano das leis tudo parecia referendar a representação de um país de convivência racial democrática, tal constatação, no entanto, já poderia soar estranha em vista dos dados mais recentes, demonstrativos de que não há na sociedade brasileira, e sobretudo no que se refere à população negra, uma distribuição equitativa e equânime de direitos. (SCHWARCZ, 2012a, p. 88).

Por conseguinte, as políticas de ações afirmativas, via implantação de cotas raciais e sociais, constituem um presente impregnado de um passado emblemático do mito da democracia racial, de uma antidemocracia, como prática que geralmente está vinculada de declarações e intenções democráticas. Para Schwarcz (2007, p.15) “Implica, ainda, a abertura de um diálogo sobre critérios de reconhecimento e de auto-reconhecimento e a

releitura de uma memória histórica, feita de tantas seleções e esquecimentos”. Para Ianni (2004c, p. 16), a partir de uma primeira avaliação, a efetivação de cotas nas universidades públicas brasileira pode ser considerada positiva. Entretanto,

[...] é a reiteração de uma sociedade injusta, fundada no preconceito. Ela é tão evidentemente fundada no preconceito que é preciso estabelecer espaços bem determinados e limitados para que eles tenham a possibilidade de participação. [...] As cotas são uma conquista e uma concessão, uma legitimação de uma sociedade preconceituosa. É contraditório porque a sociedade é contraditória, já que, se formos ao fundo nesse problema, veremos que esses negros não tiveram condições de estudar a ponto de não serem classificados nos exames de seleção. Portanto, já vêm de uma condição social com limitação. E, em vez de enfrentarmos o problema na raiz – melhorando as condições sociais de brancos e negros de diferentes níveis sociais – se estabelece a cota. Não se mexe na ordem social que é uma fábrica de preconceitos, mas somente num nível restrito, que é o nível do acesso a certos espaços. É uma negação da ideia de democracia racial porque, se ela existe, todos estão participando em situação de igualdade, mas sabemos que não é isso o que acontece.

Nessas condições, os discursos raciais estão relacionados a projetos de perspectivas nacionalistas. O argumento racial é ainda operante, vivo como uma armadilha (SCHWARCZ, 2011a). Assim, a expressão democracia racial tornou-se jargão que parece significar uma autenticidade nacional, uma versão otimista em evidência com a implantação do sistema de cotas na educação brasileira. Fernandes (2008d, p. 111), ao tratar sobre a educação como fator de integração política, já questionava se a rede escolar poderia abarcar toda a população brasileira em sua diversidade. “Teoricamente, isso é possível; praticamente, depende de uma organização adequada de meios e fins na educação nacional. Os problemas mais difíceis estão propriamente nos limites da democratização do ensino”. Dessa forma, a educação apresenta-se como um fator possível de controle, ou seja,

[...] as possibilidades de manipular a educação como uma técnica de criação ou de controle de ajustamentos e valores políticos democráticos dependem, fundamentalmente, da organização do sistema educacional brasileiro tendo em vista necessidades educativas de alcance nacional, que no entanto não foram atendidas até o presente. (FERNANDES, 2008d, 113).

Portanto, fazer referência à democracia não significa discorrer sobre a noção de cidadania tendo em vista a naturalização da desigualdade em sociedades formalmente

igualitárias. “A vida democrática compatível com a luta de classes é a que se cria graças ao enfrentamento das classes subalternas e oprimidas com as classes dirigentes e opressoras. [...] A democracia não é só um valor supremo ou um fim maior. Ela também é um meio essencial” (FERNANDES, 1984, p. 48). Entretanto, na ordem social competitiva a democracia é compatível com as aspirações burguesas. A esse respeito Ianni (1988b, p. 18) “A revolução burguesa não criou condições para a metamorfose da população de trabalhadores em povo cidadãos. A cidadania tende a ser precária, muitas vezes nula. Pode ser tutelada, outorgada, regulada, mediatizada; raramente plena”.

Nessa sociedade, portanto, prioriza-se a “identidade racial”, uma vez que a cor nesta configuração política sobrepõe-se à raça, legitimando, assim, o preconceito, a discriminação, o racismo (SCHWARCZ; FERNANDES, 2007). No Brasil a ênfase é para a aparência física relacionada a *status* e condição social. Assim, a cidadania é enfatizada como direito formal que desconsidera a condição de classe. “os direitos de cidadania continuam ideais de muitos, reivindicações da maioria, e conquistas efetivas de poucos ou nenhuns” (IANNI, 1988b, p. 21). Nesse sentido, a desigualdade é uma “etiqueta” e a discriminação um “lugar informal”. Com relação a esses aspectos, sobre o preconceito racial, Ianni (2004c, p.17) afirma: “A sociedade é tão injusta, desigual e competitiva que se produz o preconceito como uma técnica política de poder. No limite, o preconceito racial é uma técnica de dominação”. Essa técnica atinge diretamente a cidadania, que por sua vez acaba se restringindo aos direitos do “lugar” que o cidadão ocupa nas relações de produção, nas relações sociais. Assim, a “cidadania continua a ser um elo crucial dessa história” (IANNI, 1995, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metamorfoses da raça negra e o ocultamento histórico da classe

O homem aparece sob uma luz especial: produz o mundo no qual vive. Cria-se, criatura. Produz as condições materiais e espirituais da sua vida. Cria o visível e o invisível, o expresso e o recôndito, o páramo e a solidão. Mas não cria segundo o seu exclusivo descortínio, e sim de acordo com as condições herdadas, em conformidade com as realizações das gerações passadas. É a partir daí que se avançam as criações. O trabalho passado, cristalizado, morto pesa sobre o trabalho vivo, presente. As realizações passadas constituem numa parte importante do patamar a partir do qual se olha o futuro.

IANNI

O descortino dos nexos constitutivos da metamorfose do negro no contraponto do mito da democracia racial revelou, pelas determinações da raça imbricada pelas mediações da história, da classe e da política, a contradição “raça-cor-classe”. Trata-se de determinações e mediações oriundas de conjunturas e rupturas – históricas, políticas e econômicas –, engendradas pelo jogo das forças sociais. Nesse sentido, a classe, compreendida como uma produção histórica da dinâmica das relações sociais, constituiu-se como a categoria determinante no desvelamento das metamorfoses histórico-sociais do negro e das (re)configurações histórico-políticas do mito da democracia racial. Nesta perspectiva, tornou-se essencial compreender “como raça e classe se subsumem reciprocamente; ou como e quando a política dos antagonismos de raça implica a política dos antagonismos de classe, ou se desdobra nela” (IANNI, 1978, p. 75).

A classe, portanto, é uma categoria histórica constituída pelas relações sociais e de produção proveniente do antagonismo entre a propriedade privada dos meios de produção e a expropriação da força de trabalho. “A propriedade privada é apenas a expressão sensível do fato de que o homem se torna objetivo para si e, ao mesmo tempo, se converte bem mais em um objeto estranho e inumano [...]” (IANNI, 1988, p. 49). Portanto, na sociedade capitalista a propriedade privada é determinante das relações

sociais, as quais estão diretamente vinculadas às forças produtivas. E estão vinculadas às classes sociais – burguesia e proletariados – originárias das contradições produzidas pela lógica do capital. Concerne às classes sociais historicamente revolucionárias e antagônicas, pois “uma inaugura o capitalismo, enquanto que a outra começa a lutar pela destruição do regime no próprio instante que aparece” (IANNI, 1988, p. 58). Nesta luta histórica os trabalhadores individuais, homens “livres”, se transformaram em proletariados, em classe subalterna, e a burguesia, em classe social nacional. Nessa perspectiva, a nação tornou-se a formação dos ideais liberais burgueses. A nação burguesa assim constituída não compreende o povo, o cidadão, mas os trabalhadores e a população (IANNI, 1986, 1988). E, além disso, pauta-se pelas relações econômicas, as quais estão estruturadas pelos princípios da liberdade, igualdade e propriedade de mercadorias. “Esse é o reino do contrato, do direito burguês, que implica uma universalização abstrata, por meio da qual se apagam as desigualdades e contradições” (IANNI, 1986, p. 10).

A nação burguesa é, portanto, originária da formação histórica do Novo Mundo, da modernidade-nação. Diz respeito ao processo de instauração do ciclo do capital, o qual se desenvolveu, de forma desigual e combinado, imerso às distintas conjunturas históricas. Entretanto, por meio das transformações históricas e políticas das últimas décadas do século XX, instaurou-se um novo ciclo do capital, o da modernidade-mundo. Esse ciclo foi denominado globalismo, cujas características estão relacionadas à expansão, concentração do capital em escala mundial. Está em curso, desde então, um novo ciclo da revolução burguesa (IANNI, 2002a, 2004a, 2011). Este é um contexto marcado pela racialização do mundo. “Dentre as muitas articulações e tensões que se constituem e desenvolvem com a globalização, cabe um significado particularmente importante à questão racial” (IANNI, 2002a, p.161).

A questão racial como uma particularidade das nações tornou-se problemática, referida e constituída na sociedade mundial. O Brasil, como uma particularidade desse Novo Mundo, destacou-se por sua formação social peculiar, especialmente em virtude do processo de miscigenação. Tal fato foi analisado e compreendido pelas ciências da natureza, pela perspectiva da cultura e pelas ciências sociais, especialmente pela sociologia, em distintos períodos históricos. Esta última caracterizou-se como a “virada cultural”. Ao final, pelos desdobramentos históricos do jogo das forças sociais, a nação consolidou-se e legitimou o mito da democracia racial imbricado pelas metamorfoses

das raças (IANNI, 1978, 2002a, 2004a; FERNANDES; BASTIDE, 1955, 2008). Dessa forma, “a tese da cordialidade das relações raciais, da democracia racial, revela-se ficção ideológica” (IANNI, 2004d, p. 45).

O desvelamento das metamorfoses do negro reiteradas pelo mito democrático, portanto, revelou que o ocultamento da classe é oriundo das distintas rupturas históricas que atingiram a nação brasileira. Assim, ocultou-se a classe em detrimento da raça-cor no engendramento da ruptura da sociedade escravista para a sociedade capitalista. Trata-se da metamorfose do negro escravo em cidadão, operário. O negro, ex-escravo, tornou-se trabalhador livre, entretanto foi mantido arraigado às estruturas e às relações do sistema escravista. “Eliminado o ‘escravo’ pela mudança social, o ‘negro’ se converteu num resíduo racial. [...] O negro foi vítima da sua posição e da sua condição racial” (FERNANDES, 2007, p. 87). Desse modo, negou-se a condição de classe do negro, do homem trabalhador livre, que tem como mercadoria a sua própria força de trabalho. Nestas condições, o negro foi “o único verdadeiramente bloqueado de uma plebe em desintegração” (FERNANDES, 2008a, p. 77). A sociedade de classe tornou-se, então, “utopia” uma vez que impossibilitou a redenção coletiva. Essa negação se deu em detrimento do preconceito de cor, “que fazia as vezes da raça”, da inferioridade em relação ao homem branco, imigrante. “O ‘preconceito de cor’ se elabora como uma categoria histórico-social, indicando por que ‘classe’ e ‘raça’ se misturavam de maneira intrincada” (FERNANDES, 2008b, p. 114). Assim, o ocultamento resultou em processos que encobriram desigualdades sociais referentes às condições de classe e produziram a ideologia do branqueamento.

O desvelamento também revelou o ocultamento da classe, em detrimento de relações étnico-raciais legitimadas pela diversidade e integração social, postuladas pela aldeia global. “Ela é necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica” (IANNI, 2002a, p. 30). Essa sociedade constitui a conjuntura histórica na qual o mito da democracia racial encontra-se mais desenvolvido. Refere-se ao novo ciclo de desenvolvimento do capital. Nesse contexto oculta-se a classe em detrimento da diversidade, a qual esconde a desigualdade, que por sua vez opera como reprodutora da exclusão social. Cria-se a ideia de maior sociabilidade e desarmam-se as lutas contra as desigualdades, discriminação. A desigualdade, portanto, não se refere somente à relação pobreza-riqueza, mas à negação da participação política, cultural e social (IANNI, 2002a, 2011).

Sobre essa questão, Schwarcz (2012a, p. 100) afirma: “De toda maneira, o que ninguém discute é a existência de desigualdades sociais”.

Nesses processos de ocultamento da classe, a cor, elemento da aparência física dos seres humanos, configurou-se como uma determinação e desdobramento da contradição raça-classe. Uma determinação, pois a cor ora tornou-se raça, e essa passou a significar marca social e sinônimo de cor, ora tornou-se classe e passou a significar situação e condição social dos cidadãos. Então, raça e cor têm a função de classificação social arbitrária e não aleatória, ao acaso. Uma vez que a classificação tem como critério a cor, é fundamental questionar: “Como distinguir quem é negro e quem é branco no país? Como determinar a cor, quando se ‘embranquece’ por dinheiro e se ‘empobrece’ por declínio social” (SCHWARCZ, 2011a, p. 66).

Além disso, a cor tornou-se instrumento de distintas situações sociais, inclusive políticas. Essas distinções foram transformadas em processos ideológicos. Na ideologia do branco, segundo Ianni (2004a, p. 321), “a cor é uma abstração reificada, definindo a totalidade da pessoa à qual é atribuída”. Essa ideologia perpetua-se na condição social entre negros, mulatos, imigrantes que convivem num mesmo grupo social, porém são identificados como distintos. A ideologia racial do negro, entretanto, fundamenta-se pela ideia de uma inferioridade em relação ao branco. O negro age de acordo com as coordenadas do branco. “O negro se imagina, em especial, a partir dos termos em que é concebido pelo branco” (IANNI, 2004a, p. 323). Esse processo ideológico da história social do negro em relação ao branco indica a constância e a reelaboração de valores e padrões sociais, culturais oriundos do passado (IANNI, 1978). Desse modo, o dilema do negro se confundia com o dilema da democracia racial brasileira (FERNANDES, 2008b).

Nessa perspectiva, a raça como cor refere-se à definição e ocupação de funções sociais. Significa “negociação da cor”, de acordo com a postulação de princípios democráticos, os quais reiteram o mito da democracia racial e ocultam as classes, as desigualdades sociais. Nesse sentido, assim se refere Ribeiro (2011, p. 225): “A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele”. Assim como Ribeiro (2011), Schwarcz (2011a) ainda enfatiza que a raça tratada como cor exclui a origem, dada a possibilidade de depuração, de negociação. Raça como cor envolve uma multiplicidade de termos, subjetividades, as quais são aplicadas de acordo como o contexto. Há uma dependência

contextual. “De fato, a identificação racial é muitas vezes uma questão relacional no Brasil: varia de indivíduo para indivíduo, depende do lugar, do tempo e do próprio observador” (SCHWARCZ, 2011a, p. 72).

Agora, quando a classe é velada pela autoafirmação da cor oculta-se a raça como uma construção histórica humana. O que está em questão é o “reparo” do erro histórico, a minoria excluída historicamente. A classe torna-se cor como instrumento de classificação. A condição de classe dilui-se na cor, não como uma problemática social e racial oriunda da condição histórica das classes sociais, mas como uma “condição social” que pode ser resolvida pela aparência, a qual é definida pela cor, pela imediatividade e autonomação. E não pelas mediações da materialidade histórica. Assim, “numa suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis [...] lança para o terreno do privado, e para o vizinho, o jogo da discriminação” (SCHWARCZ, 2012a, p. 101).

E desse modo revela a contradição raça-cor-classe. Esse desvelamento é urgente, tendo em vista o imperativo de se elaborar o passado como constituição e desvelamento do presente das metamorfoses do negro configuradas pelo mito da democracia racial. Tornou-se imperativo porque o “encantamento” do passado ainda mantém-se operante e presentificado, por conta da continuidade da existência de suas causas (HOBSBAWM, 1998; ADORNO, 2000). A importância da elaboração do passado, portanto, para Fernandes (2008a, p.111-112), estava relacionada à compreensão de “que uns sofreram o impacto terrível da interação de uma herança sociocultural imprópria com um meio social adverso, enquanto outros extraíram desse impacto uma consciência histórica que converte o homem em agente de sua liberdade”. Assim, pode-se compreender a historicidade da raça negra como proveniente dos antagonismos produzidos pelos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção da historicidade e dos desenvolvimentos e contradições do capitalismo.

Nessa perspectiva, as metamorfoses do negro reiteradas pelo mito democrático encontram-se mais agudas e mais desenvolvidas na sociedade global. A proclamação de igualdades políticas para a diversidade étnico-racial da era global constitui o emblema da permanência e continuidade das metamorfoses e do mito. Essa constatação, ao mesmo tempo, significou o “ponto de partida” e constituiu-se, ao final, com o desvelamento da contradição, também o “ponto de chegada”. A esse respeito Ianni (1988, p. 36) afirma: “O presente põe e repõe relações, processos e estruturas que

exigem a pesquisa do passado. [...] Em geral, pois, o passado que operou na produção do presente aparece na pesquisa do presente e exige a sua pesquisa”.

A possibilidade do desvelamento do presente da “questão racial” significou a elaboração do passado, revelado pelas contradições da raça-classe. A recriação e a reprodução das categorias raciais “ocorre[m] senão na trama das relações político-econômicas que fundamentam a recriação e a reprodução continuadas das relações e estruturas da sociedade (IANNI, 1978, p. 66). Dessa forma, ainda segundo Ianni (1988, p. 36), “para Marx a história é dada a partir do presente, pela análise dialética do presente. O presente do capitalismo repõe toda a sua história, na medida em que todo o passado indispensável ao entendimento do presente ressurgue no interior das relações presentes”. Assim, contraditoriamente à questão racial, constituiu-se historicamente a partir de transformações complexas, de rupturas, mas também se constituiu como continuidade, como aparência perpetuada inclusive como ideologia.

Essas mudanças também foram imbricadas por processos de luta pela cidadania. Essa, por sua vez, foi afirmada como lema e negada como práxis pelo jogo das forças de submissão e legitimação da diferença e da desigualdade imperante na trama das relações sociais dominantes. “É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. [...] Toda vida social é essencialmente prática” (IANNI, 1988, p. 53). Assim, a formação da ordem social competitiva, pelos desdobramentos da formação do Novo Mundo, tornou mais complexa a luta por cidadania na modernidade. Nesse mundo moderno o cidadão é considerado indivíduo, cujas relações sociais e produtivas estão estabelecidas pela categoria jurídica, pelo contrato social.

Nessa conjuntura de desenvolvimento do capitalismo, dos Estados nacionais, a cidadania tornou-se, por consequência, luta e conquista pelos direitos civis. E pautou-se pela ideia que “ser cidadão significa fazer parte de um todo maior moderno, modernamente identificado com uma nação ou comunidade política específica, e ter direitos garantidos pelo Estado, com o qual temos também deveres” (SCHWARCZ; BOTELHO, 2012, p. 11). Ianni (1986) explica que na sociedade capitalista, constituída pela Revolução burguesa, ocorreu o desenvolvimento do capitalismo sem se realizar a democracia. A sociedade alcançou “razoável ou pleno sucesso, enquanto revolução econômica; e escasso ou nulo, enquanto política”. Nessas condições, proclama-se a cidadania mesmo sem a realização da democracia, o que culmina para o impedimento

da transformação do povo em cidadão (IANNI, 2000, 2002a, 2004a). “Por isso o povo não se constitui, senão com muitos obstáculos. Todos são cidadãos de categoria inferior, apenas para exercerem a sua função de trabalhadores” (IANNI, 2004a, p. 355). A luta pela cidadania é política, envolveu no decorrer da história a constituição de movimentos sociais reivindicatórios da problemática social e racial.

É perante esses desafios que se recriam as urgências éticas e políticas da compreensão da relação raça e história. Afinal, é no contexto político-econômico do Novo Mundo que o negro “descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história” (FERNANDES, 2008a, p. 117). Uma dessas urgências é justamente as políticas de ações afirmativas, as quais representam a reconfiguração do mito da democracia racial na atual conjuntura e da desconfiguração das relações de classe. Nesse tipo de política, o negro se constitui sujeito, protagonista, entretanto esse fato não o exime de contribuir para reedição do mito da democracia, pelo contrário reconfiguram o mito na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. In: _____. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 29-49.
- ARISTÓTELES. *Política*. Livro III. 3. ed. Trad. Mário da G. Kury. Brasília: Ed. UnB, 1997. p.77-88.
- BASTOS, Elide Rugai. Casa grande e senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 1999. p. 215-234 (v.1).
- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Horizontes das Ciências Sociais: pensamento social brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito (Coord. Geral). *Horizonte das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 475-496.
- CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. 1. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CARVALHO, José Murilo. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Dir.). *História do Brasil Nação: a construção nacional – 1830-1889*. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 19-35.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.
- _____. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995a.
- _____. Nem federação nem democracia. In: *Brasil em artigos: coletânea de textos publicados na revista São Paulo em perspectiva*. São Paulo: SEAD, 1995b, p.29-36.

_____. (Org.). Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *K. Marx e F. Engels*. São Paulo: Ática, 2003. p. 9-144.

_____. As mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004a. p. 221-272.

_____. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004b. p. 359-423.

_____. A concretização da revolução burguesa. In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004c. p. 425-450.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*. v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008a.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)*. v. 2. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008b.

_____. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008c.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008d.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2009.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sôbre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

_____. *Branco e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 50 ed. rev. São Paulo: Global, 2005.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Revolução Francesa*. Trad. Maria Tereza L. T. e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *A Era do capital: 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

_____. *Clima e raça. Raça, cultura e clima*. In: COSTA, Marcos (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. Livro 2 – 1950-1979. São Paulo: Ed. Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011b. p. 36-51.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

_____. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Revolução e cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

- _____. *O ciclo da revolução burguesa*. São Paulo: Vozes, 1984.
- _____. Apresentação. In: KARL, Marx. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 3-5.
- _____. *Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988a.
- _____. *Raízes da Anti-democracia na América Latina*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo, nº 14, jun., 1988b, p. 17-22.
- _____. Cultura e hegemonia. In: _____. *Ensaio de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p.161-212.
- _____. O Brasil nação. In: *Brasil em artigos: coletânea de textos publicados na revista São Paulo em perspectiva*. São Paulo: SEAD, 1995, p.09-28.
- _____. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
- _____. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n.7, p. 176-187, jan.-jun.2002b.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- _____. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.
- _____. Entrevista: Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50 p. 7-20, 2004c.
- _____. Dialética das relações raciais. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004d.
- _____. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1976.

MARX, Karl. A gênese do capitalista industrial. In: IANNI, Octavio. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978a. p. 299-310.

_____. *O capital*. Livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978b.

_____. *Trabalho assalariado e capital*. 2. ed. São Paulo: Global, 1983. (Coleção Bases, 27).

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 17-27.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989. p. 35-73.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. As condições das transformações históricas. In: IANNI, Octavio (seleção de textos). *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 67-83.

_____. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. URSS: Edições Progresso, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. Ensaios 30. 5. ed. São Paulo: Ática, 1985.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIBEIRO, Darcy. Sobre a mestiçagem no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp: Estação Ciência, 1996. p. 187-211.

_____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993a.

_____. Espetáculo da miscigenação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 20, 1994.

_____. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp: Estação Ciência, 1996. p. 146-185.

_____. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007. p. 11-24.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011a.

_____. (Dir.). *História do Brasil-Nação: crise colonial e independência – 1808-1830*. v. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011b.

_____. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012a.

_____. Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e BOTELHO, André (orgs). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012c, p.94-107.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (Org.). *Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos*. São Paulo: Claro Enigma, 2012b.

Documentos:

BRASIL. *Lei nº 7.716*, de 5 de janeiro de 1989. Brasília, DF, 1989.

_____. *Lei nº 9.029*, de 13 de abril de 1995. Brasília, DF, 1995.

_____. *Lei nº 10.558*, de 13 de novembro de 2002. Brasília, DF, 2002.

_____. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 2003a.

_____. *Lei nº 10.778*, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2003b.

_____. *Lei nº 11.645*, de 10 de março de 2008. Brasília, DF, 2008.

_____. *Lei nº 12.288*, de 20 de julho de 2010. Brasília, DF, 2010.

_____. *Lei nº 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Brasília, DF, 2012.

CONFERÊNCIA DE DURBAN. Conferência Mundial de Contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e Intolerância correlata. Durban, 2001. In: BRASIL. *Ministério da Cultura*. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001626.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.